

debates

sinproguarulhos



debates sinproguarulhos III

© Copyright 2014 – Sindicato dos Professores e Professoras de Guarulhos – Sinpro Guarulhos

Publicação Semestral

Endereço: Rua Máximo Gonçalves, 287
Cidade Maia – Guarulhos, São Paulo, Brasil.
CEP 07114-030
Tel.: +55 (11) 2472-7098
Site: <http://www.sinproguarulhos.org.br>
E-mail: contato@sinproguarulhos.org.br

Presidente

Prof^a Andréia Luciana Harada Sousa

Vice-Presidente:

Prof^o Juan Francisco Amaral Ramos

Conselho Editorial

Dr. Evaldo Piolli (UNICAMP), Dr. Carlos José Ferreira dos Santos (UESC-Ilhéus-BA),
Me. Maurício Pinheiro (UNIMESP-Guarulhos), Prof^a Nara Di Beo
(Sinpro Guarulhos), Prof^o Ezio Expedito Ferreira Lima (Sinpro Guarulhos e Rede Oficial
de Ensino), Prof^o José Luiz da Silva.

Comissão Editorial

Andréa Luciana Harada Sousa, Nara Di Beo, Ezio Expedito Ferreira Lima,
Henri de Carvalho, José Luiz da Silva.

Editores

Prof^o Dr. Henri de Carvalho
Prof^a Andréa Luciana Harada Sousa

Equipe Técnica

Produção – Sinpro Guarulhos
Revisão – Claudio Roberto Sousa
Secretária – Suelen Granzoto
Projeto gráfico e capa – João Carlos Ruza
Diagramação – Mil&uma* (www.mileuma.com.br)
Impressão e acabamento – WE Graficas
ISSN: 2316-4069

Tiragem – 1000 exemplares

WE Graficas Ltda: Rua Lucinda Fernandes Carlos, 52

Sumário

Editorial	5
-----------------	---

Pensamento crítico

O trabalho no capitalismo: reflexões sobre um mundo em crise (José Carlos Callegari)	17
--	----

Lutas e rebeldias na América Latina contemporânea: contextualizando as manifestações de junho de 2013 no Brasil (Gustavo Menon)	43
---	----

Da ditadura militar à democracia burguesa (Vanderlei Elias Nery).....	61
---	----

O processo identitário do sujeito numa perspectiva freiriana (Gildo José da Costa)	89
--	----

“Pré-sal”: a salvação da educação? (Nicholas Davies).....	101
---	-----

O sentido atribuído ao brincar, ao brinquedo e à brinquedoteca pelas professoras das creches e da educação infantil (Sirlândia Reis de Oliveira Teixeira)	107
---	-----

Resenha

- O Socialismo Jurídico de F. Engels e K. Kautsky:
atualidade da crítica à esquerda legalista
(Henri de Carvalho) 119

Leitura e arte

- Uma polêmica de György Lukács com Ernst Ottwalt:
arte “nova”, herança literária e questões da decadência
ideológica (Ana Cotrim) 131

Litteras

- Um Conto Cíclico
(Iládio Davanse) 157

Memorial docente

- Professor. Dr. Evaldo Piolli
(Evaldo Piolli) 167

Praxis

- Mercadoria-educação: reflexões sobre o contexto de luta
do trabalhador docente (Andrea L. Harada Sousa &
Henri de Carvalho) 181

- Normas para a publicação 189

debates
sinproguarulhos
III

editorial

Editorial

Este editorial marca o terceiro número da Revista Debates Sinpro Guarulhos e neste volume retorna à primeira temática: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. Claro que isto possui um significado mais abrangente diante dos fatos ocorridos entre junho de 2013 e meados deste ano: greves e mobilizações que ocorreram em frentes diversas e, particularmente, na educação em todas as suas instâncias, do ensino básico ao superior. Eventos que dinamizaram a atividade rotineira deste sindicato e suas ações políticas que são próprias de uma associação que se pretende ao lado do combativo.

A Revista Debates Sinpro Guarulhos, em seu projeto, nasce com o propósito de ser mais um instrumento anticapitalista, orientada e posicionada criticamente diante da sociabilidade que o capital produz e reproduz. Além de repercutir as reflexões dos professores, em particular, e da classe trabalhadora em geral sobre questões pertinentes ao seu cotidiano, quais sejam: trabalho, educação e movimentos sociais, por isso nossa Revista também intenciona divulgar olhares e ajudar na compreensão da realidade para que tenhamos melhor discernimento sobre os atos individuais e coletivos constitutivos da história do Sinpro Guarulhos, para a categoria dos professores na cidade e para os movimentos sociais da esquerda em qualquer lugar que seja.

As temáticas sobre as quais os autores discorrem nesta 3ª. edição abordam as particularidades dos interesses de classes e seus sentidos econômicos, sociais, políticos e culturais, instâncias amalgamadas na realidade. Discute-se “a posição de subordinação que o trabalhador fica em relação ao seu empregador a partir da perspectiva da relação desigual entre capital e trabalho”, assim Callegari aponta para “as implicações e os fenômenos jurídicos relacionados com o tema”, bem como “Os conceitos de bloco no poder e de hegemonia” que “são fundamentais para a elucidação do papel do Estado na sociedade capitalista”,

tal como considera Vanderlei Elias Nery e “como as classes dominantes ou frações organizam o exercício de seu poder sob a hegemonia de uma delas, e se compreende o processo pelo qual a fração hegemônica impõe seus interesses particulares como os de todo povo-nação”.

De certo que a dinâmica da história aparece no texto de Gustavo Menon ao avaliar os movimentos sociais na América Latina e no Brasil por uma ótica em que os “movimentos sociais se apresentam com tendências anticapitalistas. Tais movimentos anti-sistêmicos apresentam pautas como a desmilitarização da polícia, a democratização dos meios de comunicação e, sobretudo, a construção de um poder popular. Em resumo, frear a lógica perversa do capital nas grandes cidades e no campo”, deixando tais “desafios” para a “esquerda”. Gildo José da Costa estuda a educação “como um ato político, vinculada ao fato de que o homem não se orienta existencialmente apenas por via da associação de imagens sensoriais, mas principalmente pelo pensamento-linguagem, que envolve desejo, trabalho, ação que transforma o mundo e o torna conhecimento, informa a dialética sujeito-objeto numa perspectiva praxiológica e indica uma educação com finalidade e resultado minimamente previsíveis”.

Ora o convite para a transformação social, proposto por Paulo Freire na compreensão de que a educação deve ter um destino politizador e político, na prática dos sujeitos históricos convoca os leitores também a uma reflexão sobre os limites que a luta encontra na área jurídica em face do estado autocrático burguês, explicitado no “teor elevado da crítica de Engels e Kautsky a Anton Menger” ao reconhecerem o fato de que “o processo pelo qual se estabelecem as relações de troca gera a especificidade burguesa do direito, com sua fetichização da forma extrínseca aos indivíduos, garantida em práticas de coerção empreendidas pelo Estado ou por outra, que a subjetividade jurídica contida, por exemplo, nos termos ‘liberdade’ e ‘igualdade’, é formulação advinda do necessário modo de troca das mercadorias”.

Tais limites evidenciam que não se trata de mera vontade política, pois a vontade civil expressa no corpo jurídico do estado tende a pre-

venir os interesses da classe dominante. Assim como aparece limitado quando se fala da ampliação de recursos para a educação, é o caso, por exemplo, dos royalties do pré-sal apontado por Nicholas Davies quando explica que “a lei que prevê parte dos royalties para a Educação e Saúde deve ser vista com reservas” e propõe uma saída política no mínimo progressista, pois “o histórico dos governos na aplicação dos recursos da educação sempre deixou muito a desejar e não há motivo para esperar que o descompromisso deles mude a partir de agora. Portanto, não basta garantir mais recursos para a educação; é preciso também assegurar o seu controle social, para evitar o endêmico desperdício e corrupção dos governos”.

Cabe adiantar que dentro do processo social de formação da consciência, as atividades de desenvolvimento das percepções se fazem indispensáveis desde a mais tenra idade daí a importância que se atribui ao brincar como um mecanismo de exercício para a sensibilidade e aperfeiçoamento da aprendizagem, tal como elabora Sirlândia Reis de Oliveira Teixeira. De certo que a crítica estética não deve ocupar um lugar menor na formação social da mente. A arte aguça nossos sentidos assim Ana Cotrim traz à baila a crítica do Realismo Socialista dos tempos de G. Lukács. Para o filósofo húngaro do “início dos anos trinta, a concepção artística propriamente marxista deve, antes, apropriar-se do princípio da objetividade e avançar em direção ao reflexo artístico objetivo da realidade do seu tempo”.

Estes são os temas a serem abordados nesta 3ª. edição espera-se que a leitura suscite debates pela classe dos trabalhadores docentes e demais interessados.

Do Sindicato em Marx: alguns apontamentos

Seguindo o caminho da edição 2 em que o editorial trazia colaboração para avaliar as ações do sindicato dos professores em particular, e, do sindicalismo em geral, cabe resgatar o pensamento de um dos grandes teóricos da esquerda para que se tenha um parâmetro à nossa

especialidade. Neste sentido, Marx na condição de secretário geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (1866) lançou balizas acerca dos sindicatos, apresentando características do *passado*, de seu tempo *presente* e do *futuro*. Compete dizer que qualquer tipo de analogia aqui não será com a intenção de imputar semelhanças categoriais, nem conceituais à realidade, mas sim analisar, ao menos, as saídas encontradas para os problemas que a classe trabalhadora, em outras partes, experimentou no passado e para que se possa hoje, na condição de país emergente no sistema global do capital, obter melhor visão sobre a realidade, objetivando ações mais pertinentes que se encaminhem em direção à emancipação desta classe, como condição geral para a emancipação humana.

A resolução escrita por Marx em 1866 começa com uma ponderação quanto ao *passado*, afirmando que “O capital é uma força social concentrada, enquanto que o operário não dispõe senão de sua força produtiva individual. Portanto, o contrato entre o capital e o trabalho nunca pode se estabelecer sobre condições equitativas, ainda que se dê à palavra ‘equitativas’ o sentido alterado que tem em uma sociedade onde as condições materiais estão de um lado e a energia produtiva vital do outro”. (MARX, 2008, p. 91)

O filósofo alemão considerou que a singular potência social que os trabalhadores têm é sua quantidade. Porém, essa numerosa efetividade é anulada por sua desunião. “Esta desunião dos operários se engendra e perpetua por uma concorrência inevitável. Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos do contrato, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos”. (MARX, 2008, p. 91)

Por esta via, Marx explicou que o escopo das organizações dos trabalhadores na forma de sindicatos, por ocasiões, era restrito às urgências das lutas cotidianas, “às defesas contra a usurpação incessante do capital, em suma, aos problemas de salários e horas de trabalho. Essa atividade não só é legítima como necessária”. É certo que quanto a

tal presteza aparentemente menor, Marx considerou que “Não se pode renunciar a ela enquanto dure o sistema atual: mais do que isso, os sindicatos operários devem generalizar sua ação unindo-se em todos os países”. (MARX, 2008, p. 91)

Vale lembrar que as palavras de Marx estão limitadas num tempo em que a AIT iniciava suas atividades e seu idealizador vislumbrava a possibilidade de angariar sindicatos e partidos operários para fortalecer a causa dos trabalhadores de todo o mundo. Marx comentou que “os sindicatos operários constituíram-se em centros organizadores da classe operária, a exemplo do que as comunas e os municípios da Idade Média fora para a classe burguesa”. Imbuído de seus estudos acerca de *O Capital* e de posse de plena consciência do significado do salário como transferência limítrofe de propriedade privada, que ao mesmo tempo constituem-se como amarras que aprisionam o trabalhador à lógica perversa do capital, Marx asseverou que: “Se os sindicatos são indispensáveis nos conflitos entre o trabalho e o capital, são ainda mais importantes como força organizada para suprimir e substituir o sistema de trabalho assalariado”. (MARX, 2008, pp. 91-2)

Terminadas as considerações sobre o passado, Marx formula sobre o sindicato de seu tempo *presente* (1866). Dizendo que: “Os sindicatos se ocupam em demasia exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema e a escravidão assalariada”. Considerava que haviam se mantido afastados dos movimentos mais comuns e dos prélios políticos. Mas que no contexto dos eventos políticos na Inglaterra de seu tempo os sindicatos começaram “a se dar conta de sua grande missão histórica”. (MARX, 2008, p. 92)

Em seus apontamentos sobre as ações futuras do sindicato, Marx esperava que “além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos” deveriam “atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua emancipação radical”. Deste modo, deveriam “ajudar todo movimento social e político de igual tendência”. Qualquer sindicato de uma categoria particular deveria no

futuro (aos tempos de Marx) atuar como parte de um só sindicato, pois a categoria social mais latente resultante da síntese de múltiplas determinações e contradições postas na sociabilidade do capital é a universal classe trabalhadora, que não detém para si os meios para a produção da vida. Assim, segundo Marx, ao se analisarem e agirem “como pioneiros e representantes de toda a classe operária conseguirão reagrupar em seu seio todos os que ainda não estão organizados”. (MARX, 2008, p. 92)

Marx (1983) afirmara que no sistema do capital, os países ricos do passado antecipam as ações que serão repetidas e vivenciadas, em similaridade, nos países antes pobres e que conseguissem se tornar ascendentes, considerando algumas especificidades históricas, pois a dinâmica histórica recoloca as situações com novas particularidades que se consubstanciam trágicas ou cômicas.

Ao considerar o contexto e o lugar como particulares às ações dos indivíduos, na qualidade de sujeitos interagindo com o mundo, há que se observar o fato de o proletariado ter se complexificado. Já não é o mesmo que o dos tempos de Marx, pois o desenvolvimento das forças produtivas, ao longo de 150 anos, bem como a amplitude do neoliberalismo e da modernização intensificadora das relações de trocas de mercadorias, a iniciar pelo aperfeiçoamento da subordinação legal das relações do trabalho assalariado, distanciam as realidades a tal ponto que, aquele proletariado de antes não nos serviria como referência, não fosse por um fator que ainda está inalterado: a separação entre bens de produção e seus meios em relação à força de trabalho viva e assalariada, que realiza tudo o que existe na qualidade de mercadoria para o comércio e o consumo e que ainda permanece como fundamental contradição das relações humanas.

O que Marx (2008) indicava era a possibilidade de os sindicatos darem especial atenção aos setores da produção, no qual se gerava a massa mais miserável socialmente. Naquele contexto referia-se à produção agrícola, hoje, porém, não se restringe a isso, diante da mecanização das atividades no campo e de uma interpenetração dos setores que atualmente não se conformam mais em agrícola, industrial e serviços.

Assim, podemos observar uma série de setores que passaram a necessitar de uma massa de trabalhadores que foram realocados na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas (trabalho morto) dispensava o uso do trabalho vivo. O setor de serviços, transportes, saúde, comunicação, distribuição e a lista poderia se estender às mais precarizadas condições de trabalho em diferentes áreas da produção até chegar à docência que, diante da “industrialização” do setor de serviços, assemelha-se a uma *commodities*.

Assim, seja para o atendimento das demandas mais imediatas dos trabalhadores, seja para a luta mais geral da classe trabalhadora, as considerações de Marx a respeito dos sindicatos sugerem reflexão e devem orientar as práticas das entidades, que como o Sinpro Guarulhos, anseiam e lutam pela emancipação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Referência

- MARX, Karl *et alii*. Resolução do I Congresso Internacional. In **O Marxismo e os Sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- _____ **O Capital - Liv. I**, São Paulo: Difel, 1983.

debates
sinpro guarulhos
III

pensamento crítico

O trabalho no capitalismo: reflexões sobre um mundo em crise

José Carlos Callegari*

No estudo realizado para a produção deste trabalho¹ buscamos lançar um olhar estrutural sobre a posição de subordinação que o trabalhador fica em relação ao seu empregador a partir da perspectiva da relação desigual entre capital e trabalho, abordando as implicações e os fenômenos jurídicos relacionados com o tema.

Nesse artigo que ora se apresenta, buscaremos analisar, a partir de uma adaptação do texto original, a conflituosa posição que o trabalho ocupa na sociedade capitalista contemporânea, a partir de uma perspectiva crítica sobre a produção de valor gerada com a exploração do trabalho humano como fundamento básico do modo de produção capitalista.

A sociedade regida por esse modo de produção é uma sociedade que valoriza, acima de tudo, a produtividade do trabalho. Não por outra razão, uma das principais e mais difundidas críticas usadas para deslegitimar a luta por transformações sociais é direcionada contra supostos “vagabundos” que “não trabalham” e apenas fazem “arruaça”. Não é de hoje que a crítica aos “vagabundos” é difundida. Como se a única forma de se obter respeito na sociedade fosse com trabalho, não havendo qualquer reflexão sobre isso. Durante muito tempo, inclusive,

1 O presente trabalho foi apresentado inicialmente como capítulo integrante da dissertação de mestrado, “Uma releitura da Subordinação”, apresentada pelo autor como requisito parcial para obtenção do título de mestre junto ao Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em janeiro de 2012.

* Bacharel em Direito e Mestre em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado Trabalhista. Membro do corpo jurídico do Sinpro Guarulhos.

no Brasil havia a tipificação do crime de “vadiagem”, ou seja, trabalhar era obrigatório, quem não trabalhava era criminoso.

O que buscamos a partir do presente estudo é lançar um olhar reflexivo sobre o papel do trabalho na construção da sociabilidade humana e como o capitalismo interfere na forma como lidamos com nossa própria mão-de-obra.

O mundo contemporâneo dá sinais de esgotamento de um modelo. Estamos vivendo um momento de crise econômica, social, política, ambiental. A reflexão sobre o nosso papel na construção de alternativas para o enfrentamento dos conflitos postos é fundamental para que possamos, sobretudo, agir. A teoria nunca dispensa a prática. Por isso, não propomos apenas uma reflexão teórica, mas sim uma forma de conhecimento sobre o papel do trabalho humano que sirva para a orientação de ações, caso contrário, seríamos apenas teóricos de um mundo em crise e acabaríamos engolidos por soluções postas por outros que, quase sempre, não nos contemplam.

E, nesse contexto, o papel do educador – cada vez mais precarizado e fragilizado por instituições de ensino que mercantilizam não só a mão-de-obra humana, mas também a própria educação – é fundamental. É possível exercer um trabalho com crítica, e o trabalho docente possui destacada particularidade nesse quesito: lecionar, adquirir e repassar conhecimento, possui um caráter extremamente transformador, ainda que exercido sob forte pressão da indústria do ensino privado.

Veremos, adiante, como a mercantilização do trabalho afeta o nosso próprio modo de vida.

A relação capital X trabalho

a – O papel do trabalho na sociabilidade humana: análise crítica

O caráter subordinado do trabalho no capitalismo decorre da própria forma de organização capitalista da produção. É impossível

pensarmos o capitalismo sem compreendermos que o trabalho humano organizado para a produção de mercadorias e reprodução do capital esteja essencialmente a esse subordinado. No sistema capitalista o trabalho serve à produção de mercadorias.

O trabalho humano, porém, não é apenas isso. Trabalho é também a interação do homem com a natureza. É importante frisarmos que a crítica ao trabalho que realizamos nesse estudo é a crítica do trabalho sob o capitalismo. Não pretendemos fazer uma apologia da sociedade do não-trabalho ou reivindicarmos a abolição dessa atividade humana fundamental.

Sobre a afirmação do trabalho como atividade humana fundante, Friedrich Engels, em texto publicado pela primeira vez em 1896 sob o elucidativo título “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, escreve:

“O trabalho é a fonte de toda a riqueza (...). O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. É em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”².

Diante de tal reflexão, Engels aborda as condições que fizeram com que o trabalho tomasse papel central nas relações humanas, e a maneira como o capitalismo alterou e tornou complexo o trabalho humano.

Karl Marx, ao analisar o processo de trabalho na produção de mercadorias, afirma:

“o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do

2 ENGELS, Friedrich. “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”ANTUNES, Ricardo (org.) . São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 14.

metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais”.³

Essa afirmação merece uma análise um pouco mais detida de nossa parte. A orientação do trabalho para a produção de valores de uso significa – sem entramos na intrincada distinção feita por Marx entre valor de uso e valor de troca – que o trabalho humano possui como natureza intrínseca a interação com a natureza a fim de criar utilidades, ou seja, o trabalho possui um papel na sociedade que não pode ser desprezado. A afirmação de que tal trabalho é uma “condição eterna da vida humana” e “comum a todas as suas formas sociais” abre caminho para uma profunda reflexão sobre a utilização do trabalho pelo capitalismo e sua forma determinada sob esse modo de produção. É nesse ponto que concerne a crítica ao trabalho da qual comungamos.

Mais adiante podemos ter um belo exemplo da forma como o trabalho é encarado por Marx:

o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija.⁴

Colocadas essas primeiras perspectivas, podemos passar à crítica propriamente dita do trabalho sob o capitalismo.

3 MARX, Karl. . Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 146.

4 Ibidem. p. 147.

b – O trabalho sob o capitalismo: estranhamento

A crítica do trabalho sob o capitalismo será baseada no conceito de estranhamento que Marx desenvolveu e usou, precipuamente, em seus “Manuscritos econômico-filosóficos”. Essa obra não teve a pretensão, por parte de seu autor, de ser um estudo acabado e serviu mais como forma de norteamento dos estudos do próprio Marx do que um título pronto para publicação, tanto é que apenas em 1932 é que tais escritos vieram à tona e foram publicados.

Inicialmente, cumpre traçarmos algumas linhas acerca de tal obra⁵. Os “Manuscritos”, apesar de terem sido escritos por Marx em 1844, somente foram publicados em 1932 na antiga União Soviética, como fruto do trabalho do Instituto Marx-Engels, responsável pela organização e publicação das obras de Marx e Engels. Ressalta-se que o lapso temporal de 90 anos se deu porque essa obra não teve a pretensão de ser um estudo acabado, mas sim de ser uma forma de norteamento dos estudos de Marx. Os manuscritos de 1844 representaram uma transição na forma de estudar o marxismo no século XX. Se antes os estudiosos focavam somente na teoria econômica formulada por Marx, a partir da publicação dessa obra, passaram a focar também no marxismo sob o aspecto filosófico. Assim, além da economia, a teoria proposta por Marx passou a ser compreendida também como filosofia. Isso representa um grande avanço, na medida em que a emancipação humana toma contornos filosóficos, deixando de ser apenas uma questão de produção e alocação de recursos.

O texto dos manuscritos teve forte repercussão, em grande medida, pelo contexto político dos anos 30: muitos teóricos opositores do regime soviético usaram-no para criticar o processo de stalinização da URSS, a partir do argumento de Marx de que a emancipação humana só se dá com a superação do trabalho alienado, não realizada pelo Estado socialista.

5 As informações aqui enunciadas sobre a obra foram tiradas do evento realizado pelo LEMARX-USP (Laboratório de Estudos Marxistas da Universidade de São Paulo) sobre os “Manuscritos Econômicos-filosóficos” que teve como palestrante o Prof^o Ruy Braga, do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.

Sob forte influência de Feuerbach⁶, Marx dá um passo adiante na teoria hegeliana. Hegel diria que o homem é o deus alienado, Feuerbach diria o contrário, que deus é o homem alienado. A alienação religiosa é um fator de desefetivação do homem e essa alienação precisa ser superada. Ao substituir deus pela propriedade privada, Marx junta o ateísmo ao comunismo como forma de desalienação positiva do homem.

A alienação humana tem como fundamento a alienação do homem em relação ao trabalho. Marx usa a expressão estranhamento para descrever a situação do ser humano perante um trabalho que não lhe pertence e que não é usado para seu fim. O trabalho estranhado tem como fundamento primeiro a propriedade privada. É por causa da propriedade privada que o trabalho humano produz riqueza para outros e não para si mesmo. Assim o trabalhador não se reconhece em seu próprio trabalho, atividade humana fundamental. A alienação do trabalho produz efeitos nefastos para o indivíduo que trabalha, pois ao mesmo tempo que o trabalho molda a relação do ser humano com a natureza, se essa relação estiver desumanizada, o ser humano perde o próprio caráter de sua espécie.

Essa alienação, ou estranhamento, é definida por Marx da seguinte maneira:

“O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais

6 Filósofo materialista ateu alemão, integrou o grupo dos chamados “Jovens Hegelianos” e exerceu forte influência sobre os estudos iniciais do próprio Marx.

rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador”⁷

Quando Marx cita “leis nacional-econômicas”, ele se refere a leis da economia política. É importante que se faça tal ressalva para que não haja confusões: Leis nacional-econômicas não são as leis do direito que regem a economia – o que poderíamos chamar hodiernamente de direito econômico e financeiro – mas sim as leis gerais e não jurídicas da economia política, como, por exemplo, oferta e demanda. Assim, a impotência do trabalhador diante do poder do trabalho, ou sua pobreza em face da riqueza de sua produção, é determinada por regras da economia capitalista. É a própria existência do modelo capitalista de produção baseado na propriedade privada que faz o estranhamento do trabalhador frente a seu trabalho possível e real.

Ricardo Antunes, escrevendo sobre a alienação ou estranhamento do trabalhador em Marx, afirma que:

“Esse processo de alienação do trabalho (que Marx também denomina como estranhamento) não se efetiva apenas no resultado – a perda do objeto –, mas abrange também o próprio ato de produção, que é o efeito da atividade produtiva já alienada. Se o produto é o resultado da atividade produtiva, resulta que esta se encontra também estranha ao trabalhador (...). O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega”.⁸

O estranhamento do trabalhador pode ser também caracterizado como alienação do próprio trabalho – “trabalho estranhado”. Assim, é atribuída ao objeto a mesma característica do sujeito, ou ainda mais, o próprio processo de relação entre sujeito e objeto ganha a característica de um e dos dois elementos que o compõem. Assim, afirmamos juntamente com Antunes que a alienação do trabalho e o estranhamento do trabalhador são resultados de uma atividade produtiva já alienada.

7 MARX, Karl. . Tradução de Jesus Ranieri. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009.

8 ANTUNES, Ricardo. . São Paulo: Boitempo, 2005. p. 70.

Nesse sentido, voltando ao texto dos “Manuscritos”, Marx afirma: “Se portanto perguntamos: qual a relação essencial do trabalho, então perguntamos pela relação do *trabalhador* com a produção”.⁹

Tem-se, então, uma lógica engendrada de produção de mercadorias que leva necessariamente à precarização do trabalho, à alienação do trabalhador e ao estranhamento do mundo do trabalho em relação a seus meios e a seus fins. Assim, não nos resta outra alternativa que não pensar numa forma de mudança desse estado de coisas, sob pena de coadunar com tal *status quo*. Não há problema, contudo, em tomarmos uma posição ou outra, porém não podemos cair na tentação da imparcialidade, não somente porque ela é em si falaciosa, mas também porque estaríamos – ainda que não afirmássemos, ou ainda pior, que não soubéssemos – inevitavelmente assumindo uma posição e sendo intelectualmente desonestos.

Nesse sentido, buscamos fazer uma interpretação da realidade o mais sólida e coerente possível do ponto de vista político, social e econômico. Assumimos um lado em todos os momentos em que somos questionados.

Porém, para tanto, devemos buscar modelos e interpretações teóricas históricas a fim de pensarmos projeções plausíveis e coerentes para o futuro. Nesse sentido, continuemos a entender a relação do trabalho no capitalismo a partir do seu fazer-se – o processo de produção.

c – Processo de trabalho e processo de troca

Marx afirma n’ que “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela”.¹⁰ Assim, o trabalho é a utilização dele, ou seja, o trabalho é o seu processo e o processo é o próprio trabalho. Não há como separar o trabalho humano da forma como ele é realizado. Dessa maneira, a forma como se organiza a produção de mercadorias define a

⁹ Op. cit. p. 82.

¹⁰ Op. cit. p. 142.

própria forma do trabalho sob determinado modo de produção. Assim, Marx continua: “Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas”, concluindo “produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho”.¹¹

Vivemos em uma sociedade em que a forma de organização do trabalho e da produção adquiriu novas e dramáticas nuances para a força de trabalho e para o ser humano que realiza o trabalho e se forja por ele. Dessa maneira, quanto mais impositivo for o processo de trabalho do ponto de vista da exploração, mais o ser humano que trabalha será explorado e não se identificará na sua atividade. Assim, passemos a analisar a exploração do trabalho em si.

O processo de troca está imbricado ao próprio processo de trabalho Marx começa o capítulo d', sobre o processo de troca, com a seguinte frase: “As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar”.¹²

Parece simples e banal tal afirmação, todavia, faz sentido dentro da lógica do rompimento dos conceitos tidos como naturalmente postos seja lá por quem em nossa organização social. O fato das mercadorias não poderem ir sozinhas ao mercado “se trocarem” significa que a ação humana não é somente necessária à troca de mercadorias, é fundamental. Dessa forma, o capitalismo se baseia, fundamentalmente, na relação entre proprietários de mercadorias, que as levam ao mercado para serem trocadas.

Essa relação entre possuidores de mercadorias acaba por determinar outras diversas relações sociais sob o capitalismo. Na verdade, Marx afirma que as relações econômicas determinam as relações sociais entre os indivíduos economicamente determinados: “Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados

11 Idem. p. 144.

12 Idem. p. 79.

pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam”.¹³

O processo de troca de mercadorias tem como fundamento primeiro o valor pelo qual determinada mercadoria será trocada. Marx faz uma longa exposição sobre o complexo processo de determinação do valor, baseado no valor de uso das mercadorias-objeto da troca. Ressalta-se, todavia, que não iremos reproduzi-la neste estudo, devido ao seu caráter eminentemente econômico. Podemos, entretanto, afirmar que no final do processo de determinação do valor tem-se que as mercadorias devem ser trocadas por um equivalente que irá determinar o quantum de valor de cada uma. Esse equivalente é fundamental para que a troca se efetive, pois ainda que uma mercadoria possa ser trocada por outra de acordo com o valor estabelecido pelos seus possuidores, a complexificação desse processo – que ocorrerá na medida em que mais e mais mercadorias forem trocadas – tornaria inviável a determinação do valor caso a caso.

Assim, temos a necessidade de um equivalente geral de troca, concretizado na moeda. Marx explica:

A ampliação e aprofundamento histórico da troca desenvolve a antítese entre valor de uso e valor latente na natureza da mercadoria. A necessidade de dar a essa antítese representação externa para a circulação leva a uma forma independente do valor da mercadoria e não se detém nem descansa até tê-la alcançado definitivamente por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Na mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro.¹⁴

Dessa maneira, temos a consubstanciação do processo de troca através de um equivalente geral: o dinheiro. Dinheiro este que é usado

13 Idem. p. 80.

14 Idem. p. 81.

para comprar e vender tudo, inclusive o próprio trabalho humano, que é comprado e vendido tendo o dinheiro como mediador. Opera-se, assim, uma inversão lógica que – paradoxalmente – parece muito natural: o trabalho, que serve basicamente para a produção de mercadorias que serão trocadas por dinheiro, é pago com o dinheiro resultante da troca de seu produto. Assim, está aberto o campo para a exploração do trabalho sob o capitalismo. Marx termina o capítulo d’*O Capital* referente ao processo de trabalho:

A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria tornado visível e ofuscante

Para bem compreendermos o que Marx quis dizer com a citação acima transcrita, temos que regressar um pouco n’. Imediatamente antes do capítulo sobre o processo de troca, Marx expõe o enigma do fetiche da mercadoria no sub-item 4 do capítulo “A mercadoria” cujo título é “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”. Nesse sub-capítulo, Marx explora como a mercadoria toma as características que lhe são atribuídas no capitalismo, e como essas características acabam por influenciar e determinar relações sociais. Assim, “tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social”.¹⁵

Nesse sentido, enquanto o produto do trabalho humano é a mercadoria, e o próprio trabalho adquire forma social e é também vendido como se mercadoria fosse, o enigma da forma mercadológica transpassa o simples produto ou o simples comprar e vender. Marx explica que

15 Idem. p. 70.

a mercadoria representa muito mais do que apenas um produto passível de ser comprado e vendido, ainda que muitas vezes – para não dizer todas – as características de representação da mercadoria fiquem escondidas por debaixo da aparência. A essencialidade por detrás das aparências não é vislumbrada no cotidiano. O essencial é negado aos homens. Parece tudo muito natural, porém não passa de uma determinação histórica e social:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles. Por meio desse quíproco os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam (...) Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias.¹⁶

Percebe-se que o caráter fetichista da mercadoria é extremamente pertinente ao objeto de nossa reflexão. Poderíamos ir além, ao dizer que

16 Idem. p. 71.

o fetiche é pertinente a quaisquer relações sociais do mundo capitalista, na medida em que o fetiche determina as relações de troca que, por sua vez, determinam as relações de produção, e que, por fim determinam as relações sociais como um todo. A mercantilização do mundo fora denunciada por Marx muito tempo antes da escrita d'. "A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias", já diziam Marx e Engels no famoso "Manifesto do Partido Comunista" de 1848. Porém, apenas em seus escritos posteriores o filósofo alemão desenvolveu melhor tais ideias, aprofundando e embasando essa perspectiva.

No mundo do trabalho, especificamente, o caráter fetichista da mercadoria tem sérias e profundas implicações, como, por exemplo, o trabalho humano que, sob o capitalismo, produz e se transforma em mercadoria. Esse trabalho, mercantilizado e reificado, faz com que o trabalhador não mais se identifique nele e se veja como mera peça de uma engrenagem ainda maior de exploração.

Essa engrenagem de exploração repercute – como não poderia deixar de repercutir – no direito e, ainda que aparentemente de maneira dissociada na essência, determina a forma como as estruturas jurídicas se apresentam. Portanto, é plenamente justificável e necessário enfrentarmos a questão da forma jurídica inserida no contexto da exploração do trabalho, conforme faremos a seguir.

d – A forma jurídica da relação capital X trabalho

Uma vez exposta essa visão do mundo do trabalho sob o capitalismo, devemos analisá-la sob a óptica do direito, sob a perspectivas das implicações jurídicas de todo esse estado de coisas. Ainda que a perspectiva lançada sobre a relação entre capital e trabalho soe catastrófica – e, de fato, o seja – devemos ser otimistas. Acreditamos que outro mundo é possível, mas não temos certeza de que ele poderá ser alcançado através do direito. Apesar disso, a detenção da técnica jurídica que possuem os profissionais do direito nos lança o desafio e o dever de contribuirmos

com a produção de formas de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse momento, iremos expor a inserção da relação entre capital e trabalho no mundo do direito, bem como enxergamos esta configuração, sempre pautados por uma técnica jurídica comprometida com a transformação da realidade e com a superação da achapante espoliação do trabalho e do trabalhador por parte do capital.

d.d' – Pachukanis e a forma mercadoria

Eugeny Bronislanovich Pachukanis é o maior teórico marxista do direito, nem tanto pela profusão ou quantidade de seus escritos, mas sim pela robustez teórica e metodológica de sua obra. Seu livro “A Teoria Geral do Direito e o Marxismo”, que teve sua primeira edição publicada em 1924, representa o estudo mais abrangente sobre a aplicação do método marxista a toda a Teoria Geral do Direito. O jurista soviético, que militara ativamente na Revolução de 1917 e chegou ao cargo de Vice-Comissário do povo para a Justiça, proferiu talvez a mais contundente crítica do papel do direito no capitalismo, crítica essa tão voraz que desagradou inclusive o soviético, que o executou em 1937 sob o totalitarismo de Joseph Stálin, tendo sido formalmente reabilitado apenas em 1956, com o fim do regime stalinista.

Márcio Bilharinho Naves, estudioso do marxismo e do direito no Brasil, afirma que “relacionar a forma mercadoria com a forma jurídica resume, para Pachukanis, o essencial de seu esforço teórico”.¹⁷ Assim, tudo o que aqui dissemos sobre a mercadoria, sobre seu fetiche, e sobre sua forma característica, para Pachukanis se relaciona intrinsecamente com a forma jurídica. É compreensível, dado que a mercadoria representa o que há de mais essencial no modo de produção capitalista e sua reprodução passa necessariamente também pela forma mercadoria.

Metodologicamente, do ponto de vista marxista, não há dúvida de que a análise pachukaniana para o direito é a mais coerente e acertada.

17 NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 53.

Pachukanis, com maestria, conseguiu fazer a transposição do método da economia política – exposto por Marx – para o direito. A busca pelo elemento mais simples a partir do concreto para depois fazer a volta ao concreto a partir do simples, com todas as determinações que isso acarreta, chegando a uma concretude que não é apenas apriorística, implica necessariamente passarmos pela forma mercadoria como elemento de determinação das relações sociais e, por isso, também jurídicas. O direito inserido na lógica de produção capitalista, produto histórico de sua época, é um resultado mercantilizado das determinações capitalistas.

Pachukanis expôs em sua já citada obra uma das mais brilhantes explanações da aplicação para o direito do método que Marx utilizara para a economia política. O capítulo dedicado ao método da obra referida intitula-se “Os métodos de construção do concreto nas ciências abstratas”.

Pachukanis parte do texto de Marx para fazer uma análise materialista do direito. Mais especificamente, do capítulo “O método da Economia Política”, inserido na obra “Contribuição à Crítica da Economia Política”. O texto do filósofo alemão se inicia com uma afirmação sobre como os economistas clássicos estudavam a economia de um país, começando “por sua população, a divisão desta em classes, seu estabelecimento nas cidades, nos campos, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc”.¹⁸

Todavia, explica Marx, esse método não é o correto, apesar de parecê-lo. Começar pela população, algo concreto e real, parece acertado na medida em que é ela a base da economia, das relações de produção, porém “a população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho

18 MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. e Introd. de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 257-258.

assalariado, o capital, etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc.”.¹⁹

O que Marx afirma é que não se pode começar um determinado estudo – neste caso, de economia política, podendo ser aplicado a quaisquer outras áreas do conhecimento – por algo aparentemente concreto, sem levarmos em conta a essencialidade da concretude desse elemento. Dessa maneira, não seria correto começar um estudo de Economia Política pela população simplesmente, na medida em que a população não representa, em absoluto, o que pode ser encontrado de mais concreto dentro do estudo da economia, por mais que assim possa parecer. A concretude do elemento população só pode ser auferida após outras análises, mas não de plano.

Marx continua afirmando que ao depararmos com um elemento aparentemente concreto e ponto de partida de um estudo, devemos ir destrinchando esse elemento até encontrarmos nele o que há realmente de concreto e simples. Quanto mais simples forem as determinações desse elemento, mais próximos do método correto de análise estaremos. Entendendo essas múltiplas determinações, estaremos concebendo realmente o que há de concreto formado por elas. “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”.²⁰ Essa famosa sentença de Marx exprime bem o núcleo do método materialista marxista. E Marx continua:

Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento.²¹

19 Idem.

20 Ibidem.

21 Idem. pp. 258-259

Assim, a elaboração do concreto não é apenas um exercício de observação do que é ou não é. Existem determinadas categorias de objetos que não há dúvida sobre sua concretude ou não. Uma cadeira é uma cadeira. Porém, a cadeira para fins de estudos sociais pode ser muito mais do que apenas um objeto para que as pessoas se sentem. Pode carregar em si muitas determinações que, ao final, podem representá-la de uma maneira completamente diferente do primeiro momento. Se formos transpor esse raciocínio para elementos muito mais complexos e socialmente determinados, a importância da busca pelo concreto como resultado final da análise mostra-se ainda mais maximizada.

Se o capitalismo baseia suas relações entre pessoas e coisas – e entre pessoas coisificadas – a partir das relações de troca, não haveria porque o direito capitalista não ser resultado dessas relações, não sendo também coisificado a partir da forma mercantil. O grande avanço na teoria do direito proposta por Pachukanis consiste, fundamentalmente, na supervalorização da forma em detrimento do conteúdo. Aliás, esse é um debate ainda em aberto nas ciências jurídicas, por incipiente que é.

Pachukanis não admite um conteúdo emancipatório do direito, na medida em que a forma jurídica que irá envolver esse conteúdo é a forma mercantil, que aprisiona o direito, amarrando os que com ele trabalham. Ressaltamos, todavia, que não comungamos de todo com tal avaliação, tendo em vista que acreditamos em uma possível atuação pelo direito, que sirva para a afirmação de direitos subjetivos das minorias em poder e que possa, ao menos, contribuir para um debate radicalmente democrático de mudanças sociais. Devemos, porém, nos espelhar no que talvez seja a forma mais acabada de aplicação do método marxista ao direito. Acabada, porém não completa e perfeita, senão perderia todo o seu caráter dialético. Não pretendemos, contudo, fazer retoques à obra do jurista soviético, tampouco propor outra teoria em seu lugar – tarefa demasiadamente prepotente. Preocupamo-nos com o direito do trabalho, e para tal análise é imprescindível a radicalidade pachukaniana.

Foi no campo da teoria do direito que Pachukanis chegou a suas conclusões mais contundentes e fez suas afirmações mais profícuas. Nesse sentido, podemos dizer que para tal autor a teoria do direito tem um papel: estudar a forma jurídica como forma histórica, buscando substrato para isso na realidade. Assim podemos citar uma passagem de sua obra na qual ele critica as teorias do direito que não procedam dessa forma:

“Uma tal teoria geral do direito, que não explica nada, que a priori dá as costas às realidades de fato, quer dizer, a vida social, e que se preocupa com as normas, sem se preocupar com as suas origens (o que é uma questão metajurídica!), ou de suas relações com quaisquer interesses materiais, não pode pretender o título de teoria, senão o de teoria do jogo de xadrez. Uma tal teoria nada tem a ver com a ciência. Esta ‘teoria’ não pretende analisar o direito, a forma jurídica enquanto forma histórica, pois não visa a estudar a realidade. É por isso, para empregar uma expressão vulgar, que não há muito que se possa tirar dela.”²²

Pachukanis possui a ironia fina típica dos teóricos marxistas. Mas além de irônico, ele é preciso. A teoria do direito que não consegue enxergar a realidade não serve para muita coisa, pelo menos cientificamente, já que no plano ideológico tais teorias têm dado grandes contribuições à manutenção do estado de coisas da maneira que convém aos empoderados.

Por outro lado, Pachukanis faz a crítica aos teóricos do direito que, inspirados pela teoria marxista, apenas juntam novos elementos a uma análise do direito preexistente, sem mudar substancialmente a forma de interpretação jurídica. Para ele, “daí não resulta mais do que uma história das formas econômicas com uma tintura jurídica, mais ou menos

22 PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Trad. Apres. e Notas por Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. p. 16.

forte, ou uma história das instituições mas em nenhuma hipótese uma teoria geral do direito”.²³ E continua “contudo não há dúvida de que a teoria marxista não deve apenas examinar o conteúdo concreto dos ordenamentos jurídicos nas diferentes épocas históricas, mas fornecer também uma explicação materialista do ordenamento jurídico como forma histórica determinada”.²⁴

É justamente isso que ele procura fazer ao buscar na determinação da forma mercadoria a determinação maior da forma jurídica. A forma histórica determinada do ordenamento jurídico sob o capitalismo é orientada por e para o modo de produção. Assim não há como falar, para Pachukanis, em ordenamento jurídico de uma sociedade capitalista, sem falarmos em forma mercadoria, na medida em que Marx inicia seu estudo sobre o capitalismo pela mercadoria e pelo valor, que são as condicionantes mais simples a partir do concreto.

Dessa mesma maneira, o direito capitalista também tem intrínseca relação com a forma mercadoria e a forma do valor. Pachukanis vai além, afirmando que não há como pensar o direito fora do capitalismo, pois as formas jurídicas de sociedades primitivas eram igualmente primitivas, “só a sociedade burguesa capitalista criou todas as condições necessárias para que o momento jurídico seja plenamente determinado nas relações sociais”.²⁵

Por esse entendimento o estudo do direito romano como forma de ordenamento avançado e pré acabado do nosso direito moderno seria anacrônico e não passaria de paleontologia jurídica. Talvez a crítica não seja perfeita, porém é inegável que na Roma antiga não tínhamos as relações sociais determinando plenamente o momento jurídico. O direito era feito para poucos por mais poucos ainda. Assim, como foi somente na sociedade burguesa capitalista que o direito alcançou sua força e desenvolvimento pleno, nada mais correto que entendê-lo a partir do modo de produção para o qual ele serve, ou seja, a determina-

23 Idem. p. 17.

24 Idem. p. 18.

25 Idem. p. 23.

ção e o fetiche da forma mercadoria também imprimem sua lógica ao direito tal qual o conhecemos.

É assim que Pachukanis, citando Marx, dá uma valiosa lição sobre sua forma de entender o direito:

“Enquanto a relação entre os produtos individuais e a sociedade continua a conservar a forma de troca entre equivalentes, esta relação continuará a manter igualmente a forma de direito, pois ‘o direito só pode consistir por natureza na aplicação de uma medida igual’. Mas como, por isso, a desigualdade natural de aptidões entre os indivíduos não é levada em consideração, o direito ‘no fundo é, portanto, como todo direito, o direito da desigualdade’. Marx não menciona a necessidade de um poder estatal que assegure pela coerção a realização destas normas de direito ‘desigual’ que mantêm seus ‘limites burgueses’ mas, evidentemente, isto subentende-se”²⁶

As referências de Marx utilizadas na citação acima transcrita são da obra “Crítica ao Programa de Gotha”, escrito em 1875, como contraposição ao programa do partido operário alemão. Essa obra é tida por muitos como o escrito em que Marx chega mais perto de estabelecer uma teoria política prática de fato. Nesses escritos, o filósofo alemão esboça críticas ao direito burguês que foram usadas por muitos teóricos marxistas para justificar posicionamentos em relação ao direito, assim como Pachukanis.

Dessa maneira, o jurista soviético coloca a mediação jurídica como central para as relações de troca e as relações de troca como pressuposto da forma jurídica burguesa. O horizonte da crítica pachukaniana está na extinção do direito, não só do direito burguês ou do direito sob o capitalismo, mas sim do direito como um todo. A justificativa desse pensamento aparece da seguinte forma: “concluir que os tribunais e

as leis deverão sempre existir, porque mesmo um estado de abundância econômica não fará desaparecer todos os delitos contra a pessoa, significa tomar os momentos secundários e derivados pelos momentos essenciais e fundamentais”.²⁷

Concordamos em parte com esse raciocínio, tendo em vista que a forma jurídica burguesa realmente não garante nada menos que a manutenção das estruturas de poder da sociedade capitalista, todavia entendemos que esse momento posterior só poderá ser alcançado com a sociedade de “abundância econômica” e, ainda assim, há pontos necessários de aprofundamento do debate e, enquanto não chegamos a esse momento, devemos encarar o direito como freio necessário. Não que o direito irá, por si só, garantir e impulsionar a emancipação humana, porém a não utilização de mecanismos normativos para criminalização dos movimentos sociais e a busca de instrumentos jurídicos de distribuição de renda, por exemplo, certamente garantem pontos de avanço necessários a patamares civilizatórios de convivência humana.

Há diversas formas de encarar o direito, sendo certo que algumas são matizes e acessórias de outras. Podemos identificar basicamente duas grandes visões: a primeira, que podemos encaixar no grande campo progressista, na qual o direito é encarado como instrumento de justiça social; e a segunda, que enxerga no direito apenas a manutenção do e assim deve continuar. Certamente nos colocamos ao lado da primeira visão e assim desenvolvemos nosso estudo.

d.d” – A luta pela emancipação

O quadro traçado até aqui não é nada animador. A subordinação do trabalho ao capital; o processo de produção capitalista; a lógica mercantilizada que permeia as relações sociais que só fazem reproduzir o modo de produção; a opressão de classe; a geração de riqueza para poucos; enfim, o próprio capitalismo, são elementos que podem nos

27 Idem. p. 28.

fazer crer que a emancipação do ser humano reificado está muito longe ou é até impossível.

Ressalta-se, todavia, que o papel de quem consegue visualizar essas condições é pensar em um outro modelo, um outro mundo possível, sob pena de termos apenas teorias que são críticas de maneira etérea, que não fazem jus a tão famosa tese 11 de Marx a Feuerbach.²⁸ A constatação das ignomínias do capitalismo deve servir a um impulso de mudança, ao pensamento crítico verdadeiramente comprometido com quem sofre de maneira mais brutal as opressões constatadas. É nítido que a opressão de classe do capitalismo se dá por uma via de mão única, sendo certo que a classe oprimida é sempre a classe trabalhadora, e, nesse sentido, devemos entender sua luta pela emancipação.

Várias foram as tentativas ao longo do processo histórico de mudança do estado de coisas que o capitalismo determina. Várias foram as tentativas de reformas e revoluções. Entretanto, ainda vivemos no capitalismo. Devemos, porém, ter claro que foram conquistados muitos avanços: no campo do direito do trabalho, por exemplo, hoje temos uma visão muito mais progressista da legislação trabalhista – à exceção dos que pensam o direito do trabalho com o pé na direção da empresa – do que no começo do século XX, no qual sequer esse ramo era pensado de maneira sistemática e com autonomia didática, com alguns doutrinadores negando sua possibilidade de mera existência. Não podemos nos furtar, todavia, de pensar dialeticamente, lembrando que os avanços são sempre acompanhados de perto pelos retrocessos. Muito se falou nas últimas décadas em flexibilização do direito do trabalho como forma de enfrentamento do problema da nova configuração da empresa, porém sempre em desfavor do trabalhador.

O que propomos é buscar uma interpretação para o direito do trabalho, inserido na lógica maior do ordenamento jurídico, que busque

28 “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém o que importa é transformá-lo”. Com tradução da edição da Boitempo de *A Ideologia Alemã*. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e dos socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 539.

a efetiva melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e que contribua para a justiça social de maneira clara e decisiva. Não estamos de maneira alguma nos furtando do debate sobre o real papel do direito na sociedade capitalista – até por isso fizemos os apontamentos precedentes que permeiam nossa reflexão – mas sim propondo que atuemos, ainda que dentro de uma margem de atuação extremamente limitada, pois não podemos ficar parados assistindo à perda de gerações por conta da lógica perversa do capital, tentando organizar uma revolução que não sairá do direito. O trabalho de organização política é fundamental, e o direito deve apoiá-lo, e não servir à criminalização dos movimentos político-populares.

Considerações finais

Ainda que reconheçamos o caráter contraditório da luta por direitos, não podemos deixar de observar que, ao longo dos dois últimos séculos (XIX e XX), os movimentos populares, em sua maioria, sempre tiveram bandeiras ligadas à afirmação e efetivação de direitos como uma das formas de luta contra a opressão. Ainda no atual momento histórico brasileiro, de manifestações e grandes eventos, vemos emergir um lema das ruas: “Se não houver direitos, não vai ter Copar”. Vemos, portanto, que a luta por direitos continua na agenda do dia e imaginarmos que nada pode ser feito no campo jurídico para apoiar essa luta, dado o caráter capitalista do direito, seria virar as costas para o povo.

Dessa maneira, afirmamos o caráter positivo da mudança da orientação do Estado, de liberal para social, para as condições de vida e de luta da classe trabalhadora. Ainda que insuficientes, as novas estruturas de poder criadas com a finalidade da proteção social devem ser encaradas como um freio necessário para o processo de luta. Afinal, é melhor lutarmos contra um Estado democrático de direito que serve aos interesses da elite econômica do que lutarmos, em um Estado autoritário, pela formação do mesmo Estado democrático que hoje criticamos.

A construção do direito do trabalho como ramo autônomo das ciências jurídicas é, como veremos adiante, fruto de uma consciência social do direito em contraposição ao modelo liberal que impulsionava as instituições do século XIX e começo do século XX. Ao lidarmos com um direito que tem profundas raízes nesse campo social, temos que ter clara a dimensão de suas normas e sua orientação enquanto instituição jurídica.

Ainda que o direito trabalhista não possua – como não poderia deixar de ser – caráter revolucionário, existe a possibilidade de uma leitura, a partir da lógica dos direitos sociais, que favoreça uma concepção de sociedade de direito mais benéfica para os trabalhadores, fundada em preceitos de distribuição de renda e justiça social que busquem, em alguma medida, colocar-nos mais próximos de uma efetiva igualdade material.

Assim, com todas as limitações que uma leitura contra hegemônica do direito possui, consideramos que a busca por freios jurídicos à exploração, à miséria, enfim, a todo o estado de coisas que desumaniza o ser humano, é benéfica e assim é que pretendemos dar a toada de nosso estudo. A partir daqui passemos a averiguar como uma colocação do problema sob esses pressupostos pode influenciar a leitura do direito.

A organização coletiva de trabalhadores é a única forma de luta política que pode efetivamente contribuir para a construção desses freios jurídicos. A organização de sindicatos efetivamente combativos e a colaboração dos trabalhadores na vida sindical são importantes fatores de legitimação jurídica e política das decisões coletivamente tomadas no âmbito das associações de classe.

As demandas das ruas devem ser ouvidas. Mas para que essas demandas reflitam também os nossos anseios, devemos estar nas ruas. Caso contrário, nada falaremos e não nos faremos ouvir. A reprodução de um modo de trabalho que não nos pertence é uma necessidade material do trabalhador, que afinal precisa trabalhar, mas também é urgente a busca por outras formas de sociabilidade mediadas pelo trabalho, senão iremos eternamente reproduzir o que não nos representa.

Referências

- ANTUNES, Ricardo (org.). . São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho São Paulo:** Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Trad. e Introd. de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. **Manuscritos Econômico-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo.** Trad., Apres. e Notas por Paulo Bessa. Rio de Janeiro

Lutas e rebeldias na América Latina contemporânea: contextualizando as manifestações de junho de 2013 no Brasil

Gustavo Menon*

“Você que acordou agora, não hostilize quem nunca dormiu”.¹

América Latina no contexto neoliberal

Na América latina, o neoliberalismo apresentou-se como (re) ajuste para reerguer uma economia destruída pela fase de substituição de importações. Era o paraíso perdido agora encontrado. A salvação e a solução para todos os problemas socioeconômicos das décadas anteriores. A verdadeira libertação que tornaria o continente próspero, inserindo-o no mercado global. Para os mais pobres, a única esperança. Resumidamente, os neoliberais eram os novos libertadores do Terceiro Mundo, a saída da dependência. Diziam: “*El nuevo evangelio de la economía de mercado. El futuro parece comenzar al fin a sonreír a América Latina*” (CASAS, 1991).

Ao contrário da Europa, onde o alvo foi principalmente o Estado de Bem-Estar e o avanço dos governos comunistas, no território latino, o diabo da vez era o economista argentino Raul Prebisch e o modelo

1 Frase difundida pelos manifestantes de esquerda durante os protestos de junho de 2013 no Brasil.

* Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e professor da FACIG.

estabelecido pela CEPAL². A fórmula seria simples: bastaria inverter o eixo da economia para o mercado externo ao invés de se priorizar as indústrias nacionais. E os competentes que se estabeleçam na selvageria do mercado livre.

Um episódio típico da argumentação aqui supracitada foi a do então presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello. Alegando haver a necessidade de um “choque de modernidade” na indústria brasileira, Collor se referia à indústria automotiva nacional como empresas fabricantes de sucatas. Dessa forma, tratou rapidamente de entregar à economia brasileira as companhias multinacionais (bancos, indústrias, comércios, serviços de comunicação, etc.) com o pretexto que essas trariam a “modernidade”. Ora, o presidente não se preocupou com o atraso da pesquisa científica, com a criação de laboratórios nas instituições de ensino e com a falta de recursos para que se criassem tecnologias próprias. Diferentemente dos países asiáticos como Japão, Coréia, Taiwan que escolheram o desenvolvimento de uma tecnologia própria com recursos próprios para sair da crise, o Brasil tomou o rumo mais cômodo e preferiu importar tecnologias e bens que a nação não pode oferecer. Segundo Celso Furtado (1998), esse problema é oriundo das elites latino-americanas, pois essas possuem a “obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos”. Diante disso, há uma defasagem entre os desejos das elites e a capacidade tecnológica produtiva no país.

Furtado (1998) alega que esse problema é cultural: as elites latino-americanas sentem-se ocidentais. Veneram heróis negros, índios, mas não se identificam com o modo de vida desses. São brancos e querem viver como brancos regados a mordomias e luxurias que possam ser adquiridas a qualquer momento. Disneylândia, Nova York e Paris são suas maiores obsessões.

2 Obviamente que, guardada as devidas proporções, havia o temor do avanço do socialismo no continente, contudo, para conter esses movimentos simpáticos à revolução cubana, os EUA apoiam inúmeras ditaduras a fim de se colocar em prática o projeto neoliberal.

Na América Latina a palavra modernização tem uma ressonância particular. Pois, toca no velho complexo de inferioridade. Os latinos-americanos sofrem por quererem ser ocidentais, de Primeiro Mundo, e não são. [...] A modernização seria então, por fim, sair da condição de inferioridade. Ser moderno é ser semelhante ao Primeiro Mundo. (COMBLIN, 2000)

Com essas condições, a ideologia neoliberal foi recebida em território sul-americano como o mais novo produto cultural europeu de Primeiro Mundo. Não adotar essas novas políticas seria como vestir uma roupa fora de moda. O neoliberalismo foi assim acolhido com grande entusiasmo pelas burguesias do hemisfério sul, sendo a última receita de felicidade e aquilo que não se pode perder.

Chile, México, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e por fim o Brasil, uma a um, todos os governos latinos americanos foram aderindo ao novo modelo proposto pelo “Consenso de Washington”. Tal programa político consistia nos seguintes princípios:

- Disciplina fiscal;
- Redução dos gastos públicos;
- Reforma tributária;
- Juros de mercado;
- Câmbio de mercado;
- Abertura comercial;
- Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições;
- Privatização das estatais;
- Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas);
- Direito à propriedade intelectual;

Mas quem era essa nova geração de políticos que rondava pela América Latina? Quais eram essas pessoas que prometiam um futuro tão grandioso ao continente? Diversos: o ditador Augusto Pinochet (na

década de 80), Carlos Menem, Fujimori, Fernando Collor de Melo, Luis Alberto Lacalle, Gonzalo Sanchez de Lousada, e *last but not least* Carlos Salinas de Gortari (CASAS, 1991).

A virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90. Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. E Salinas, notoriamente, não foi sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes (ANDERSON, 1995, p. 20-21).

Como a democracia nunca foi um fator essencial no neoliberalismo (ANDERSON, 1995), no Chile, as forças armadas, sob o comando de Augusto Pinochet, assumiram o governo por meio de um golpe de Estado extremamente sangrento. Provendo uma verdadeira carnificina durante seu período no poder (até 1988), a ditadura de Pinochet perseguiu covardemente os simpatizantes do governo anterior de Salvador Allende. Allende, enquanto presidente, tentou implementar um amplo programa de reformas, como a nacionalização das minas de cobre – até então exploradas por empresas norte-americanas – bem como, uma proposta de reforma agrária.

Discordando da política econômica do governo anterior, Pinochet tratou de assassinar Allende, entregando a economia do país a um grupo de estudiosos da universidade de Chicago, os chamados “Chicago Boys”. Estes elaboraram um programa de reformas econômicas, favorecendo a integração do Chile na economia mundial. O neoliberalismo começava a dar suas caras nas terras latino-americanas.

O programa político-econômico dos *Chicago Boys* era fazer o contrário dos governos anteriores. Tratava-se de uma mudança radical, tendo como princípio o enxugamento da máquina pública através da privatização de empresas estatais.

Presidentes da América do Sul e Central como na Argentina, no México e no Peru, viam esse novo modelo como a única saída para as fortes crises inflacionárias e o controle das contas públicas. Ao invés de tentar reajustar o modelo cepalino, diversos governos entregaram-se ao livre mercado sem preparo algum.

O resultado disso foi a proliferação das empresas multinacionais com a falência de muitas pequenas empresas nacionais. O livre-mercado foi uma armadilha, uma cilada na qual as cicatrizes permeassem até hoje no território latino-americano.

De qualquer maneira, mesmo a CEPAL não atingindo os resultados esperados, não pode comparar-se com as proporções das crises do período neoliberal. Sob a mão de ferro do ditador, o modelo introduzido em 1975 entrou numa profunda crise por volta de 1981. No ano seguinte, o PIB chileno despencou 14,3 %.

O projeto que tinha como fim emancipar a América Latina acabou acorrentando-a ainda mais ao capital estrangeiro. Além disso, inúmeros países foram obrigados a contrair dívidas impagáveis junto ao FMI. Estima-se que em 1994, a América Latina devia aos bancos e aos governos de países ricos mais de U\$35 bilhões (COSTA, 1990)³. Com dívidas monstruosas, poucos recursos sobravam para investimentos sociais. O velho problema da dependência perpetuava-se com toda força, mas agora causando graves estragos sociais.

Na Argentina, seguindo fielmente as receitas do FMI e do “Consenso de Washigton”, Carlos Menem deu início a uma ampla política de privatização de estatais, corte dos gastos públicos, estabelecendo também a paridade cambial. A princípio tal programa político surtiu os efeitos esperados diminuindo alta taxa de inflação. Contudo, em 1999 a economia parou de crescer e a paridade entre o peso e o dólar começou

3 Vide COSTA, Alberto. La deuda eterna. Quito 1990.

a prejudicar as exportações. O resultado do modelo neoliberal implementado pelos governos Menem e Fernando de La Rúa em território argentino foi recessão econômica e empobrecimento da população. Estima-se que em 2001 a taxa de desemprego subiu para 18%.

Em contraposição ao modelo adotado, diversos manifestantes marcharam nas Ruas de Buenos Aires exigindo a renúncia do então presidente De La Rúa. Os protestos com os chamados “panelaços” surtiram efeito: em 2002, tomou posse o presidente peronista Eduardo Duhalde que adotou uma política contrária ao FMI⁴.

Em 1994 no México, seguindo os conselhos do EUA, o país entrou numa verdadeira ruína. Mais uma crise do capital especulativo e com isso, centenas de fábricas se fechando, gerando, assim, mais de um milhão de desempregados. O desconcerto total nos meios financeiros levou o México aumentar sua dívida externa com os EUA, além de entregar o petróleo como garantia da dívida.

Em 1994 houve o desastre no México. Os EUA “ajudaram” o país, injetando 20 bilhões de dólares. Assim mesmo, para a população foi um desastre. Milhões de pessoas foram prejudicadas. Milhões passaram da pobreza para miséria. E o país teve que hipotecar o petróleo, principal recurso nacional. (OPPENHEIMER, 1996, p. 72)

Houve, em 1997, uma conferencia do Banco Interamericano. A tônica de toda esta conferencia era que estávamos vivendo um grande fracasso. As políticas neoliberais não estavam tendo êxito, estavam fortemente desafinadas com a realidade. (COMPLIN apud SUNKEL, 2000, p. 135)

No Brasil, sob o governo Collor de Mello, entrou em vigor o Programa Nacional de Desestatização. Dessa forma, teve início um amplo processo de privatizações de empresas estatais. O governo

⁴ Para maior conhecimento de tais manifestações populares na Argentina, ver o filme “Memorias Del Saqueo”.

começou a reduzir os impostos sobre as importações, abrindo, assim, o mercado aos produtos estrangeiros. Collor acreditava que isso seria fundamental para um “choque de modernidade” na indústria brasileira, entretanto, o que se verificou foi a falência de diversas micro-empresas nacionais gerando assim uma grande taxa de desemprego. Um exemplo de empresa prejudicada nesse período foi a indústria automotiva nacional Gurgel. Não podendo competir com os carros das grandes multinacionais, a empresa foi obrigada a fechar suas portas.

No governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo com uma maior estabilidade monetária e com o fim da inflação, o processo de privatizações continuou: grandes empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, a Companhia Vale do Rio Doce e até mesmo o sistema brasileiro de telefonia foram alvos do processo de privatização no país.

Tabela 1: Investimentos Estrangeiros no Brasil

Ano	U\$ bilhões
1994	2,0
1995	1,3
1996	10,8
1997	19,0
1998	28,9
1999	28,6
2000	32,8

Fonte: Baer (2002).

Buscando integrar o mercado brasileiro ao mercado mundial, a abertura econômica implicou em resultados extremamente negativos. Muitas micro-médio-empresas foram incapazes de enfrentar a concorrência estrangeira e acabaram sendo compradas, falindo ou demitindo grande parte de seus funcionários. A expectativa de que as empresas

brasileiras se modernizariam foi por água abaixo. Assim, durante o governo Collor e os primeiros anos FHC, o desemprego no Brasil triplicou, subindo de 1.6 milhão para 5 milhões entre 1989 e 1996. Em 1999 atingindo seu ponto máximo, a taxa de desemprego chegou a 6 milhões de pessoas, por volta de 7% da população economicamente ativa (PEA).

Tabela 2: MEGA (2002) Desemprego no Brasil entre 1995-2002

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Média anual em %	10,7	12,9	13,4	15,5	18,9	16,9	14,9	15,3

Fonte: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

CRISTOVAM BUARQUE (1991) enuncia algumas causas do fracasso do desenvolvimento no Brasil (tanto com o modelo cepalino, bem como, no modelo neoliberal). Por que o desenvolvimento não atingiu os resultados esperados? Todos argumentos tocam num objetivo central: procuraram mudar a economia sem mudar a estrutura social do país. Mantiveram no poder as classes sociais ligadas ao velho modelo exportador-importador.

O plano neoliberal no Brasil foi um fracasso. Em 1998, após desaceleração das bolsas asiáticas, o Brasil entrou num forte período de recessão. “Janeiro de 1999: cai o Brasil. Em 15 dias o real perde 70% do seu valor. (COMBLIN, 2002). Mais uma vez, o Brasil optou pelo capital externo para se salvar. O FMI, injetando mais de 20 bilhões de dólares no mercado brasileiro, agravou ainda mais a situação da dívida externa brasileira.

Diante desses acontecimentos na maior potência da América do Sul, muitos economistas neoliberais ficaram sem jeito para explicar a situação de graves crises econômicas que vinham ocorrendo sucessivamente. Segundo o Sr. Joseph Stiglitz, economista-chefe no Banco Mundial, o Brasil foi vítima de “uma injustiça particularmente cruel” e que o Brasil

Tabela 3: MEGA (2002) evolução do PIB entre 1995-2002

	PIB		Taxas de crescimento (%)	
	Total (R\$ milhões)	Per Capta (R\$)	Total	Per Capta
1995	646.192	4.067	4,2	2,6
1996	778.887	4.828	2,7	1,1
1997	870.743	5.317	3,3	1,7
1998	914.188	5.499	0,1	-1,4
1999	973.846	5.771	0,8	-0,7
2000	1.101.255	6.430	4,4	2,8
2001	1.198.736	6.896	1,3	-0,2
2002	1.346.028	7.631	1,9	0,4

Fonte: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais. FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

não merecia o que lhe aconteceu, pois seguiu fielmente os conselhos ditados pelo “Consenso de Washington” (HALIMI, 1998). Ora, eis agora que o mercado é “injusto”. Sempre diziam que o mercado era a “felicidade de todos”, a “salvação para os problemas do mundo”, e agora o mercado torna-se “injusto”. E o Brasil não merecia ter os problemas que tem? Claro que merecia, afinal foi ingênuo e submisso ao acreditar nesses economistas. Merece ter os problemas que tem por ter aderido o projeto neoliberal.

Em todo caso, evidenciado o fracasso do modelo neoliberal, um processo de conversão começa a manifestar-se em todo continente. Diversos partidos, movimentos e grupos sociais colocam-se contra o neoliberalismo, criando novas propostas para o território latino-americano.

Resistências: A maré cor de rosa na A.L e a (re) configuração da esquerda na virada do século.

A distribuição de riqueza por meio do livre mercado está longe de ser igualitária. O caso da América Latina é nítido de como um país pode

ficar escravo do capital estrangeiro⁵. Além disso, a ideologia neoliberal, que pretendia unificar todos num “mercado global”, acabou excluindo pessoas, gerando desemprego, desigualdade e falta de recursos sociais por parte do Estado.

Cansados de tais políticas, diversos movimentos contra-hegemônicos florescem na América Latina durante a virada do século, criticando principalmente o modelo neoliberal.

No início de 1998, mais de 30 pessoas se reuniram no “Foro Mundial das Alternativas” para tratar de alternativas no mundo atual a fim de se criar uma nova utopia. Publicaram assim, um Manifesto com 13 teses ao redor de um eixo central: “*Está na hora de reverter o curso da história*”. O documento diz:

1. Está na hora de pôr a economia a serviço dos povos.
2. Está na hora de derrubar o muro entre o Norte e o Sul.
3. Está na hora de encarar a crise da civilização.
4. Está na hora de rejeitar o poder do dinheiro.
5. Está na hora de transformar o cinismo em dignidade e a dignidade em poder.
6. Está na hora de reconstruir e democratizar o Estado.
7. Está na hora de sermos verdadeiros cidadãos.
8. Está na hora de voltar a valorizar os valores coletivos.
9. Está na hora de globalizar as lutas sociais.
10. Está na hora de despertar a esperança dos povos.
11. Chegou o tempo das convergências.
12. Abre-se diante de nós o tempo de um pensamento criador e universal.
13. O tempo da ação já começou. (MANIFESTO DEL FORO INTERNACIONAL DE LAS ALTERNATIVAS, 1998).

⁵ Por uma questão metodológica, neste artigo não me proponho a discutir os problemas de dominação referentes ao capital interno. Por isso, não comento a respeito das frações de classes burguesas internas ou nativas. Para o conceito de burguesia interna, ver POULANTZAS (1977).

Em abril de 2001, ao mesmo tempo em que ocorria uma reunião anual do Fórum Econômico Mundial – entidade que reunia os principais representantes dos países ricos – em Davos na Suíça; aproximadamente 10 mil pessoas de ONGs, sindicatos, partidos políticos e novos movimentos de esquerda reuniam-se em Porto Alegre expressando sua extrema insatisfação com a globalização. As teses ali discutidas iam ao contrário do modelo neoliberal, idealizando *um novo mundo possível*.

Dessa forma, em diversos países, novos debates vêm sendo colocados à tona:

Por um lado, tenemos procesos reformistas como son los electorales que, sin embargo, pueden o intentan producir cambios profundos, casi revolucionarios, como en Venezuela o aquí, en Bolivia. En cambio, otros procesos que se presentan como revolucionarios, como rupturas, pueden ser de hecho reformistas en sus prácticas, como el de los zapatistas en México. Y, como acostumbro decir, hay procesos reformistas que, en sí mismos, ni siquiera parecen reformistas, como es el caso de Lula en Brasil. En síntesis, hay una turbulencia de conceptos que, a mi juicio, es importante subrayar. (BOAVENTURA, 2007, p. 26)

Como ressalta Boaventura, esses novos acontecimentos apresentam-se também levantando novas discussões. A crise capital-trabalho aprofunda-se gerando novas contradições como capital-meio ambiente e indivíduo-nação. Por isso, a grande necessidade de apresentar um novo léxico para realidade, para compreender a fase atual⁶.

Por todas estas razones, cuando en este momento miramos el mundo y las transformaciones en curso, no necesitamos tanto de alternativas transformadoras sino de un pensamiento alternativo sobre las alternativas, porque nuestros

6 Sobre a questão de um novo Léxico para atualidade, ver Daniel Bensaid.

lentes y conceptos no son capaces de captar toda la riqueza de la experiencias emancipatorias que ocurren en la actualidad. (BOAVENTURA, 2007, p.28)

Lutas contra o livre-comércio, em especial no caso ALCA, demonstraram uma grande articulação entre partidos e movimentos em todo continente. Além disso, outros atores sociais começaram a ganhar espaço representando múltiplos interesses. Essa pluralidade de novos atores permitiu, assim, um debate enriquecido de novas propostas e resistências.

Hay nuevas formas y culturas de organización. Por ejemplo, la lucha continental contra el ALCA fue posible por una articulación nueva entre partidos y movimientos; los partidos ya no son los unicos representantes organizados de los intereses de los pueblos. (...) Hay nuevos actores, nuevas prácticas transformadoras en este continente. Los movimientos indígenas han tenido un papel protagónico desde hace mucho tiempo, pero sobre todo desde los setenta y ochenta; y también movimientos feministas, los movimientos campesinos y muchos otros. (BOAVENTURA, 2007, p. 29)

Na Bolívia, um reflexo dessas lutas foram manifestações contra a privatização da Água em Cochabamba. Outros aspectos importantes desse país foram a eleição do presidente Evo Morales - um aimará líder dos produtores de coca (coraleiros) - a participação e conscientização política dos grupos indígenas que aumentaram significativamente. Sempre excluídos do processo decisório, os povos indígenas atualmente propõem novas formas de organizações socioeconômicas. O fruto desse amplo debate das populações indígenas foi a promulgação da nova Constituição Boliviana que insere direitos e participações para os povos anteriormente excluídos da vida política.

Na Venezuela, após longos anos de expropriação das riquezas do petróleo por parte das oligarquias petrolíferas, Hugo Chávez foi eleito

à presidência por ampla maioria da população tendo como projeto central a chamada “*Revolução Bolivariana*”. Um conjunto de transformações que se desencadeou na Venezuela: a maior participação popular, mudanças significativas no meio militar, redistribuição das riquezas do petróleo e um amplo programa social de alfabetização e conscientização foram algumas medidas observáveis durante o governo bolivariano que intitula esse projeto como o “Socialismo do Século XXI”⁷.

Outro país de efervescência na América do Sul é o Equador. Criticando duramente o modelo neoliberal imposto durante a década de 90, o atual presidente Rafael Correa contestou a dívida externa de seu país, questionou a “dolarização” da economia e colocou fim a idéia de “Estado mínimo”. Além disso, a maior participação do Estado como controlador do mercado petrolífero; o alinhamento da política externa com o bloco chavista, juntamente com a proclamação de uma nova constituição, são apenas alguns aspectos que caracterizam o atual governo equatoriano.

Na América do Norte, questionamentos do ELZN quanto à autonomia e soberania nacional também fazem parte da agenda de discussões.

No sul do México, o EZLN articula a defesa de valores étnicos à luta pela emancipação nacional, ao mesmo tempo em que procura integrar esta última a um projeto mais amplo de questionamento do capitalismo, inclusive no que se refere à dimensão política (exercício do poder; problemática da representação, etc.). (ALMEIDA, 2007, p. 73)

Conforme demonstrado, diversas manifestações ocorreram no território latino-americano durante a transição do século XX para o XXI. Essa nova onda de lutas, sem dúvidas, foi importantíssima para consolidar aquilo que RAMÍREZ GALLEGOS (2007) chama de “período pós-neoliberal na região”.

7 Em relação ao conceito de Socialismo do Século XXI, vide BORON (2010).

Movimentos sociais na alvorada do século XXI: breves considerações sobre o caso brasileiro em meio a um oceano revoltoso⁸

A difícil vitória (momentânea) contra o projeto neoliberal rearticulou as bandeiras a serem reivindicadas por parte da esquerda no continente.

Paralelamente a isso, o contexto mundial presenciou uma série de lutas importantes que afetaram, diretamente, o centro do sistema econômico. A Primavera Árabe, no final de 2010, desencadeou uma série de lutas e revoluções em todo Oriente Médio e no Norte da África.

Na Espanha, em 2011, como refluxo da crise econômica de 2008, o movimento *los indignados* ocupou a praça *Puerta do Sol* - uma das mais famosas do país- contra as medidas de austeridade anunciadas pelos organismos internacionais. Em especial, se colocavam contra as políticas econômicas seguidas pela União Europeia e o Banco Mundial. O caso espanhol, marcado por uma recessão econômica sem precedentes, em que a faixa de desemprego entre os jovens supera a taxa 50%, exigia *Democracia Real Ya!*. Em meios aos protestos durante todo o mês de maio, os jovens gritavam: “se não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir!”.

No centro do império⁹ estadunidense, mais precisamente em 2011, na cidade de Nova Iorque, o movimento *Occupy Wall Street* gritava a seguinte mensagem: “*We are the 99%*” (Nós somos os 99%). Iniciado em setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, o movimento liderado por jovens cobra a punição e exige a identificação dos responsáveis da crise financeira mundial ocorrida em 2008.

No Brasil, mesmo ainda com políticas de viés neoliberal por parte do governo petista (concessão de aeroportos e estradas, leilão dos poços de petróleo, etc.) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apesar de passar por uma conjuntura de crise - devido a fatores

8 Para o termo oceano revoltoso, ver ALMEIDA (2009).

9 O sentido de imperialismo aqui citado remete à obra de LENIN (1987).

como cooptação governamental e falta de recursos-, além de encabeçar as lutas pela reforma agrária, coloca em discussão a relação capital x natureza. O conceito de agroecologia, por exemplo, passa a ser difundido numa lógica de conscientizar a população a respeito dos perigos do uso indiscriminado de agrotóxicos e pesticidas nos alimentos. Sob esta óptica, tal crítica associa a produção de alimentos transgênicos aos interesses financeiros das empresas transnacionais. Nesse sentido, o movimento rural brasileiro tenta, a duras penas, enfatizar a necessidade da reforma agrária para construção de uma sociedade mais justa, democrática e saudável.

Na esteira destas lutas pela natureza, ambientalistas e indígenas formam uma aliança contra o modelo neodesenvolvimentista brasileiro. A resistência contra a construção da usina de Belo Monte, no Pará, evidencia como ONGs, partidos e ecologistas em geral não estão satisfeitos com os caminhos trilhados pela economia brasileira.

Em matéria de reforma urbana, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), desde o final da década de 1990, questiona a lógica da especulação imobiliária e seus efeitos perversos para as cidades brasileiras. Ao longo de 2014, ano da realização da copa do mundo no Brasil, o MTST esteve organizando uma série de atos contra as remoções arbitrárias deste megaevento. Aliado ao Comitê Popular da Copa, o MTST traça uma luta anticapitalista no sentido de se criar um poder popular.

As manifestações contra a realização da copa do mundo de futebol ganharam fôlego, principalmente, na série de protestos que se disseminou por todo Brasil em junho de 2013. Os protestos iniciais, encabeçados pelo Movimento Passe Livre (MPL), concentraram-se, basicamente, na redução das tarifas de ônibus e metrô nas cidades brasileiras. Além de colocar a questão da mobilidade urbana em discussão, o MPL procurou difundir sua pauta do “passe livre” junto a outros setores progressistas da sociedade. Partidos, coletivos, estudantes e outros movimentos sociais protestaram durante o mês de junho de

2013, formando uma frente contra os aumentos dos preços nos transportes públicos.

Os protestos se avolumaram. A cada novo ato, milhares de indivíduos. Os governos, pressionados pelas manifestações populares, cedem: as passagens não são reajustadas, e a presidente Dilma anuncia um conjunto de reformas a ser enviadas ao Congresso Nacional. Entre elas: Reforma Política, importação de médicos estrangeiros, 100% dos royalties do petróleo para Educação e o combate contra corrupção.

Pessoas, que nunca tinham ido às ruas reivindicar absolutamente nada, saíram. Um certo sentimento ufanista contagiou a nação. O sentimento, entre muitos destes que nunca haviam praticado manifestações políticas, era que o “gigante acordou”. E dá-lhe caras pintadas espalhadas pela Avenida Paulista e pelas outras cidades do país!

A coisa degingolou. A pauta se disseminou entre os manifestantes tornando-se totalmente heterogênea. Bandeiras como: a volta dos militares e golpe contra Dilma Rousseff, faziam coro em consonância aos interesses burgueses da sociedade. No noticiário, anteriormente, vândalos; agora, manifestantes. A direita brasileira estava nas ruas. Frações de classes reacionárias e retrógradas, que há muito tempo não davam as caras, voltaram a aparecer: grupos minoritários proto-fascistas, por exemplo, saíram às ruas de maneira violenta, agredindo manifestantes que levavam bandeiras de partidos. O MPL se retira.

Nas redes sociais, via-se à beça comentários ofensivos nas páginas do atos, pedindo que os partidários enfatizassem suas bandeiras aqui e acolá. Ao mesmo tempo, as manifestações nas ruas foram tornando-se carnavalescas e com cara de comemoração de final e Copa com o Brasil campeão, em vários sentidos, desde a enxurrada de verde e amarelo que tomara conta dos acontecimentos até as músicas alegres tocando de fundo e sorrisos felizes nos tantos rostos que ocupavam a Avenida Paulista (PETRONI e LESSA, 2013, p. 02).

Vale ressaltar que pessoas nas ruas não é sinônimo de coisa boa: em 1964 uma marcha, intitulada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, colocou o Brasil em um dos períodos mais tenebrosos de sua história. Voltamos ao velho MARX (2002): “As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes”.

Nesse sentido, os protestos de junho, sem dúvidas, foram importantes lições para esquerda brasileira. Colocou em evidência a necessidade da conscientização da classe trabalhadora num período marcado (ainda) pela hegemonia do capital.

De toda forma, inúmeros movimentos sociais se apresentam com tendências anticapitalistas. Tais movimentos anti-sistêmicos apresentam pautas como a desmilitarização da polícia, a democratização dos meios de comunicação e, sobretudo, a construção de um poder popular. Em resumo, frear a lógica perversa do capital nas grandes cidades e no campo. Eis o desafio da esquerda!

É importante estar atento a esses movimentos, pois eles apresentam novas propostas e resistências frente ao mundo capitalista contemporâneo. Discutir suas formas de articulação, suas ideologias e suas reivindicações é de essencial relevância para qualquer pensamento crítico. Devemos ficar atentos, porque o novo está aqui e agora.

Referências

- ALMEIDA, Lucio Flavio Rodrigues de. *De volta à ilha de tranquilidade em meio a um oceano revolto? Limites da democracia liberal brasileira*. Lutas Sociais, 23, São Paulo: 2009.
- _____. *Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões*. Lutas Sociais 17/18. NEILS. ISSN 1415-854X. 2007.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E.; GENTILLI, P.(orgs.).
- *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

- BORON, Atilio. *O socialismo no século 21*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BUARQUE, Critovam. *A desordem do Progresso*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- CASAS, Juan Carlos. *Nuevos Políticos y Nuevas Políticas en América Latina*. Buenos Aires: Atlantida, 1991.
- COMBLIN, José. *O neoliberalismo: Ideologia dominante na virada do século*. 2ª Edição. Petrópolis: Ed. Vozes. 2000.
- COSTA, Alberto. *La deuda eterna*. Quito 1990.
- FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra., 1998.
- LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.
- MANIFESTO DEL FORO INTERNACIONAL DE LAS ALTERNATIVAS. Es Tiempo de revertir el curso de la historia. Pasos, nº 76, 1998.
- MARX, Karl.; ENGELS, Frederich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Centauro, 2002.
- MEGA, Luciano Farias. “PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA”. In: *Traços das políticas neoliberais no Brasil*, 2002.
- OPPENHEIMER, Andrés. *En la frontera del caos. La crisis Mexicana de los noventa, el efecto tequila y la esperanza del nuevo milênio*. Buenos Aires: Vergara, 1996.
- PETRONI, Camila; LESSA, Débora. *Eis a catástrofe!* Jornal Brasil de Fato, 2013. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/13332>. Acesso 20 de maio de 2014.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RAMÍREZ GALLEGOS, Franklin. ‘Posneoliberalismo’ y ‘neodesarrollismo’: ¿Las nuevas coordenadas de acción política de la izquierda latinoamericana? Quito: FES-ILDIS, 2007.
- SOUZA. Boaventura de Santos. *La reivencion del Estado y el Estado Plurinacional*. Buenos Aires: CLACSO. Ano VIII, nº 22, 2007.

Da ditadura militar à democracia burguesa

Vanderlei Elias Nery*

O debate teórico acerca da transição brasileira da ditadura para a democracia burguesa

Analistas, como Skidmore (1988) e O'Donnell (1988), afirmam que o processo de democratização do Brasil, no período de 1974-1985, foi obra dos militares moderados, como o Presidente da República, general Ernesto Geisel (1974-1979) e seu principal assessor, general Golbery do Couto e Silva.

Para O'Donnell e Schmitter (1988), a transição brasileira foi marcada pela liberalização iniciada pelos militares, que conduziram o processo, alterando as regras do jogo quando necessário, mas com vistas a um fim, que era a redemocratização do país. Era importante que o papel das oposições fosse moderado, pois se evitariam retrocessos na transição do regime autoritário para a democracia. Os dois autores explicitam que consideram o processo de democratização sob o ângulo estritamente político-institucional.

A partir da instauração do regime democrático, é possível, mas não inevitável, passar à busca da socialização, o que para os autores significa buscar a “democracia social” e a “democracia econômica” (Ibidem, p. 31).

Segundo Maria D'Alva Kinzo, o acirramento dos conflitos dentro das Forças Armadas e o restabelecimento de certa normalidade eleitoral, em 1974, influenciaram o curso da distensão política (KINZO, 2001).

* Doutor em Ciências Políticas pela PUC-SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). Professor da Universidade Cruzeiro do Sul.

Para Bolivar Lamounier, é necessário resgatar a importância, na sociedade brasileira, de legados liberais. O autor observa que a maioria dos cientistas, ao analisar os processos políticos no Brasil, dá maior destaque ao caráter autoritário da sociedade brasileira. Ele reconhece a existência desse autoritarismo. Entretanto, ressalva que a sociedade brasileira “abriga importantes componentes liberais, não sendo concebível, entre nós, a legitimação em termos duradouros de um sistema autoritário, muito menos de uma autocracia repressiva como a que se configurou na era Médici” (LAMOUNIER, 1988, p. 122-123).

Levando em conta esse componente liberal, o autor afirma que as eleições de 1974 foram um termômetro para a verificação dos descontentamentos com o regime militar e, ao mesmo tempo, uma sinalização da necessidade de mudanças.

As análises institucionalistas deram margens a interpretações da transição da ditadura para a democracia burguesa, em especial na América Latina, baseadas em conceitos como a transitologia e a consolidação (VITULLO, 2001).

Entre as diversas críticas apontadas às análises dos transitólogos, consideramos importante destacar, que os cientistas políticos ligados a essa corrente analítica atribuem grande importância ao papel desempenhado pelas lideranças políticas nos processos de transição dos regimes autoritários para o regime democrático. Segundo Vitullo, “O fato de dedicar atenção e responsabilizar pelos processos de transição e democratização só as ações estratégicas, as condutas racionais e a habilidade de certos indivíduos, traz atrelado um poderoso viés elitista” (Ibidem, p. 56).

As análises, que privilegiam uma abordagem elitista, desconsideram “os fatores estruturais” e impedem “o entendimento da situação sócio-política em toda sua complexidade” (Ibidem, p. 57).

Os transitólogos dão grande importância, nos processos de transição da ditadura para a democracia, ao cumprimento de etapas (etapismo). Segundo Vitullo, “[...] etapismo ou leitura sequencial da realidade acaba consumando uma profecia autocumprida, segundo a qual a

política institucionaliza-se de maneiras que desvalorizam, de modo sistemático, a dimensão participativa da democracia” (Ibidem, p. 57).

Os institucionalistas sugerem a moderação dos opositores ao regime autoritário para afastar qualquer perigo de retrocesso.

As análises institucionalistas carregam uma exagerada ênfase na ideia de ordem e estabilidade, o que leva os cientistas ligados a essa “corrente analítica” a argumentar “que a estabilidade exige um relativo isolamento das estruturas políticas face às pressões da sociedade e, em especial, dos setores populares” (Ibidem, p. 58). Para os institucionalistas, “A democracia esgota-se, assim, [...] em uma mera “normalização” das instituições políticas, o que nos leva a destacar a imperiosa necessidade de abandonar a simplificadora dicotomia entre regimes autoritários e regimes democráticos e a impostergável tarefa de examinar e avaliar que tipo de democracia vem se constituindo nos países da região nos últimos anos” (Ibidem, p. 59).

Em nossa análise não desconsideramos as iniciativas dos militares em relação à abertura política apontadas por Skidmore, O’Donnell, nem mesmo o papel das eleições destacado por Kinzo e Lamounier. Entretanto, entendemos que as análises empreendidas por estes autores não dão conta da complexidade do processo de transição no Brasil. A incompletude das análises deve-se ao ponto de partida analítico utilizado por eles. Para esses autores, o Estado é o promotor do bem comum e a democracia é a melhor forma de exercício de governo para o atendimento das necessidades e interesses das diferentes classes sociais.

Os autores acima percebem, no projeto de abertura de Geisel e Golbery, uma evolução do Estado ditatorial, no sentido da constituição de retorno ao Estado democrático.

Não desprezamos a importância, para a organização das classes populares, do fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5); da restituição de algumas liberdades políticas; da volta do pluripartidarismo; da anistia política. Entretanto, o governo do presidente João Batista de Figueiredo (1979-1985) manteve as estruturas ditatoriais, pois a capacidade de

decisão sobre as políticas de Estado continuou centralizada no executivo em detrimento do Congresso Nacional.

É preciso lembrar, também, que a reforma constitucional que pôs fim ao AI-5, em 1978, incorporou novas “salvaguardas” para o Estado, entre as quais estavam o poder de o executivo decretar “medidas de emergência”, “estado de sítio” ou “estado de emergência”. (SKIDMORE, 1988).

Para nós, é necessário analisar a transição brasileira a partir da atuação das classes sociais. Se é verdade que houve uma reorganização das classes populares, é também verdade que as frações burguesas, também se reorganizaram e passaram a atuar no sentido de manter a dominação.

Nosso ponto de partida analítico difere dos autores acima citados, pois partimos da premissa marxista, segundo a qual o Estado, em qualquer sociedade cindida em classes sociais antagônicas, é um órgão de dominação de classe (MARX, s/d; ENGELS, s/d; LÊNIN, 1988).

Fundando-se na definição dos clássicos do marxismo de que o Estado é um órgão de dominação de classes, Poulantzas constrói uma teoria do Estado capitalista. Para o autor, a diferença fundamental entre o Estado capitalista e os anteriores é que aquele “apresenta-se como um Estado-popular-de-classe” (POULANTZAS, 1971, p. 143). Ou seja, diferentemente dos Estados pré-capitalistas, o Estado capitalista aparece como representação da vontade geral de todo o povo-nação. Isso é possível, pois: “O sistema jurídico moderno, distinto da regulamentação feudal fundada nos privilégios, reveste um caráter ‘normativo’, expresso num conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios da liberdade e igualdade: é o reino da ‘lei’. A igualdade e a liberdade dos indivíduos-cidadãos residem na sua relação com as leis abstractas e formais no interior de um ‘Estado de direito’” (Ibidem, p. 143).

A estrutura jurídico-política legítima a separação entre produtor direto e os meios de produção. O direito capitalista institucionaliza essa apartação baseando-se no contrato de trabalho, o qual legaliza a exploração conformando “os agentes da produção como sujeitos jurídicos, isto é, como indivíduos-pessoas políticos” (Ibidem, p. 149).

Segundo o autor, a instância jurídico-política é a ideologia dominante no modo de produção capitalista, pois, neste sistema, a separação entre produtor direto e meios de produção conduz à concentração do capital e à socialização do trabalho no nível econômico, ao mesmo tempo em que “instaura, conjuntamente, ao nível jurídico-político, os agentes da produção na qualidade de ‘indivíduos-sujeitos’, políticos e jurídicos, despojados da sua determinação econômica e, portanto, da sua inserção numa classe” (Ibidem, p. 150).

Para Poulantzas, este processo engendra uma característica fundamental e original, a qual ele denomina *efeito de isolamento*. As estruturas jurídicas e ideológicas, ao disporem os agentes da produção como sujeitos jurídicos, ocultam as relações de classes, o que leva a que a luta econômica não seja vivida como luta de classe.

Como as relações entre capital e trabalho não aparecem como luta de classes, dado o efeito de isolamento, o Estado capitalista apresenta-se como unidade política de todo o povo e pode apresentar-se como representante geral, pois, diferentemente dos anteriores, possui uma autonomia relativa em relação às classes dominantes ou frações destas, autonomia que se dá pela separação do econômico, político e ideológico, funcionando esses como instâncias regionais do modo de produção capitalista. Poulantzas lembra que essa autonomia relativa está sempre sobredeterminada pelo econômico.

A autonomia relativa do Estado capitalista é que permite, fundando-se nas lutas de classes, que determinados interesses das classes dominadas sejam atendidos, inclusive impondo sacrifícios reais às classes dominantes, mas sem colocar em risco a dominação de classe.

Os conceitos de bloco no poder e de hegemonia são fundamentais para a elucidação do papel do Estado na sociedade capitalista. É tomando por base o primeiro que se analisa como as classes dominantes ou frações organizam o exercício de seu poder sob a hegemonia de uma delas, e se compreende o processo pelo qual a fração hegemônica impõe seus interesses particulares como os de todo povo-nação.

A partir da definição de Estado capitalista exposta acima, podemos conceituar as formas de Estado e os regimes políticos concernentes ao tipo de Estado capitalista.

Décio Saes, afirma que “o Estado é sempre uma organização especial, um corpo de funcionários cuja função é praticar uma série de atos destinados a amortecer o conflito entre as classes sociais antagônicas”. Neste sentido, “defendem [funcionários], invariavelmente, nas suas atividades (administrativas e militares), o interesse geral da classe exploradora” (SAES, 1987, p. 19). Mas não o fazem sempre da mesma forma; esta depende do tipo de Estado (escravista, feudal, burguês), pois cada tipo de Estado comporta variações no padrão de organização do corpo de funcionários, podendo conformar diferentes formas de Estado.

As variações na forma do Estado burguês correspondem a mudanças na relação de forças dentro do aparelho de Estado lato sensu: isto é, a relação de forças entre o conjunto dos ramos propriamente burocráticos desse aparelho (administração civil, polícia, Exército, justiça etc.), de um lado, e um órgão de representação propriamente política (Parlamento), de outro lado. A forma ditatorial [...] de Estado Burguês consiste na monopolização, pela burocracia, de toda capacidade decisória propriamente estatal [...], em detrimento do órgão de representação política (Parlamento); e implica além do mais, ascendência das Forças Armadas sobre os ramos civis no seio da burocracia [...] (SAES, 2001, p. 34-35).

A cada forma de Estado corresponde um regime político. Esse, segundo Décio Saes, é “[...] o padrão de organização da luta política – luta entre as classes sociais, luta entre frações da classe dominante, luta entre as camadas de uma mesma classe –, no que esta luta se desenvolve dentro dos limites fixados pelo Estado burguês (aceitação objetiva do capitalismo e do próprio Estado burguês). Numa frase: regime político designa aqui a configuração da *cena política*, e não do *aparelho de Estado*” (SAES, 1988, p. 14, grifos do autor).

Num regime político ditatorial, as liberdades políticas, como liberdade de expressão, de reunião e de propaganda, estão inviabilizadas, assim como a participação dos partidos políticos no processo decisório estatal. Numa ditadura militar, as Forças Armadas aparecem como único partido na cena política.

Portanto, considerando as definições acima, podemos afirmar que no Brasil vigorou, entre 1964-1985, uma forma de Estado e um regime político ditatorial burguês, pois, apesar do Parlamento continuar em funcionamento, a burocracia de Estado “monopolizou toda a capacidade decisória”, as liberdades políticas foram suprimidas e as Forças Armadas, em especial o Exército, tornaram-se o “único partido na cena política”.

Antes de passarmos a análise da transição brasileira, entendemos ser importante definir o significado do golpe de Estado de 1964 e quais frações de classes tiveram seus interesses preponderantemente atendidos.

Nos estudos desenvolvidos acerca do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), Almeida demonstrou que a burocracia de Estado acelerou o desenvolvimento capitalista, alterando a configuração das classes dominantes, que a partir de “[...] um determinado arranjo de forças políticas possibilitou a implementação, em ritmo acelerado, de uma política de consolidação do capitalismo industrial dependente, processo que trouxe em seu bojo a redefinição da própria dependência e a tendencial hegemonia do grande capital” (ALMEIDA, 2006, p. 26).

Esta tendência à hegemonia do grande capital e o ascenso das lutas populares durante o governo de João Goulart tiveram como desfecho o golpe militar de 1964.

Segundo Décio Saes, o início dos anos 1960 foi “marcado por uma ausência crônica de hegemonia política no seio do bloco no poder” (SAES, 2001, p. 124-125). As frações monopolistas do capital (industrial e bancária) que buscavam conquistar tal hegemonia “[...] entenderam que a reorganização do bloco no poder passava pela destruição das instituições políticas democráticas, não obstante o seu caráter *limitado*” (Ibidem, p. 124-125, grifos do autor).

A partir do golpe militar de 1964, o setor industrial monopolista (nacional e estrangeiro) foi, preponderantemente, beneficiado por meio de políticas que favoreceram a oligopolização da indústria em setores como o automobilístico, eletrônico, petroquímico e de fiação. Os governos militares adotaram políticas restritivas de crédito que favoreceram as grandes empresas em detrimento das pequenas e médias (SAES, 2001a).

No entanto, a afirmação de que as políticas de Estado favoreceram o setor monopolista industrial não deve ocultar que o capital bancário assumiu uma posição privilegiada no bloco no poder a partir de 1964.

O golpe militar de 1964 colocou a fração bancária (nacional, associada ou internacional) numa posição privilegiada dentro do bloco no poder, fato demonstrado pela política monetarista e anti-inflacionária adotada pelas equipes ministeriais. Essas, reduzindo a oferta monetária, provocaram a elevação da taxa de juros, a qual, a partir de então, deixou de ser negativa. E mais, o governo instituiu a correção monetária para títulos públicos e privados, além de implementar uma política de “endividamento externo, que implica uma inserção crescente, e em condições mais vantajosas que aquelas vigentes no período pré-64, do capital bancário internacional na economia brasileira” (Ibidem, p. 55).

O favorecimento governamental ao capital bancário deu-se, também, através do incentivo à centralização de capital, estimulando as fusões e incorporações de bancos. Segundo Minella, “o total aproximado de 323 bancos nacionais privados em 1960 foi reduzido para 142 em 1970 e para 67 uma década depois” (Ibidem, p. 135).

A Lei Nº 4.595 (reforma bancária), aprovada pelo Congresso Nacional no final de 1964 (governo Castello Branco), transformou a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em Banco Central, que era a preferência dos banqueiros, contra a transformação do Banco do Brasil em Banco Central.

O exposto reafirma a tese de que o grande capital bancário monopolista, a partir da reorganização do Estado brasileiro, constituiu-se como fração burguesa hegemônica no seio do bloco no poder.

A nova configuração do bloco no poder acarretou novas formas de organização do Estado e das relações desse com as frações burguesas.

Ao analisar a organização burocrática do período 1964-1974, Codato dá várias pistas para que se entenda o governo Geisel e o de seu sucessor. Para o autor: “O golpe político-militar consistiu num esforço profundo e amplo para consolidar uma nova ordem capitalista no Brasil. Para isso, criou estruturas políticas, modernizou as preexistentes, renovou, ‘racionalizou’ e adaptou o Estado às exigências do desenvolvimento monopolista” (CODATO, 1997, p. 56).

Ao pôr fim à representação política das classes dominantes via partidos, o regime ditatorial levou as diversas frações burguesas a disputarem as agências do Estado no sentido de satisfazerem seus interesses.

Com a institucionalização da ditadura, o Estado viu aumentada sua capacidade regulatória. Ao contrário do que se pode supor, esse aumento da capacidade regulatória do Estado, no caso brasileiro (1964-1974), não gerou uma centralização das decisões econômicas. Na verdade, esse movimento de expansão das atividades estatais gerou “uma proliferação desordenada de agências burocráticas de todo tipo e, conseqüentemente, a multiplicação das instâncias de decisão e deliberação econômica” (Ibidem, p. 58).

Ora, os setores da burguesia que conseguiam contatos privilegiados com as instâncias decisórias estatais obtinham, através desses, informações privilegiadas, o que lhes dava ampla vantagem para alcançar a realização de seus interesses. Para Codato, “Este esquema de ganhos múltiplos de lado a lado conduziu, entretanto, a uma *sobrepolitização* das relações burocráticas e das funções administrativas, corroendo a autonomia relativa do Estado ditatorial” (Ibidem, p. 63).

A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) foi peça chave do governo Geisel para alterar esse esquema e centralizar as decisões de política econômica.

Para Codato, a criação do CDE “[...] foi o resultado explícito de um projeto das cúpulas da burocracia do Estado e do seu desejo de encontrar, a todo custo, um mecanismo mais ‘racional’ (e, portanto,

‘técnico’) e menos informal (isto é, ‘político’) de decisão, justamente o oposto do que havia prevalecido entre” 1967-1974 (Ibidem, p. 88).

Quando observamos a composição e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico, percebemos a centralização das decisões estatais na cúpula do executivo e, mais precisamente, no Presidente da República.

Um dos efeitos que pode ser notado é que a capacidade decisória dos ministros foi diminuída, pois, além das decisões serem tomadas a partir das reuniões do CDE e, em última instância, pelo presidente, a centralização do poder interferiu, inclusive, nas “secretarias-gerais dos ministérios mais importantes”, as quais “foram preenchidas à revelia dos próprios titulares, diminuindo, portanto, as autonomias respectivas dos membros do ‘primeiro escalão’ e enfraquecendo o controle individual sobre ‘suas’ pastas” (CODATO, 1997, p. 100).

Esse processo fechou ainda mais os canais de participação direta das várias frações burguesas na representação de seus interesses, pois dificultou os contatos, constituídos anteriormente, com agências burocráticas.

O CDE, que foi instituído por lei aprovada no Congresso Nacional com forte aceitação, inclusive por parte do MDB, no princípio empolgou as várias frações burguesas, pois viam na criação do Conselho uma coordenação mais racional das políticas de Estado.

A aprovação da instituição do Conselho pela burguesia e seus representantes deve-se a fatos concretos. Vejamos.

Para garantir a continuidade do crescimento econômico em níveis compatíveis aos do “milagre” econômico, cumprindo as orientações do II PND, o governo criou “três mecanismos financeiros inspirados no modelo Finame e vinculados ao BNDE, [...] a Investimentos Brasileiros S/A (IBRASA), a Financiamento de Insumos Básicos (FIBASE) e a Mecânica Brasileira S/A (Embramec)” (CODATO, 1997, p. 151).

Estes mecanismos foram utilizados pelo governo, com base em decisões tomadas no CDE, em benefício do grande capital, suprindo “as necessidades fundamentais da manutenção do índice de desenvol-

vimento e diversificação da indústria de bens de capital (máquinas e equipamentos) no país e a financiar o crescimento do setor nacional de insumos básicos” (Ibidem, p. 151).

Apesar de as políticas de Estado, decididas pelo CDE, beneficiarem o capital industrial monopolista, a avaliação feita acerca do Conselho era negativa. Segundo Eli Diniz, “Não tendo participação formal naquele órgão [CDE], nem qualquer possibilidade de acesso, os industriais sentiam-se excluídos de uma arena percebida como relevante, sendo ao mesmo tempo fechada e isolada” (DINIZ, 1994, p. 214).

Apesar da avaliação negativa do CDE, os capitalistas avaliavam positivamente o BNDE, “uma das principais agências executoras da política de apoio à empresa nacional” (Ibidem, p. 214). Avaliavam positivamente, também, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) transformados em “importantes instrumentos de execução da política delineada no II PND no tocante ao setor de bens de capital” (Ibidem, p. 214).

A avaliação positiva do BNDE por parte do empresariado industrial, a possibilidade de diálogo, aberta pela Cacex e pelo CDI, entre os setores público e privado e a manutenção do crescimento econômico explicam, em parte, o apoio do capital monopolista industrial ao governo Geisel, apesar das reclamações acerca da centralização da elaboração das políticas de Estado.

A dialética entre Estado e frações burguesas no processo de transição da ditadura militar para a democracia burguesa

O início do governo Geisel dá-se em meio aos primeiros sinais de que o “milagre” brasileiro havia acabado. “A crise do petróleo e os problemas enfrentados pelo mercado mundial repercutiram no país, criando sérios obstáculos ao seu desenvolvimento subsequente” (DINIZ, 1994, p. 212).

Ao assumir a Presidência da República, Geisel tinha como meta manter o crescimento econômico em níveis elevados. Ao lançar II PND (1975-1979), o governo “fixava uma taxa de crescimento de 10 por cento por ano a ser alcançada mediante a mudança de ênfase sobre os bens de consumo duráveis para a de produtos industriais intermediários e bens de capital” (SKIDMORE, 1988, p. 349).

A crise econômica mundial iniciada em 1973 estreitou a margem de manobra do governo para implementação de seu programa. “Em 1974 e 1975, a taxa de crescimento da economia sofreu sensível decréscimo (DINIZ, 1994, p. 212). O aumento do preço do petróleo acarretou um problema inesperado, pois o Brasil importava 80 por cento do produto, devido ao crescimento acelerado dos anos anteriores.

Para superar as dificuldades e cumprir as metas do II PND, o governo estabeleceu novas prioridades. “Ao lado da implementação dos grandes projetos governamentais, como os programas hidrelétricos, nuclear e siderúrgico, o apoio à empresa privada nacional assumiria o primeiro plano das preocupações das autoridades da área econômica financeira” (Ibidem, p. 212-213).

Segundo Skidmore, o governo tinha três opções em matéria de política econômica: “reduzir as importações não petrolíferas, sacar as reservas em moeda estrangeira, ou tomar emprestado no exterior” (SKIDMORE, 1988, p. 352).

Como o governo pretendia manter o crescimento econômico em níveis elevados, a primeira opção estava descartada, pois “reduziria o crescimento”. Portanto, “As soluções óbvias eram usar as reservas cambiais e pedir empréstimos no exterior. O Brasil de Geisel fez as duas coisas. Somente em 1974 o país quase duplicou sua dívida externa líquida, de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 11,9 bilhões” (Ibidem, p. 352-353).

Segundo Nilson Araújo de Souza, é verdade que “o governo Geisel implementou uma política de expansão econômica através do aprofundamento do modelo de substituição de importações”. Entretanto, o autor discorda das teses que defendem que o governo optou pelo programa de substituição de importações em detrimento do equilíbrio

das contas do Estado. Para ele, os governantes brasileiros no período 1974-1978 optaram pela continuidade do desenvolvimento. A opção pelo desenvolvimento industrial nos setores de bens de capital, insumos básicos e combustíveis significava “um dos principais indicadores da ruptura com a dependência externa [...]. Tratava-se, pois, de um programa que viria a fortalecer o desenvolvimento autônomo da economia brasileira” (SOUZA, 2004, p. 255).

Para Skidmore e Fishlow, o resultado dessa política foi a manutenção do crescimento econômico em 9,5 por cento, em 1974, porém com uma alta inflacionária que saltou de 15,7 por cento, em 1973, para 34,5 por cento no ano seguinte.

Segundo os autores, outro problema anunciado era o balanço de pagamentos. Mesmo com o crescimento das exportações em 1974 (28,2 por cento), a balança comercial (exportações x importações) seria negativa não fosse o autoingresso de capital estrangeiro (US\$ 6,8 bilhões) complementados pela utilização de US\$ 1,2 bilhão das reservas cambiais, pois as importações “pularam para 104 por cento, refletindo em parte a quadruplicação dos preços do petróleo”. Segundo Skidmore, “Em 1974 o Brasil sobrevivera ao impacto inicial da chantagem da OPEP. Mas até quando poderia esse expediente com finalidade específica dar resultado?” (SKIDMORE, 1988, p. 353-354).

Para Souza, a política econômica implementada por Geisel foi amplamente satisfatória, pois diminuiu a dependência brasileira e manteve o crescimento do PIB em patamares elevados (SOUZA, 2004).

As análises de Skidmore, Kinzo e Fishlow carregam o problema de não levarem em consideração as relações entre as classes sociais e o Estado no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Já Souza vê a ascensão da burguesia industrial nacional como hegemônica no seio do bloco no poder, o que o leva a afirmar que a política econômica do governo Geisel estava voltada para a superação da dependência brasileira em relação aos países imperialistas.

O próprio autor fornece elementos que permitem contestar a tese de que a burguesia industrial nacional havia assumido a hegemonia no seio do bloco no poder.

Em primeiro lugar, tratando da campanha antiestatizante, Souza afirma que a campanha “ganhou apoio de certos setores do empresariado nacional” (Ibidem, p. 280). De que setores se trata? Dos mesmos que ele denomina como burguesia nacional, sob a liderança da Fiesp. Sem dúvida a federação paulista representava, também, interesses do capital industrial monopolista internacional, porém a direção da entidade, nesse período, estava nas mãos de Theobaldo De Nigris, industrial nacional que, a partir da Fiesp, mesmo que de forma moderada, fez críticas ao governo em relação à excessiva intervenção estatal na economia (BIANCHI, 2004).

Em segundo lugar, o autor reconhece o poder do capital bancário monopolista ao afirmar que, “além de participarem da campanha antiestatização como forma de pressão, [os banqueiros] iniciaram uma luta para liberar a taxa de juros, o que terminaram por conquistar no segundo semestre de 1976” (SOUZA, 2004, p. 284).

Na verdade, Souza não percebe que, já a partir de 1976, por causa do crescente déficit da balança de pagamento e do recrudescimento inflacionário, o governo reduz os investimentos em programas estratégicos do II PND, decisão essa que configura um quadro de aguda controvérsia entre o empresariado. O resultado de tal política foi o aumento ainda maior dos juros, o que elevou os protestos dos industriais. Ainda, ao financiar o crescimento econômico através do endividamento externo, o governo promoveu uma maior ingerência do capital bancário monopolista nas decisões acerca da política econômica nacional.

A campanha antiestatizante teve início em 1974 e foi dirigida pelo capital monopolista industrial nacional. Segundo Eli Diniz, as motivações econômicas tiveram um peso importante, porém não se deve “[...] atribuir a campanha antiestatizante exclusivamente aos efeitos da crise econômica. Na verdade, ela começou antes que tais efeitos se tornassem plenamente visíveis, quando as elites econômicas e as autoridades

governamentais ainda estavam influenciadas pelo clima de otimismo gerado pela era do ‘milagre’” (DINIZ, 1994, p. 219-220).

Para Bianchi, “A crítica era dirigida ao modelo desenvolvimentista adotado pela ditadura militar” (BIANCHI, 2004, p. 122), o qual, segundo a óptica dos capitalistas, privilegiava as empresas estatais em detrimento da livre iniciativa.

Segundo o autor, “a campanha não mobilizou todo o empresariado” e, logo em seguida, o tom crítico foi amenizado, predominando, no discurso empresarial, a exigência de participação. “Mas a atividade empresarial naquele ano chave de 1974 sinalizou que os empresários não aceitariam mais o papel subalterno ao qual, juntamente com suas entidades representativas, haviam sido relegados” (BIANCHI, 2004, p. 122-123).

A fração bancária monopolista somou-se aos industriais nos protestos contra o que chamavam de estatização do sistema financeiro. Apesar da aprovação da Lei 4.595/64 (reforma bancária) e do apoio ao governo Castello Branco e aos subseqüentes governos militares, os banqueiros faziam críticas ao que denominavam como monopólio do crédito pelos bancos estatais (MINELLA, 1988).

É importante notar que as dissensões burguesas tinham como objetivo a abertura de canais de “comunicação” com o governo, buscando revisar a participação e regulação do Estado na economia. É nesse sentido que se constituiu a campanha pela desestatização, a qual não deve ser confundida com uma súbita recaída democrática por parte dos capitalistas brasileiros.

Segundo Eli Diniz, “No decorrer dos dois últimos anos do governo Geisel, observou-se o aprofundamento das críticas ao autoritarismo, aumentando os pronunciamentos favoráveis à abertura do regime político” (DINIZ, 1994, p. 221).

Em 1978, importantes lideranças empresariais, eleitas por 5 mil empresários no ano anterior, em consulta realizada pelo jornal *Gazeta Mercantil*, produziram e divulgaram o chamado *Documento dos Oito*¹,

1 Formavam o grupo dos oito: Antonio Ermírio de Moraes, diretor presidente do grupo Votorantim;

que, segundo Eli Diniz, tornou o apoio à liberalização mais explícito. O *Documento* resumia “a posição dos ‘novos empresários’ sobre a situação nacional” (Ibidem, p. 221).

O *Documento* mantinha o clamor pelo diálogo entre o setor empresarial e o governo, mas trazia abordagens diferenciadas em relação aos protestos anteriores: “[...] os signatários do *Documento* afirmavam querer expressar sua concepção sobre ‘os rumos do desenvolvimento econômico, fundado na justiça social e amparado por instituições democráticas, convencidos de que estes são, no essencial, os anseios gerais da sociedade Brasileira’” (BIANCHI, 2004, p. 125-126).

Para Bianchi, o *Documento* expressava a preocupação do empresário com a questão social, que se deve ao ascenso das lutas operárias, com o surgimento de um importante movimento sindical no ABC paulista. Expressava, também, uma mudança de postura em relação ao regime político. “Fazendo um paralelo clássico na literatura política de inspiração liberal, a democracia era associada ao sistema de ‘*livre iniciativa*’ e à ‘*economia de mercado*’” (Ibidem, p. 127, grifos do autor).

O importante para a análise da transição brasileira da ditadura para a democracia burguesa é notar o papel que os signatários do *Documento dos oito* tiveram nesse processo. Segundo Bianchi, nas eleições da Fiesp para compor a diretoria do período 1980-83, a disputa ficou entre “setores com menor peso na economia”, representados por Theobaldo De Nigris, e Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, representando “o setor mais dinâmico da indústria na década de 1970” (Ibidem, p.141).

A vitória de Vidigal Filho incorporou o espírito “do ‘grupo dos oito’ ao comando da Fiesp” (Ibidem, p. 141). Os novos dirigentes da

Claudio Bardella, ex-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Base (Abdib) e diretor-presidente do grupo Bardella; Jorge Gerdau Johanpeter, diretor do Grupo Gerdau; José Mindlin, diretor da Fiesp e diretor-presidente da Metal Leve; Laerte Setúbal Filho, diretor-presidente do Grupo Duratex; Paulo Velinho, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos (Abinee), vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor do grupo Springer-Admiral; Paulo Villares, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e diretor do grupo Villares; e Severo Gomes, ex-ministro da Indústria e Comércio e diretor-presidente do grupo Parahyba (BIANCHI, 2004, p. 125).

poderosa Fiesp passaram a exigir maior participação na formulação das políticas de Estado.

Apesar da mudança no comando da Fiesp, é preciso não superdimensioná-la, pois se houve ruptura, não foi com o regime militar, e sim com a prática considerada subserviente da diretoria anterior.

Eli Diniz e Bianchi não se deixaram influenciar pelos discursos democráticos e suas preocupações sociais, captando a essência do projeto daqueles que passaram a dirigir a Fiesp: a cobrança de maior participação na elaboração das políticas de Estado, sem romper com os governos militares.

Codato já havia percebido o compromisso desse setor do empresariado brasileiro com os militares, quando, analisando a campanha contra a estatização, chamava a atenção para o discurso de Vidigal Filho, que defendia a incorporação do AI-5 à Constituição e afirmava não ser liberal nem na economia nem na política. “Assim, diante de um possível avanço do movimento popular e operário, decorrente da abertura de novos canais de participação no sistema político, todas as precauções possíveis deveriam ser tomadas” (CODATO, 1997, p. 302).

Eli Diniz - analisando as teses que consideram as críticas dos empresários industriais aos governos militares como “um projeto da burguesia tendo em vista a instauração de um novo regime político mais compatível com a realização dos interesses da classe, que já não estavam sendo contemplados pelo governo militar” (DINIZ, 1994, p. 224) - afirma que tais críticas não devem ser confundidas com “[...] uma ruptura radical com o regime, embora tenham contribuído para aprofundar sua crise de legitimidade” (Ibidem, p. 224-225).

O discurso e a prática dos industriais variaram de acordo com a conjuntura. Entre 1978-1980, o discurso da Fiesp foi de precaução com o movimento grevista do ABC paulista. Segundo Bianchi, através da revista *Indústria e Desenvolvimento*, os empresários destacavam que “o movimento grevista de 1978, ‘de modo geral, desenrola em clima de grande disciplina e sem que, aparentemente, inspire-se em qualquer ideologia’”. O colunista, Robert Appy, da revista acima citada, des-

tacava que “o impacto das greves sobre os salários [...], no início de 1979, [...] havia sido responsáveis (sic) por um aumento da demanda” (BIANCHI, 2004, p. 171). Havia uma clara tentativa de despolitizar a ação sindical.

No início de 1980, o discurso da Fiesp mudou, pois as greves de 1979 davam sinais de que o movimento sindical se politizara a partir da “proposta de criação de um partido de trabalhadores no Congresso Metalúrgico realizado na cidade de Lins em 1979” (Ibidem, p. 172).

Os empresários passaram a exigir responsabilidade dos sindicalistas. Em um artigo publicado na revista da Fiesp, o empresário Roberto Della Manna argumentava que os sindicatos não deveriam ter influências políticas; mantinha, assim, o clamor pela despolitização, mas exigia, também, “um recuo das demandas levantadas pelo movimento dos trabalhadores” (Ibidem, p. 172).

A gestão de Theobaldo De Nigris, que estava em final de mandato na Fiesp, “[...] encaminhou, em novembro de 1979, orientação às empresas associadas sugerindo não pagar as horas paradas, demitir grevistas e impedir que os trabalhadores permanecessem dentro das fábricas, expondo-os à repressão policial em praça pública” (Ibidem, p. 173).

A nova diretoria que tomou posse na Fiesp em agosto de 1980, presidida por Vidigal Filho, após duro aprendizado com as greves de 1978-1979, “não reproduzia nem a concepção idílico-modernizadora de Appy nem o ponto de vista belicoso-conservador de De Nigris” (Ibidem, p. 174).

Em 1980, a Comissão de Negociação do Grupo 14 da Fiesp fechou negociações salariais com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, de Osasco e Guarulhos. Segundo Bianchi, tal acordo foi aclamado por empresários e metalúrgicos.

O governo também atuou para amenizar os conflitos entre trabalhadores e empresários, implantando uma nova política salarial proposta pelo Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, 1979. Os reajustes, que antes eram anuais, passaram a ser semestrais e, na fórmula de cálculo

dos salários, foi introduzido um escalonamento “[...] de modo a redistribuir a renda salarial em direção à base da pirâmide de salários.” (SKIDMORE, 1988a, p. 57).

A fórmula do ministro Murilo Macedo não pacificou os trabalhadores, que continuaram com as greves. Os metalúrgicos do ABC paulista iniciaram uma greve em abril de 1980, mobilizando 300.000 operários, que exigiam 15% de aumento real (acima da inflação), também lutavam para reduzir a semana de 48 horas para 40 horas e estabilidade no emprego.

O governo reagiu com violência, reprimindo as manifestações, prendendo grevistas e intervindo nos sindicatos, caçou o mandato das lideranças e proibiu os afastados de concorrerem a novas eleições. Após 41 dias de greve, os trabalhadores retornaram ao trabalho sem nenhum ganho.

No início de 1981, o grupo 14 da Fiesp fechou acordo com sindicatos de metalúrgicos do ABC e do interior paulista. Mais uma vez os empresários aclamaram o acordo, exaltando a importância do diálogo entre as partes.

Os acordos salariais entre a Fiesp e os diversos sindicatos de metalúrgicos fortaleceram, na diretoria da entidade, a proposta “de um pacto social envolvendo empresários, trabalhadores e o governo” (Ibidem, p. 175). Não demorou muito para que tal proposta fosse abandonada pelos empresários. Com a continuidade das lutas, os dirigentes da Fiesp retomaram o caminho da repressão e da intervenção estatal. “Os golpes recebidos pelos sindicatos metalúrgicos da região do ABC paulista surtiram efeito, criando uma relação de forças que colocou os trabalhadores conjuntamente em uma posição defensiva, agravada pelo início de um período recessivo e o aumento do desemprego” (BIANCHI, 2004, p. 178).

As relações entre a burguesia e o governo, apesar de algumas críticas pontuais, mantiveram-se estáveis até 1981, pois o presidente João Batista de Figueiredo, ao assumir seu mandato à frente do executivo, prometeu manter a política de crescimento do governo anterior. O

Ministro da Fazenda de Geisel – Mário Henrique Simonsen – foi mantido na equipe econômica de Figueiredo, agora como Ministro do Planejamento. O plano quinquenal de Simonsen previa a desaceleração da economia, principalmente para combater o problema da balança de pagamentos e da alta inflacionária. Segundo Skidmore, as pressões contra o plano do Ministro do Planejamento levaram-no a se demitir, após cinco meses de sua posse.

Com a demissão de Mário Henrique Simonsen, Antônio Delfim Netto assumiu o ministério do Planejamento. Para Skidmore e Fishlow, a troca de ministros tinha como objetivo dar continuidade ao crescimento econômico herdado do período anterior. Entretanto, a proposta de crescimento rápido de Delfim Netto esbarrou nos problemas econômicos: segundo choque do petróleo; elevação dos juros internacionais; déficit da balança de pagamentos e alta inflacionária, fatores que levaram à mudança na política econômica.

O Ministro do Planejamento, no final de 1979, “desvalorizou em 30% o cruzeiro e em janeiro prefixou a taxa de desvalorização e de indexação [...] para todo o ano de 1980” (Skidmore, 1988a, p. 56). A expectativa de Delfim era que essas medidas econômicas levassem a inflação a níveis aceitáveis. “Ao contrário das esperanças de Delfim Netto, a inflação disparou acima do previsto em 1980, levando a taxas de juros negativas, gastos extensivos e um cruzeiro supervalorizado” (Ibidem, p. 61).

O resultado dessa política foi a manutenção do crescimento econômico, nos anos 1979-80, nos mesmos níveis do período anterior, mas, ao mesmo tempo, aumentou a inflação, tornou a balança de pagamentos negativa e elevou a dívida externa para, aproximadamente, US\$ 60 bilhões de dólares. Sob pressão dos banqueiros internacionais e do Fundo Monetário Internacional (FMI), “Delfim voltou-se para uma taxa de câmbio mais realística, sem prefixação de desvalorização ou correção monetária” (Ibidem, p. 61). Segundo Fishlow, “Os banqueiros tinham a última palavra. Recusaram-se a rolar a dívida sem que se implementasse um plano de estabilização; dessa maneira, provocaram

a mudança de postura ocorrida em novembro de 1980” (FISHLOW, 1988, p. 173).

A partir daí o governo adotou uma política contencionista mais ortodoxa, limitando a expansão monetária, o que provocou um aperto da liquidez; elevou os juros reais para o patamar de 40/45% ao ano. O investimento privado caiu”. O governo, ainda, cortou os investimentos das empresas estatais. Tais fatores foram responsáveis pela queda do PIB em 1,6% em 1981. “O desemprego tornou-se aberto” (Ibidem, p. 177).

Para Souza, a política econômica contencionista adotada por Delfim Netto deveu-se ao fato de Figueiredo não ter compromisso com a política desenvolvimentista implementada por Geisel, condensada no II PND, a qual “visava ao desenvolvimento autônomo do país (SOUZA, 2004).

Segundo Bianchi, o PIB industrial havia mantido índices positivos de crescimento desde 1930. “A abrupta queda do PIB em 1981 teve assim entre os empresários o impacto de um trauma histórico” (BIANCHI, 2004, p. 181).

Com a queda do PIB, em 1981, os empresários afastaram-se de Delfim Netto, mas mantiveram apoio ao presidente Figueiredo. Entretanto, a fração monopolista industrial dissociou-se do governo com o fechamento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no final de 1982, que submeteu o país à rígida disciplina monetária.

Segundo Souza, o governo Figueiredo tinha duas opções: “[...] ou se submetia à pressão externa e promovia o “ajuste externo” destinado a conter o crescimento econômico e gerar as divisas necessárias ao pagamento do “serviço da dívida”, ou mantinha a opção de 1974 pelo desenvolvimento autônomo” (SOUZA, 2004, p. 316).

Cabe perguntar por que o governo, tendo duas opções, adotou a política de ajuste estrutural que levou a economia brasileira à recessão?

Para nós, a explicação encontra-se na relação entre Estado e classes sociais, mais precisamente do primeiro com a burguesia e suas frações.

Como demonstrou Almeida (2006), a burguesia industrial brasileira, no período 1930-1964, não foi anti-imperialista; ela buscou apoio do Estado para preservar suas áreas de atuação e para garantir, a seu favor, a repartição da mais valia, mas também incentivou a entrada de capitais internacionais em áreas que não lhe interessava.

É preciso lembrar que o desenvolvimento capitalista brasileiro, a partir de 1930, foi impulsionado pelo Estado. Apesar de a Revolução de 1930 ter retirado da burguesia bancária-comercial a hegemonia do bloco no poder, a burguesia industrial não logrou assumir essa hegemonia.

Décio Saes explica que, dado o caráter acelerado e retardatário da industrialização brasileira, a burguesia industrial não almejou

[...] o aprofundamento da industrialização. Favorecida pela disposição de recursos financeiros (engendrados na economia primário-exportadora) para importação e pela contínua oferta internacional de novas tecnologias industriais, essa classe social prefere se manter na condição de consumidora dos meios de produção fabricados noutra lugar a internalizar, com altos custos, o departamento econômico produtor de meios de produção (SAES, 2001, p. 121).

Como afirmado anteriormente, o acelerado desenvolvimento capitalista brasileiro, nos anos 1950, levou à constituição de capitais monopolistas (bancário e industrial), que, a partir do golpe militar de 1964, reorganizaram o Estado, tendo o capital bancário monopolista assumido a hegemonia no seio do bloco no poder.

Retomando a análise do período 1974-1985, não se trata, de um lado, como afirma Souza (2004), de um governo nacionalista que comanda um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo (Geisel) apoiado pela burguesia nacional; e, de outro, que tem pouco compromisso com esse projeto (Figueiredo), mas sim do papel fundamental que exerce a fração bancária monopolista na elaboração das políticas de Estado.

Na segunda metade do governo Geisel, com o crescimento do endividamento do Estado e a alta inflacionária, a política econômica

implantada pelo governo foi, cada vez mais, direcionada para o atendimento dos interesses dessa fração burguesa, como ficou demonstrado na queda de braço entre governo e banqueiros, em 1976, pela liberalização dos juros, vencida pelos capitalistas.

Com o acirramento da crise econômica e a adoção de políticas de ajuste estrutural pelo governo Figueiredo a partir de 1980, as quais beneficiaram o grande capital bancário em detrimento do capital monopolista industrial brasileiro, que dissociou-se do governo, sem afastar-se dos militares, mas também sem constituir um projeto político e econômico próprio.

Essa constatação é fundamental para esse artigo, pois, se num primeiro momento (1974-1981) da abertura política, o capital industrial monopolista brasileiro defendeu o regime, apenas cobrando maior participação na elaboração das políticas de Estado, a partir de 1981, pouco a pouco, as lideranças empresariais ligadas à burguesia industrial monopolista brasileira dissociaram-se do governo, aproximando-se dos economistas de oposição ligados ao PMDB (CRUZ, 1988).

A clivagem do capital industrial monopolista brasileiro é fundamental para a análise da transição brasileira, pois, quando do início da campanha *Diretas Já*, que impulsionou o processo de transição da ditadura para a democracia burguesa, a maioria dos capitalistas pertencentes a essa fração burguesa posicionava-se contra a campanha. Porém, com a intensificação da crise econômica, os empresários ligados a esta fração burguesa aproximaram-se da campanha, hipotecando-lhe apoio.

Com a intensificação da campanha *Diretas Já*, a partir de janeiro de 1984, a maioria dos industriais brasileiros e estrangeiros com negócios no país passou a apoiar a campanha (NERY, 2012).

Entretanto é preciso não superdimensionar o apoio dado pela burguesia à campanha *Diretas Já* e à redemocratização do país. Essa mudança de postura dos representantes do capital industrial monopolista, que em menor grau também ocorreu com as demais frações burguesas, não se deve a uma repentina recaída democrática por parte

dos capitalistas, mas sim à crise do regime militar, impulsionada pela crise econômica e pelo agigantamento da campanha *Diretas Já*.

Por outro lado, a aproximação dos capitalistas à campanha serviu para direcionar, ainda mais, a *Diretas Já* para o parlamento, canalizando toda a mobilização popular para a aprovação da emenda Dante de Oliveira.

Os capitalistas, assim como a oposição burguesa, buscavam manter sob seu controle a transição da ditadura militar para a democracia burguesa, preservando certos mecanismos instituídos pelos governos militares - como, por exemplo, a Lei de Segurança Nacional (LSN) - que mantinham as características autoritárias da ditadura militar no novo regime que seria instituído a partir de 1985.

Ao contrário das teses que afirmam que Geisel e Golbery tinham o compromisso com o restabelecimento da democracia, ou das teses que afirmam que esse processo foi obra da burguesia, afirmamos que o processo de transição brasileiro da ditadura militar para a democracia burguesa foi extremamente complexo. Como demonstra Décio Saes: “Nada está mais distante dessa realidade que a sua caracterização como um processo de cumprimento gradual de um projeto: ou o projeto da burguesia (empenhada em mudar o estilo de dominação política), ou o projeto das Forças Armadas” (empenhadas em evitar o aumento da pressão popular) (SAES, 1988, p. 27).

Considerações finais

As classes dominantes atuaram de acordo com a conjuntura. No princípio apoiaram a ditadura militar. A partir de 1974, capitaneadas pelo capital industrial monopolista, criticaram o governo pelo excesso de centralização das decisões políticas e realizaram uma campanha antiestatizante. Com o crescimento das lutas operárias e populares (1978-1980), as críticas foram amenizadas, sendo retomado o apoio ao governo e à repressão.

A partir de 1981, quando o PIB apresentou índices negativos, o capital monopolista industrial brasileiro dissociou-se do governo e aproximou-se das teses “desenvolvimentistas que pretendiam” reformar o pacto de dominação “reduzindo a autonomia do capital financeiro e privilegiando a indústria local, especialmente a nacional, fosse privada ou estatal” (SALLUM Jr., 1996, p. 83).

Dessa forma, a transição brasileira ficou bem ao sabor dos analistas institucionalistas, que sugerem a moderação dos opositores ao regime autoritário para afastar qualquer perigo de retrocesso. Ao direcionar a campanha *Diretas Já* para o Parlamento, a participação popular no processo de transição manteve-se na estrita ordem legal, sem questionar as estruturas econômicas e sociais. Aqui, cabe a pergunta e a resposta feitas por Vitullo: “Que tipo de democracia há de se levantar sobre pilares tão débeis?” (VITULLO, 2001, p. 58). A transição brasileira conduzida pela burguesia alentou “uma democracia com gravíssimos defeitos congênitos, com severas malformações de nascimento” (Ibidem, p. 58).

É importante ressaltar que a dissociação entre a burguesia industrial brasileira e o governo e a sua aproximação com as teses desenvolvimentistas não levaram a uma crise de hegemonia no seio do bloco no poder. A burguesia industrial brasileira, pelos laços que tem com o capital internacional e pressionada pelas lutas operárias e populares, não buscou mudar a forma de Estado e o regime político para alcançar a hegemonia no bloco no poder para impor seu projeto político; mais uma vez essa fração burguesa almejava conseguir do Estado o atendimento de seus interesses, sem, no entanto, causar nenhuma ruptura que pudesse propiciar alguma mudança estrutural.

Referências bibliográficas

– ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Uma Ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: UFSC, 2006.

- BIANCHI, Álvaro. **O ministério dos industriais. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990.** 2004. 314 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade de Campinas. Campinas: 2004.
- CODATO, Adriano Nervo. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64.** São Paulo: Hucitec/ANPOCS, Paraná: UFPR, 1997.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco. “Empresários, economistas e perspectiva da democratização no Brasil”. In: REIS, F. W. & O’DONNELL, G. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas.** São Paulo: Vértice, 1988.
- DINIZ, Eli. “Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista”. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D’ARAUJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- ENGELS, F. “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”. In: **Obras Escolhidas**, v. 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- FISHLOW, Albert. “Uma história de dois presidentes: A economia política da gestão da crise”. In STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KINZO, Maria D’Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, nº 15, 2001.
- LAMOUNIER, Bolivar. “O ‘Brasil autoritário’ revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura”. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LENIN, V. O Estado e a Revolução. “A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução”. In: **Obras Escolhidas**. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1988.
- MARX, K. “O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte”. In: **Obras Escolhidas**. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 199-285.
- MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.
- NERY, V. E. *A campanha Diretas Já e a transição brasileira da ditadura para a democracia burguesa.* 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

- O'DONNELL, Guilherme. "Transições, Continuidades e Alguns Paradoxos". In: REIS, F. W. & O'DONNELL, G. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.
- O'DONNELL, Guilherme & SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais do Estado capitalista**. Porto: Portucalense, 1971.
- SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. "O processo político brasileiro, da 'Abertura' à 'Nova República': uma 'transição para a democracia'". In: **Teoria e Política**, nº 9, São Paulo: Brasil Debates, 1988.
- _____. "Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas". In: **República do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. "Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80". In: **República do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001a.
- SALLUM Jr., Brasílio. **Labirintos: dos generais à Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. "A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985". In: STEPAN, A. (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988a.
- SOUZA, Nilson Araújo de. **A longa agonia da dependência**. *Economia brasileira contemporânea (JK-FH)*. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.
- VITULLO, Gabriel E. **Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica**. Revista de Sociologia e Política, UFPR, nº 17, Nov 2001.

O processo identitário do sujeito numa perspectiva freiriana¹

Gildo José da Costa *

O aspecto introdutório da crítica social presente no pensamento de Paulo Freire e o contexto histórico para o qual dirigia sua análise já se tornariam manifestos em seu primeiro grande ensaio: haveria de se combater a “cultura do silêncio” na “contraditória sociedade brasileira” da década de 60.

Essa contradição opunha uma sociedade arcaica – sob controle de uma elite rural alienada e alienante, agregada ao passadismo e de cunho tradicionalista tentando manter-se no poder – a setores socialmente emergentes que simbolizavam relativa descolonização em relação às potências econômicas por via do industrialismo em busca de sua consolidação². Hipóteses de como a primazia de uma dessas tendências ideológicas confirmariam a sorte do país, mormente ao que concerne à condição de classes subalternas, fermentavam o debate sobre o conflito de classe³ já deflagrado, que não independeria da adesão política das massas.

1 Este trabalho foi apresentado na *Conferência Internacional Interfaces da Lusofonia* ocorrida na Universidade do Minho, Braga (Portugal) nos dias 04 a 06 de julho de 2013.

2 Mais de 40 anos depois, Freire sinaliza para a urbanização industrializada como uma opção progressista em comparação ao ruralismo. Mesmo se mostrando em descompasso em relação ao empresário capitalista, Freire reproduz sua aderência à modernidade capitalista (Freire, 1997/2011b).

3 O conceito de classe social, embora tão ausente na obra acima citada, é uma constante em seu segundo ensaio *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, que reúne textos de 1968 a 1974.

* Graduado em Filosofia pela Faculdade do Mosteiro de São Bento e mestre em Filosofia da Educação pela PUC- SP. É professor de História e Filosofia da Educação na Faculdade de Guarulhos.

Um peso importante que vincula Freire ao projeto de modernização em curso é que neste o ideal de escolarização das camadas populares⁴ tornar-se-ia exequível.

O povo imerso na atmosfera do silêncio, que supunha ao mesmo tempo uma consciência mágica e sua intransitividade, viu-se lançado numa perspectiva de trânsito. Esse estado corresponde à consciência transitiva, que é preponderantemente ingênua. De acordo com Freire, a transitividade ingênua se caracteriza pela simplicidade na interpretação dos problemas e pela tendência a julgar que o tempo melhor foi o tempo passado. Isso conduz o homem comum a subestimar-se enquanto se inclina ao gregarismo da massificação. Impermeável à investigação, se perde nas explicações fabulosas e no teor da emocionalidade, assim torna-se incapaz do diálogo e adepto da polêmica. É notório nesse estado de consciência, muito embora rompido o “silêncio das massas”, a manutenção de atributos da consciência ingênua. A educação problematizadora seria o instrumento de condução para uma consciência crítica, muito embora a irrupção de sua transitividade tenha como causa fatores econômicos. Estes redimensionariam o leque de opção que não poderia se esgotar naquela simples dualidade. Na condição de transitividade, a nação encontra-se entre dois extremos políticos: um de direita, conservador de vertente assistencialista e conseqüentemente violento por ser antidialógico, e outro de esquerda, emocional, acrítico, arrogante e de igual modo avesso ao diálogo⁵. Na perspectiva do trânsito, o primeiro corresponderia a um retrocesso e o segundo a um desfecho inconsequente que ratificaria a condição desumana dos opri-

4 Na opinião de Carlos Alberto Torres, “Desde o início, a práxis educativa freiriana incorporava dois objetivos básicos: primeiro, realizar uma antiga aspiração brasileira – a eliminação do analfabetismo entre os setores populares do país – e, segundo, desenvolver e aumentar a democracia através da participação educacional popular. É em torno desses dois objetivos que adquire significado o dinamismo que Paulo Freire imprime à sua tarefa de aumentar o alfabetismo” (Torres, 1998: 57).

5 Em contraposição a essa perspectiva antidialógica, Freire afirma: “Não se trata obviamente de impor à população espoliada e sofrida que se rebele, que se mobilize, que se organize pra defender-se, vale dizer, para mudar o mundo. Trata-se na verdade (...) de, simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos, desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta” (Freire, 1997/2011b: 77).

midos⁶. Entre esses radicalismos, Freire impõe um outro. Aqui, a rigor, o conceito de radicalidade teria sua pertinência apenas na vinculação com a posição humanista por ele defendida. Seu caráter histórico, por respeitar o processo de conscientização⁷ das massas, configurava uma tomada de posição face aos sectarismos de direita e esquerda.

O diagnóstico da situação brasileira estava concluído⁸ e não se poderia perder de vista que o grande mal estava no despreparo do povo no que concerne à “captação crítica do desafio”. Quebrada a “cultura do silêncio”, sob a perspectiva de um radicalismo dialógico integrador⁹, condição única para uma reconstrução social, o mal seria dissipado. Aceitas essas considerações, esse trabalho visa perguntar de que maneira a proposta freiriana tomará o pensamento-linguagem, em sua particularidade popular, como forma doadora de consciência, muito embora perpassa, nesse caminho, a questão de como estabelece uma nova curva no pensamento pedagógico da ex-colônia cujo ponto extremo assinala bases para futuras abordagens do tipo interculturalista com inspiração decolonial, notadamente no que se refere aos conceitos de *colonialidade do poder, do saber e do ser*, em suas ramificações intersubjetivas.

Para isolar o pensamento-linguagem enquanto categoria não só analítica, que persegue sua própria abrangência em graus de consciência, Freire não se esquia de um paradoxo a ser enfrentado, no caso, o fato de a nossa herança colonial ter fixado a cultura na palavra e nas formas verbosas de representá-la, não se constituindo, contudo, como fenômeno inibidor do mutismo das massas. Em relação a esse disparate,

6 Para Freire, a humanidade dos oprimidos era um resgate apenas possível se realizado por eles próprios sem a diretividade ideológica de qualquer outro grupo social. Vale salientar que essa categoria tem conotação mais abrangente do que a de classe (Torres, 1998).

7 A conscientização das massas tornar-se-ia realidade com a mesma exigência admitida para o processo de humanização, não seria possibilitada verticalmente.

8 A *Pedagogia do oprimido* é resultado principalmente das lembranças desse contexto histórico somadas à experiência semelhante ocorrida nos cinco primeiros anos de exílio no Chile.

9 Em vez de radicalismo dialógico, Torres prefere o termo “democracia radical”. Contrariamente ao argumento exposto, o autor articula-se em torno da análise de Francisco Weffort que coloca Freire além de uma educação como alavanca para o progresso e aquém de uma educação como alavanca para a revolução. Esse ponto de vista reúne em Freire, ao mesmo tempo, um progressismo associado à lucidez e às possibilidades da educação (Torres, 1998: 59-63).

não oscilou: manifestações ostensivamente palavrescas¹⁰ da educação vigente se dissociavam de um projeto de conscientização, posto que seu modelo verticalizado só reproduziria a fala do opressor no universo dos oprimidos. No clima da sociedade em trânsito, a emersão dos setores populares através de uma educação problematizadora da palavra não se integraria a um projeto conservador de esvaziamento da palavra: esta, oca e emersa do mundo, reflexo ainda sombrio do colonialismo já em forma de colonialidade¹¹; aquela, viva e consubstanciada com a realidade.

Somada à exigência de não transportar o modelo educacional tradicional para o povo, havia a necessidade de não se permitir que a nova educação fosse engendrada sem sua participação. Dessa maneira, os oprimidos se armariam contra a força dos irracionalismos insertados no diálogo.

Um traço considerável na leitura de Freire sobre a condição do povo reside em não confundir a presença do silêncio com ausência de cultura¹². Esse conceito advindo da práxis humana constituiu-se em centralidade diante da opção de educar a partir do universo vocabular do oprimido¹³, cuja implicação permitia conteúdos carregados de sentido

10 Aqui Freire posiciona-se a respeito de como, ausente de alguns saberes que desvirtuam a verticalização da relação educador-educando, o “saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante” (Freire, 1997/ 2011b: 61).

11 Isso para utilizarmos termos mais recentes que, de alguma maneira, encontram-se relacionados a Freire. Para melhor esclarecimento, se colonialismo denota o fenômeno em que a soberania de um povo encontra-se sob o padrão do poder do outro, no que tange à forma como a autoridade, o conhecimento, o trabalho e as relações dos indivíduos, consigo mesmo e com os outros, se articulam entre si, a colonialidade, por sua vez, sobrevive ao colonialismo e se mantém na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos (Maldonado-Torres, N, 2007: 31).

12 O conceito de cultura em Freire é cunhado na Antropologia, assim é resultado de tudo o que o homem cria em sua práxis. Desconsiderá-la, entretanto, e tomar a cultura tradicional erudita como referência humana para as massas culminaria meramente com a constatação por parte das massas de sua desumanidade e esta, destituída de possibilidade de reversão, tamanha a distância entre as classes dominante e dominada. Mas não foi explicitamente essa a justificativa apresentada em favor da necessidade de uma nova educação da palavra.

13 Diz Freire, contudo: “Respeitar a leitura de mundo do educando não é também um jogo tático

existencial. Essa opção não apenas tendeu a desautorizar o monolitismo da educação vigente em favor dos espaços polifônicos¹⁴, mas também suscitou ainda, como consequência inevitável, a denúncia de uma realidade político-social ultrajante e dos efeitos deletérios do controle cultural. Ao que parece, Catherine Walsh, ecoando Franz Fanon, vai reeditar, justamente, esse tipo de *subordinação da consciência*, ao relacionar a idéia de dependência cultural com a de não-existência, por via da *colonialidade do ser*, que implica a negação de um estatuto humano para as culturas subjugadas. Esse conceito remete à *colonialidade do poder* que é responsável por uma espécie de fetichização epistêmica. É naturalmente portadora de formas sedutoras que se prestam a imitar, qualidade que se permite impor à *colonialidade do saber*. Esta, por sua vez, de acordo ainda com Aníbal Quijano, se comporta enquanto repressão à produção de conhecimentos não europeus. Para minimizar os danos do colonialismo sobre os aculturados, Walsh não procede no caminho inverso ao de Freire. Partindo da preocupação da “emancipação epistêmica”, pensando uma educação decolonial, situa-se na relação entre conhecimento e consciência como dialética necessária no combate das desigualdades. Em outras palavras, a autora viabiliza *epistemes subalternizadas* dentro de uma estratégia interculturalista para configurar uma crítica à *colonialidade do poder*. Este posicionamento se situa também na lógica freiriana da impossibilidade da neutralidade da ação pedagógica.

A ideia da educação como um ato político¹⁵, vinculada ao fato de que o homem não se orienta existencialmente apenas por via da

como que o educador ou educadora procura tornar-se simpático ao educando. É a maneira correta que tem o educador de, com o educando, e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de inteligir o mundo” (Freire, 1997/ 2011b: 120).

14 A indispensabilidade do *conhecimento outro* para a educação decolonial é indiscutível. Se, de maneira próxima, o sentido desse conceito remete a Abdilkebir Khatibi, por extensão já o vislumbramos em Freire. Não é a toa que Walsh vai reconhecer Freire como uma de suas principais referências.

15 Dentre as críticas comumente feitas a Freire, não poderíamos anexar a de que ele não se posiciona politicamente. Desde o primeiro ensaio feito livro, esse aspecto é notório. Em *Pedagogia da autonomia*, considerado o livro-testamento, Freire afirma em relação a seus deveres com o educando: “Não posso negar-lhe ou esconder-lhe minha postura, mas não posso desconhecer o seu direito de

associação de imagens sensoriais, mas principalmente pelo pensamento-linguagem, que envolve desejo, trabalho, ação que transforma o mundo e o torna conhecimento, informa a dialética sujeito-objeto numa perspectiva praxiológica e indica uma educação com finalidade e resultado minimamente previsíveis. Tal previsibilidade nega uma ação puramente técnica, que compreende o educando como uma consciência espacializada e vazia no que tange ao signo linguístico: a consciência assim vista não passa de mero “depósito vocabular” de uma educação genuinamente mecânica e atemporal.

Educar-se no tempo – na medida em que estamos impossibilitados do contrário – supõe refletir sobre o profundo significado da linguagem. Este se elucida na relação educador-educando mediatizado pelo objeto a ser conhecido. Como os objetos pertencem à realidade, e em Freire de modo anti-mecanicista, podemos dizer então mediatizados pelo mundo não desvinculados da experiência vivida. Isso justifica a participação do educando na seleção das palavras a serem utilizadas em sua educação.

O problema da linguagem, todavia, não se exaure em seu significado, não se restringe ao teor semântico, não se configura um fim, mas o meio de desvelar as relações do homem com o mundo. Para que isso ocorra é imperativo a atividade abstrativa. Freire explica esse processo utilizando dois conceitos de Chomsky, “estrutura da superfície” e “estrutura profunda”. Naquela, ocorre a codificação da realidade¹⁶ com seus elementos constitutivos, trata-se de uma narrativa; no segundo esta narrativa incorpora seus significados, fazendo emergir das representações simples aquilo que a permite como tal.

O desencadeamento desse processo abstrativo, como podemos ver, não prescinde de uma atividade contemplativa. Porém, a admiração da

rejeitá-la. Em nome do respeito que devo aos alunos não tenho porque me omitir, porque ocultar a minha opção política, assumindo assim uma neutralidade que não existe. Essa opção do professor em nome do respeito ao aluno talvez seja a melhor maneira de desrespeitá-lo” (Freire, 1997/ 2011b: 69).

16 Numa exemplificação do próprio Freire, um quadro simples, no qual homens e mulheres trabalham no campo com patrão ao lado, em cima do seu cavalo, observando uma campina e pássaros, esconde as relações de trabalho e a opressão (Freire, 1976/ 2011c: 82 e 83).

realidade, que é a objetivação do não-eu,¹⁷ deve ocorrer de maneira não estanque. Essa atividade de apreensão de um objeto concreto na esteira de um conhecimento contínuo é possibilitadora de um readmirar. Esse, na medida em que retoma o objeto, admira-o sob o resultado da atividade cognoscente da admiração anterior, recodificando o mundo. Essa tarefa de crítica do conhecimento não pode ser reduzida jamais à abstração da abstração, ausentada da relação com o contexto concreto que, no caso, remete à situação existencial do educando. Também não pode perder de vista que essa apropriação do mundo tem matiz epistemológico, não pode dissociar-se da apropriação do processo de conhecer. Aqui, como em toda obra de Freire, uma contradição se presentifica, no caso, muito embora tenha como exigência fazer soar a voz do oprimido, digamos então, do colonizado, seu pensamento se debruça demasiadamente nas referências europeias e americanas¹⁸. Nesse aspecto, a teoria decolonial parece mais restritiva. Se, nos dois casos, o que se objeta é o resgate das formas desprestigiadas da modernidade do saber, ao tempo em que as afirmam como posição crítica à ideia de uma totalidade representacional exterior, o decolonialismo entende as críticas à modernidade nascidas no continente europeu e na América não latina também como lados de uma mesma moeda. Assim, para Walter Mignolo, todo esquema de pensamento gestado na Europa, independente do que reze, é, de certa maneira, colonialidade.

No que concerne à linguagem, entretanto, o método freiriano requer das palavras um sentido pragmático, isto é, que funcionem enquanto signos linguísticos correlatos ao contexto histórico do educando. Isso se justifica no fato de que, muito embora refletindo a cultura do dominador, os dominados têm uma cultura própria, seus valores que incluem sua semântica, sua sintaxe e tudo isso que constitui, inegavelmente,

17 “Mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como ‘não-eu’, se reconhece como ‘si próprio’”. (Freire, 1997/ 2011b: 20).

18 Para que se faça justiça, e isso é muito importante que se diga, muito embora Freire esteja pulverizado por referências dos países colonizadores, ele jamais deixou de afirmar que apenas os oprimidos, obviamente relacionados com intelectuais admiradores de sua cultura, poderiam descolonizar-se. Esse posicionamento, inevitavelmente, encontra-se na proposta decolonial.

sua linguagem. Esta compõe uma muralha de maneira que, mesmo tocados pela ideologia do dominante, os dominados não se entregam totalmente a ela.

Pela palavra própria de seu mundo, o educando é levado a uma intimidade relacional com a palavra em geral e com o mundo, numa perspectiva de sujeito decodificador de ambos. Quanto mais se torna capaz de desvendá-los¹⁹, mais o sujeito segue rompendo com a “arqueologia do sofrimento”. Problematicando cada vez mais o mundo, avança em sua intimidade num processo em que vai cada vez mais se percebendo apto a realizá-lo. Disso resulta que a conscientização do sujeito não ocorre antes ou depois da sua inserção no universo da palavra, mas concomitantemente a ela, isto é, no processo educativo. Destituída da animalização e mecanização, a dimensão crítica da consciência, fruto da dialetização da supraestrutura e infraestrutura em seus correlatos palavra e mundo, permite à cultura um papel na libertação das classes oprimidas.

Sob esse prisma, entretanto, talvez não seja de todo próprio inscrever Freire numa proposta meramente culturalista. A necessidade de uma ação²⁰ colada à reflexão corta toda sua obra. Nesse sentido, o capítulo da *Pedagogia do Oprimido* que trata da “dialogicidade” é modelar. Nele os “atos limites”²¹ ocorrem enquanto negadores do mundo estruturado, como um dado consumado para a consciência, isto é, como

19 Numa perspectiva crítica diante da leitura da palavra dissociada do mundo, Freire insiste na necessidade de a leitura colar-se à realidade. Em relação ao método de alfabetização, afirma: “Essa ‘leitura’ mais crítica da ‘leitura’ anterior menos crítica do mundo possibilitava aos grupos populares, às vezes em posição fatalista em face das injustiças, uma compreensão diferente de sua indignância” (Freire, 1982/ 2011d: 31).

20 Essa necessidade que surge nos primeiros textos de Freire é enfaticamente relembada muito tempo depois na *Pedagogia da autonomia*. Diz Freire que a “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência em relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo” (Freire, 1997/ 2011b: 24).

21 Aos conceitos de atos limites e situação limite – este como negação das possibilidades humanas frente ao mundo e aquele como atividade consciente, primeiro de que o mundo não é uma estrutura rígida e irreparável e segundo: carece de intervenção em seu aspecto predador – soma-se ao “inédito viável”. Aqui o pensamento humano abre uma perspectiva para criação do “ainda não” a partir da dinâmica do inacabamento do “ser mais” e da “história” que comporta essa dinâmica. Em favor deste é possível acrescentar a fala de Zitzkoski que opõe a dialética clássica à dialética dialógica de Freire.

“situação limite”. Negação que só se efetiva, portanto, “através da ação dos homens sobre a realidade concreta”. Essa desencadeia outras ações permitindo novos graus de consciência²². A inserção do homem no mundo estaria, assim, carregada de intencionalidade. Consciência e objetividade constituiriam, portanto, uma unidade dialética. Nessa condição, a contrapelo da alienação, consciente de seu próprio existir, o homem resgataria a autenticidade da vida. Naturalmente tomaria forma de resistência à dupla subordinação, no dizer de Enrique Dussel: a *exploração* para referir-se às injustiças das relações de produção e à *dominação* para especificar as intervenções metropolitanas, isto é, a *colonialidade do poder*.

Resta-nos, para concluir, uma apreciação mais observativa acerca do valimento da linguagem na lógica freiriana. Não obstante sua ênfase à atuação do sujeito, ela não afluí espontaneamente, desponta sim de uma investigação cuja origem é o pensamento-linguagem. Dentre os radicalismos de Freire, fácil se encontra como determinação a necessidade de se conhecer a linguagem²³ do povo²⁴ como via inclusiva da comunicação. Essa linguagem expressa sua dimensão significativa. É na “representação” da situação existencial que o sujeito se reconhece. O pensamento feito palavra pauta sua subjetividade, enceta a consciência. É nessa trilha da comunicabilidade que os homens ficam impossibilitados da auto-educação, nada podem isolados da dialogicidade. Esta viabiliza alterações dos quadros de consciência e do mundo²⁵. Subjetividade

22 Nas palavras de Freire, “o próprio dos homens é estar, como consciência de si e do mundo em relação de enfrentamento com sua realidade”. Em *Pedagogia da autonomia*, o autor afirma que “Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da história e por ela feitos, seres de decisão, da ruptura, da opção.” A inserção do homem no mundo corresponderia, assim, a essa dialética. Não é instantânea, mas processual. Já em seu primeiro livro, Freire abraçava a ideia de um sujeito agente como pressuposto básico para a conscientização (Freire, 1997/ 2011b: 126).

23 Sem a qual não seria possível a invenção da existência (humana) em contraposição à vida pura e simples (Freire, 1997/ 2011b: 51).

24 Essa preocupação com a linguagem do povo corresponde aos dois primeiros princípios dos seis sugeridos por Heiz-Peter Gerhardt como indispensáveis para a leitura do método freiriano (Nóvoa, 1998: 175).

25 Aqui há uma dificuldade de ser enfrentada, tendo-se em vista a necessidade de não separar palavra e ação; consciência e ato-consciente. Rosiska Darcy de Oliveira e Pierre Dominicé encontram um

e objetividade, por distintas que sejam, não resistem à estrutura do diálogo. Partindo das condições que o categorizam, Freire tece considerações mais formais sobre sua essência. O diálogo se reduz à própria palavra que por ser práxis se reveste de ação e reflexão. Muito longe de uma aposta gratuita em seu poder ilusório, essa referência traduz intrínseca conexão com sua teoria dialógica. Se a palavra é palavra mundo, na medida em que sua apreensão torna-se apreensão da concretude, uma vez pronunciada, o contexto histórico por ela referido será de igual modo exibido em suas contradições sociais²⁶: será denunciado em sua forma inteligível. A palavra não embotada pela ideologia explícita a desigualdade entre os homens frente à instantaneidade das razões que buscam justificá-la. Vale ressaltar que o contexto histórico pronunciado como palavra-verdade e, portanto só a partir de então cognoscível, teve sua apresentação inicial ofuscado pela consciência mágica. Como a reflexão sobre a realidade é desencadeada numa reconstituição vocabular dos oprimidos nessa condição primeira da consciência, parte desse resgate, a palavra, se estatui começo e fim de um processo em que o homem, identificando o mundo como sua negação²⁷, identifica-se como sujeito. Inaugura assim sua subjetividade²⁸ enquanto dessemelhança com o mundo que pretende suprimi-la. Como esse desencadear não desvela a princípio a realidade por completo, condiz com possibilidades progressivas da razão²⁹ na dinâmica do inacabado “ser mais”, a palavra segue depurando-se pela atividade abstrativa.

paradoxo em Freire, justamente na distância entre passar da consciência da necessidade da mudança para a ação concreta de libertação. (Nóvoa, 1998: 178).

26 “Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória” (Freire, 1992: 66-68).

27 Nessa perspectiva, o sujeito se inaugura tergiversando qualquer determinação (genética, cultural e de classe) e é isso que invoca o tema da responsabilidade como inerente ao sujeito.

28 A inauguração da subjetividade em Freire não se resume apenas na percepção do não-eu, mas com a expulsão do opressor de dentro de si e isso remete às “formas de consciência”. Esse ato vincula-se à autonomia e responsabilidade com atributos imprescindíveis do sujeito. (Freire, 1997/2011b: 81).

29 O conceito de inconclusão, cunhado por Karl Jaspers, segue presente em todo pensamento de Freire que o toma como parte da “própria experiência vital”. Em outro momento, afirma o pedagogo que: “É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente (...) Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua

Assim, poder-se-ia, eventualmente, ventilar a possibilidade de a palavra, em Freire, quase ao estilo dos monistas, incorporar toda multiplicidade que a contorna: seria manifestação da razão bem como da realidade concreta. Nesse sentido, é condição para que homens se assumam como seres culturais e como tais se assumam como homens, num mútuo processo derivativo. Como na palavra-verdade convergiriam coesamente razão e mundo, no processo de aperfeiçoamento da palavra, consciência e mundo por sua vez, humanizar-se-iam. Forjando novos termos, mais que um mero culturalismo estaríamos, quem sabe, diante de um semantismo político, de um humanismo da palavra ou, mais propriamente, da “palavração”.

Longe da palavra, longe da língua, não haveria homem, não haveria mundo, ou, pelo menos, não haveria homem relacionado com o mundo e consigo mesmo; num só golpe, a palavra, no diálogo horizontalizado, romperia com o discurso alienante e com a submissão. Diante do exposto, salta à vista o quanto a ambição da aposta pedagógica de Freire segue paradigma para outras vertentes teóricas, muito embora, circunstancialmente entrelaçada à prática, indicie sua possível falibilidade.

Referências

- Apple, M. W. & Nóvoa, A. **Paulo Freire: política e pedagogia**, Porto: Porto Editora, 1998.
- Freire, P. **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968/ 1987.
- _____. **Educação como prática de liberdade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967/ 2011a
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra. 1997/ 2011b.
- _____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976/ 2011c
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**, São Paulo: Cortez, 1982/ 2011d

inconclusão é que gerou a sua educabilidade”. Em Freire, a educação como processo seria resultado desse “se saber inconcluso” (Freire 1997/ 2011b: 50 e 57).

- _____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**, São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- Maldonado-Torres, N. 'Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto' in Castro-Gomes, F., Grosfoguel, R., **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, Bogotá: Universidad Javeriana- Instituto Pensar, 2007.
- Mignolo, W. **Histórias Globais/ projetos locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**, Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003
- Nóvoa, A. 'Paulo Freire (1921-1997): a 'inteireza' de um pedagogo utópico' in Apple M. W, Nóvoa A., **Paulo Freire: política e pedagogia**, Porto: Porto Editora, 1998.
- Torres, C. A 'A pedagogia política de Paulo Freire' in Apple M. W, Nóvoa A., **Paulo Freire: política e pedagogia**, Porto: Porto Editora, . 1998
- Walsh. C. 'Interculturalidad y colonialidad del poder. Um pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial' in Walsh, C., Linera, A. G., Mignolo, W. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**, Buenos Aires: Del Signo, 2006

“Pré-sal”: a salvação da educação?

Nicholas Davies*

Em setembro de 2013 muitos exultaram com a aprovação da Lei Nº 12.858, noticiada equivocadamente como a lei que destina 75% dos royalties do petróleo para a Educação e 25% para a Saúde. Cabe notar que ela se refere apenas a (1) receitas de royalties e participação especial da União, Estados, DF e municípios de áreas “cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido a partir de 3/12/2012” relativas a contratos sob os “regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção”, com percentuais de 75% para a educação e 25% para a saúde, (2) 50% do Fundo Social, até o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (até hoje não aprovado pelo Congresso), (3) receitas da União decorrentes de individualização da produção de que trata o art. 36 da Lei Nº 12.351, de 22/11/2010. Ou seja, a lei não abrange todos os royalties do petróleo.

A lei apresenta aspectos interessantes, como a de que as receitas serão acréscimos ao percentual constitucional mínimo dos impostos (25%), ou a determinação de que a transferência da parcela da União, aos Estados, DF e municípios, dará preferência aos que apliquem seus royalties exclusivamente em educação pública, com prioridade para a educação básica.

Entretanto, não são poucos os seus problemas. Um é ser bastante difícil, se não impossível, saber o que tal lei trará de recursos novos para a educação a curto, médio e longo prazo, pois isso dependerá de fatores como o preço e volume do petróleo extraído de áreas declaradas comerciais depois de 3/12/2012. Como os 75% só serão calculados sobre receitas de tais áreas e não é curto o tempo entre a declaração

* Prof. da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

de comercialidade das áreas e sua produção e conseqüente geração de royalties, é bem provável que a educação e a saúde terão de aguardar um bom tempo até verem a cor deste dinheiro.

Além disso, o petróleo um dia acaba ou sua exploração pode deixar de ser economicamente viável e, portanto, não é garantia permanente de financiamento de nada. E a Educação ou a Saúde são atividades humanas permanentes e, obviamente, não podem ficar à mercê desta fonte volátil e oscilante.

Outra fragilidade da lei é não prever mecanismo para resolver ou pelo menos atenuar a enorme desigualdade tributária entre regiões, Estados e municípios, por meio da redistribuição equitativa dos royalties e participação especial dos Estados, DF e municípios. Ora, essa desigualdade continuará existindo, pois os royalties dos governos com maiores receitas não entrarão num bolo nacional, estadual ou regional para beneficiar os menos afortunados. A única redistribuição prevista é a dos royalties da União, que dará preferência a Estados, DF e Municípios que determinarem a aplicação dos seus royalties exclusivamente na educação pública, com prioridade para a educação básica.

Esta formulação não só mantém a desigualdade no acesso aos royalties, como também permite que governos estaduais, distrital e municipais apliquem parte dos royalties na educação privada, uma vez que não são obrigados a aplicar os seus royalties exclusivamente na educação pública, uma brecha legal para a privatização de recursos públicos, embora seja verdade que tal permissão implícita para a aplicação de tais royalties na educação privada contradiga o *caput* do art. 2º, que destina os recursos exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e para a saúde.

Outro ponto fraco da lei é não definir atividades classificáveis de educação, expressão que admite vários sentidos. Pode ser o de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), previsto nos artigos 70 e 71 da LDB, o de função orçamentária da educação, previsto na Lei 4.320, que normatiza a elaboração de orçamento público, ou qualquer outro que venha a ser dado pela regulamentação da lei ou, na falta

desta, por interpretações espertas dos governantes, incluindo todo tipo de despesa que direta, indireta ou remotamente seja rotulada de educação, como o treinamento de funcionários de qualquer secretaria etc. Vale lembrar que ainda hoje muitos governos pagam os proventos de inativos da educação com parte dos 25% dos impostos vinculados à MDE, embora os inativos não se enquadrem na função orçamentária da educação, mas sim da previdência, nem contribuam para manter e desenvolver o ensino.

A lei é débil também porque, na falta de mecanismo de avaliação de prioridade da aplicação dos royalties pelos Estados, DF e municípios para o repasse dos royalties federais, o governo federal pode preferir distribuí-los a governos com ele alinhados, como tem sido comum desde sempre, impunemente.

Apesar dessas fragilidades, os alinhados com o governo festejaram a aprovação da lei, que, alegam, demonstraria o compromisso social do governo, cujo otimismo precisa ser visto com muita reserva. Afinal, o histórico dos governos dos mais variados partidos não é muito animador.

Por exemplo, o atual governo federal, ao desonerar de tributos uma série de setores empresariais pelo menos desde 2010, com a alegação de incentivar a economia para enfrentar a recessão, reduziu a receita de impostos, com prejuízo para a educação e a saúde em âmbito federal, estadual e municipal, pois um percentual de impostos serve de base para o cálculo dos recursos vinculados a tais setores. Outro prejuízo foi e é o Prouni (Programa Universidade para “Todos”), que representou e representa renúncia fiscal em favor das instituições privadas de ensino superior, as quais, em troca, garantem vagas para alunos “carentes” e resolvem com isso o problema de ociosidade e inadimplência. Tal “ajuda” federal é complementada com o FIES (Financiamento do Estudante do Ensino Superior Privado), iniciado pelo governo neoliberal de FHC e continuado por Lula e Dilma.

Outro exemplo de descompromisso do governo federal foi fazer aprovar no Congresso Nacional emendas constitucionais que, ao cria-

rem o Fundo Social de Emergência, em 1994, o Fundo de Estabilização Fiscal, em 1996, e a Desvinculação da Receita da União, em 2000, retiraram dezenas de bilhões de reais da educação pública. Tais emendas foram criadas pelo governo FHC, porém tiveram sua vigência prorrogada pelo governo Lula mais de uma vez.

O descompromisso com a educação pública, no entanto, não é apenas federal. Também Estados, DF e municípios deixam muito a desejar. Em primeiro lugar, muitos não aplicam os recursos constitucionalmente vinculados à MDE. As irregularidades consistem em contabilização equivocada das receitas ou despesas em MDE. Por exemplo, a prefeitura do Rio de Janeiro contabilizou o ganho (a receita extra) com o Fundef e agora com o Fundeb (mais de R\$ 1 bilhão em 2011) na base de cálculo dos 25% dos impostos, quando o certo é acrescentá-lo aos 25%. Outra “falha” dos governos é contabilizar como despesa da Educação o pagamento dos inativos.

O problema da educação ou de qualquer outro setor não é apenas ou necessariamente de falta de recursos. Por exemplo, milhares de prefeituras tiveram e vêm tendo ganhos expressivos com o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) desde 2007, porém as matrículas municipais na educação básica (desde a creche até o ensino médio), assim como as estaduais, vêm caindo no Brasil como um todo. O Estado do Rio de Janeiro tem o segundo ou o terceiro maior PIB do Brasil, porém a rede estadual de ensino é proporcionalmente uma das menores redes estaduais do Brasil e a que mais diminuiu no governo atual (que tem a segunda ou terceira maior receita estadual de impostos, sem falar nos royalties do petróleo!) na comparação com as demais redes estaduais. Coincidência ou não, a rede privada no Rio de Janeiro é a segunda maior do Brasil em termos percentuais. O Brasil, por sua vez, tem o sexto ou sétimo maior PIB do mundo, porém o seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o seu desempenho educacional em testes internacionais são dos mais baixos. Em outras palavras, mais recursos

não garantem automaticamente um melhor desenvolvimento humano ou educacional.

Em suma, a lei que prevê parte dos royalties para a Educação e Saúde deve ser vista com reservas pelos motivos já apontados. Além disso, o histórico dos governos na aplicação dos recursos da educação sempre deixou muito a desejar e não há motivo para esperar que o descompromisso deles mude a partir de agora. Portanto, não basta garantir mais recursos para a educação; é preciso também assegurar o seu controle social, para evitar o endêmico desperdício e corrupção dos governos.

Assim, os royalties podem levar a melhorias quantitativas e qualitativas na educação, porém, sem o controle social, podem apenas aumentar o desperdício e a corrupção, além de beneficiar a educação privada. Vale frisar que tal controle social deve ser qualificado, pois o privatismo atravessa a sociedade como um todo e também entidades aparentemente identificadas com o interesse público ou, pelo menos, da maioria da população.

O sentido atribuído ao brincar, ao brinquedo e à brinquedoteca pelas professoras das creches e da educação infantil

Sirlândia Reis de Oliveira Teixeira*

A atenção à criança vem adquirindo importância crescente nos debates a respeito da política educacional brasileira.

Desde a Constituição de 1988, a situação da infância no Brasil – cidadania, dignidade e direitos - passou a ser entendida como questão familiar e inserida no contexto político-econômico. Conseqüentemente, a universalização dos direitos da criança da Educação Infantil, destinada a todas as raças, sexo, classe ou religião, sem discriminação, passou a ser exigência de uma sociedade democrática. Para Pérez-Ramos e Silva (2007), a importância dos seis primeiros anos de vida e a garantia dos direitos da criança vêm sendo tratadas como assuntos de prioridade pelo governo e também por organismos internacionais e organizações da sociedade civil. Daí a relevância do tema dessa pesquisa e sua importância como contribuição à pesquisa educacional, e também aos profissionais que, de alguma maneira, estão preocupados com o desenvolvimento e com a aprendizagem da criança brasileira.

No que se refere à atividade lúdica, podemos dizer que essa ferramenta vem sendo reconhecida como fundamental para o processo

* Mestre em Psicologia, Psicopedagoga, Psicóloga. Atualmente é docente na Graduação e coordenadora do curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia. Atua principalmente nos seguintes temas: pesquisa e extensão, atendimento clínico, palestras motivacionais em gestão de pessoas, formação de professores e coordenação de cursos sobre a formação de Brinquedista e a organização de brinquedotecas. Vice-presidente da Associação Brasileira de Brinquedotecas. Membro da International Toy Library Association (ITLA). Pesquisadora no CIEI da Faculdade de Educação da USP. Autora de livros e trabalhos científicos publicados no Brasil e no exterior. Consultora da REIS LUDOS – Educação e Ludicidade

de aprendizagem na Educação Infantil, sendo uma das mais eficientes formas de atrair o interesse do aluno. No entanto, na prática, nem sempre a brincadeira é levada a sério pelas escolas que atendem crianças pequenas.. Muitas instituições públicas e particulares, porém, embora contem com um grande acervo de brinquedos, não possuem profissionais aptos para sua utilização. Isso é grave, já que todas as escolas de Educação Infantil, quando regulamentadas, têm conhecimento do direito de brincar das crianças, assegurado por leis constitucionais e pelo RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, segundo o qual o brincar é importante por possibilitar, nas relações entre as crianças, o exercício da autonomia e da cooperação, além de representar um dos eixos dos conteúdos da Educação Infantil. Ou seja, as instituições que trabalham com a faixa etária de zero a cinco anos têm por obrigação garantir o brincar como uma atividade fundamental para o desenvolvimento dos educandos.

Os direitos da criança no tocante ao brincar, ao uso do lazer e do esporte, têm sido enunciados a partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 1959. No Brasil, esses direitos estão garantidos nos principais documentos legais, como na Constituição da República Federativa do Brasil, publicada em 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), (Pérez-Ramos e Silva, 2007).

Demonstrando ainda uma preocupação em garantir o direito do brincar àquelas crianças que estão em condição de tratamento, temos como progresso atual da legislação a Lei Federal 11.104 de 21 de março de 2005, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedoteca nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação.

Além disso, para efeitos legais, define a brinquedoteca como um espaço provido de brinquedos e jogos educativos, destinado a estimular as crianças e seus acompanhantes a brincar. Trata-se de uma iniciativa relevante que restitui a

alegria infantil, reduz o tempo do estabelecimento da saúde da criança hospitalizada, além de possibilitar-lhe ganhos no seu desenvolvimento e aprendizagem (PÉREZ-RAMOS e SILVA, 2007, p.4).

A brinquedoteca hospitalar é um espaço com diversos tipos de brinquedos e jogos, especialmente reservado para o brincar, seja de modo espontâneo ou dirigido, contribuindo significativamente para o bem-estar e para a aprendizagem da criança hospitalizada.

A Lei 8069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também determina atendimento especial a todas as crianças de zero a seis anos (Artigo 54). Por fim, como legislação específica e determinante, temos a Lei 9394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que dedica vários artigos ressaltando, pela primeira vez no Brasil, a importância desta primeira etapa da vida (Artigos 29 a 31, em especial). A legislação brasileira, então, considera a Educação Infantil como instrumento e condição essencial de democratização da sociedade e deixa claro que o brincar é essencial para o desenvolvimento da criança, o que torna a atividade lúdica uma função importante, de relevância educacional e política. O RCNEI (1998) também coloca o brincar como um princípio para as atividades da Educação Infantil, contribuindo para o exercício da cidadania, "...o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil" (p.13). E destacam: "A brincadeira favorece a auto-estima das crianças, brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos (...)". Referem-se, ainda, aos tipos de brincadeiras, bem como à sua importância como forma de adquirir conhecimentos: "As brincadeiras de faz-de-conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras,... jogos tradicionais, didáticos, corporais etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica" (RCNEI, 1998, pp. 27 e 28).

Observamos que, atualmente, há de fato maior atenção para com a formação das crianças. Profissionais, pais e escola buscam meios eficientes de ensiná-las e torná-las capazes de absorver o mundo a sua volta, de serem equilibradas, atenciosas e saudáveis; porém, não raras vezes esquecem-se de que o brincar pode ser uma ferramenta para que a criança desenvolva essas qualidades. Nessa perspectiva, percebemos que somente a informação não basta aos profissionais, educadores e pais. É preciso também formá-los, elucidando determinados conhecimentos, podendo assim transcender paradigmas para que novos horizontes sejam descobertos para o melhor desenvolvimento de nossas crianças e, conseqüentemente, de nossa sociedade. Destacamos então, que um professor de Educação Infantil não deve se limitar a fornecer informações, mas procurar meios pelos quais as crianças possam vivenciar experiências concretas e refletir sobre elas, de acordo com suas capacidades e conhecimentos, apropriando-se de novas linguagens, informações e habilidades na interação com o meio. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo fazer uma pesquisa exploratória, afim de verificar qual o sentido atribuído ao brincar, ao brinquedo e a brinquedoteca pelas professoras das Creches e da Educação Infantil de 20 escolas públicas e privadas da grande São Paulo.

Metodologia/ Resultados

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os caracterizados como pesquisa de levantamento, através do qual coletamos dados de cem professoras, distribuídas em 20 escolas diferentes.

Os resultados mostram que 90% das professoras, percebem o brincar, a brincadeira e a brinquedoteca como muito importante. Porém, ainda há muitas questões, como o apoio da direção, os brinquedos disponíveis na escola, a freqüência do brincar, os cursos de atualização na área, a própria formação do professor, a contribuição da família que ainda são insuficientes para que o brincar seja levado a sério na relação de ensino e aprendizagem.

No que tange a brinquedoteca, 74% das professoras conhecem e valorizam as atividades desenvolvidas, mas não as integram aos conteúdos curriculares.

Em relação a como acontece o brincar na escola, 80% das brincadeiras são coletivas e 60% do professores participam das brincadeiras, porém 85% das atividades lúdicas ocorrem apenas no dia determinado para o brincar (sexta-feira, dia eleito por 91% das escolas).

As principais brincadeiras são: Ciranda, seguida de Pega-Pega, Massinha, Bolas, Jogos Pedagógicos, Músicas, Lencinho Branco, Histórias, Bambolê e Amarelinha.

As professoras percebem que durante as brincadeiras ocorrem principalmente aprendizagem e desenvolvimento nas áreas sociais, afetivas e cognitivas que estão diretamente relacionadas com as atividades na escola e também as que são esperadas na vida diária das crianças.

De acordo com os dados, é possível verificar que os brinquedos, as brincadeiras e a brinquedotecas são percebidos como importantes para a escola e para os professores, porém, contrariando a percepção, 85% destas atividades ocorrem apenas em um dia específico da semana. Isto significa que a atividade lúdica ainda está distante de ser uma prioridade nos currículos da Educação Infantil. Esse dado também nos permite pensar sobre a ideia de que os brinquedos utilizados nas diferentes escolas não devem ser muito diferentes daqueles com os quais as crianças estão acostumadas a brincar fora do espaço da escola e da brinquedoteca; devem ser algo que elas já conheçam, que faça parte de sua realidade. Nesse sentido, Kishimoto (2011) nos alerta no sentido de que o brinquedo é um material de consumo, por isso as escolas ao comprarem os brinquedos devem escolher os de maior qualidade e resistência próprios para uso de instituição e para uso de muitas crianças, por exemplo pratos de plástico grosso, panelinhas de alumínio, conchinhas de madeira, etc. As escolas devem, portanto, resgatar a ideia de que os brinquedos fazem parte do mundo da criança e pertencem à cultura lúdica dos brincantes proporcionando re-significações, mudanças de materiais adaptados, novos jogos e novas brincadeiras. O ambiente

coletivo permite que essas ações sejam realizadas com sucesso, pois a interação entre os brincantes possibilita que culturas sejam compartilhadas e novas idéias sejam expostas e apreendidas. (BROUGÈRE, 2000).

Assim, de acordo com Teixeira (2012), numa escola, bem como na brinquedoteca, o principal propósito de utilização do brinquedo é sugerir idéias, fazer fluir a imaginação e ultrapassar os limites da criatividade. Trata-se de um pedaço da cultura lúdica dos brincantes, que é compartilhada entre si, dentro de uma esfera real e imaginária vivenciada no momento do brincar.

No que tange à brinquedoteca, 74% das professoras conhecem e valorizam as atividades desenvolvidas neste ambiente, mas não as integram aos conteúdos curriculares. Conforme apontam as Diretrizes do CNE (2009), a formulação de um curso de formação de professores não pode ter como ponto de partida um conjunto de disciplinas definido *a priori*, mas sim a definição de quais são as competências profissionais — gerais e específicas — que se pretende que o professor em formação construa ao longo de sua trajetória de formação. Neste sentido, as competências profissionais tratam sempre de alguma forma de atuação, só existem “em situação” e, portanto, não podem ser aprendidas apenas pela comunicação de idéias. Para construí-las, as ações mentais não são suficientes — ainda que sejam essenciais. Não basta a um profissional, ter conhecimentos sobre seu trabalho; é fundamental que saiba fazê-lo. Como recurso, a brinquedoteca tem o potencial de mediar a teorização de múltiplos referenciais teóricos por sua capacidade de abarcar, em seu sentido mais amplo, a possibilidade do seu conteúdo interagir com as diversas disciplinas.

Considerando que o ambiente é um sistema vivo e em constante transformação, a brinquedoteca é considerada um ambiente naturalmente educador, na medida em que se relaciona com os brincantes. Todos os brinquedos da brinquedoteca chamam para interação e reflexão. A brinquedoteca potencializa situações de organização, promove relacionamentos, acolhimentos, oferece mudanças, situações de esco-

lhas, desenvolve atividade e propõe aprendizagens. Tudo isso porque a brinquedoteca comunica-se com os brincantes e fala muitas linguagens através das cores, da decoração, da segurança do espaço, do mobiliário, dos materiais expostos, da higiene, do clima afetivo, dos diferentes cantinhos, das atividades espontâneas e dirigidas, coletivas ou individuais, a qualidade e a quantidade dos brinquedos, os cuidados, a construção, a reciclagem e em todas as esferas que fazem parte deste ambiente encantador e contagiante.

Para que a brinquedoteca seja também um espaço onde o brincante, além de socializar-se e apreender os conhecimentos disponíveis nos diferentes cantinhos, possa ser ele mesmo e expressar-se, descobrir suas habilidades e potenciais. O brincante precisa também deixar-se brincar.

A atual perspectiva sobre as atividades lúdicas, mais especificamente sobre brinquedos, brincadeiras e brinquedotecas, leva professores, psicólogos, psicopedagogos, e outros profissionais da educação, a incentivar a prática desse universo como forma de proporcionar a aprendizagem e de facilitar o desenvolvimento infantil com elevada qualidade.

Nos currículos escolares atuais, a atividade lúdica deixa de possuir um caráter secundário e passa a ser pedagogicamente aceita como parte essencial dos conteúdos programáticos.

Na escola ou em uma brinquedoteca, os brinquedos são instrumentos pedagógicos significativos, todavia, a sua importância e uso para o desenvolvimento da criança foram reconhecidas apenas recentemente.

Qualquer profissional que trabalha com criança, (90% das professoras, percebem o brincar, a brincadeira e a brinquedoteca como muito importante), sente que é indispensável haver espaço e tempo para brincar com elas e melhor se comunicar na relação. É notório observarmos o diálogo diferenciado de um médico que cria jogos com objetos do consultório diante de seu paciente, ou o professor que possibilita situações lúdicas em sala de aula.

Para Gimenes e Teixeira (2011), a brinquedoteca é um espaço para brincar, por isso independente do nível escolar, esse será sempre o seu maior objetivo. É importante valorizar a ação da criança que brinca e

para isso é necessário que haja profissionais conscientes para interagirem e organizarem o espaço de modo que favoreça essa ação.

Lembramos que o papel do educador é sempre o de facilitador dos jogos, das brincadeiras e também da organização do tempo e do espaço lúdico acessível e adequado para a criança.

Nesse momento paradoxal, no qual muitas crianças não têm oportunidades e outras têm excesso de estímulos e possibilidades, onde impera a preocupação com a produção do ser humano e não com a sua realização pessoal, o curso de Pedagogia demonstra que ainda há tempo, ainda existem pessoas que sonham e realizam esses sonhos como a criança que brinca, sonha, cria, experimenta, explora, sente, “faz de conta”, inventa e encanta, com alegria, afeto e seriedade.

Para que a atividade lúdica seja de fato um suporte para a aprendizagem nas escolas brasileiras, é preciso que o professor planeje suas aulas apoiando-se nos jogos, brinquedos e brincadeiras disponíveis na sua escola e usando sua imaginação e criatividade, lembrando sempre do propósito que deseja alcançar pelo brincar.

Isso não significa que toda a brincadeira na escola deva ter o objetivo de ensinar, até porque as brincadeiras livres e espontâneas que surgem das próprias crianças, sem orientação do professor, também são fontes de conhecimentos, mas o que ressaltamos aqui é que o olhar atento do professor para as brincadeiras dirigidas ou livres vai fazer toda a diferença no trato dos conteúdos didáticos para os seus alunos. Para isso, o professor precisa estar envolvido nesse processo, seja no ato de brincar com as crianças, ou mesmo observando-as enquanto brincam. Entendemos também que a criança não aprende apenas em situações lúdicas, mas sim em tudo que está ao seu redor e através das suas ações; porém, podemos afirmar que os jogos, brinquedos e brincadeiras são como portas abertas para as atividades educativas.

Enfim, todos os educadores devem conhecer as atividades lúdicas e compreender os benefícios que essas trazem para a Educação Infantil e para as séries posteriores. Por isso, necessitam estar bem preparados

em sua formação para utilizar o lúdico diariamente com as crianças, mantendo o vínculo entre o aprendizado e a diversão.

Quanto às propostas curriculares, consideramos fundamental que estas respeitem o direito da criança de falar, agir, ter consciência de sua ação e do ambiente que a cerca, bem como o direito de brincar, de exercitar suas necessidades físicas e psicológicas, buscar a solução de problemas de modo espontâneo e ter um local seguro e efetivo para desenvolver-se e superar suas dificuldades de aprendizagem.

Considerando que os jogos, brinquedos e brincadeiras e a brinquedoteca devem ocupar um lugar central no desenvolvimento da criança da Educação Infantil, (Vigotsky, 2000), entendemos que o professor é o mediador nessa ação, criando espaços e providenciando os materiais adequados e, principalmente, interagindo nas brincadeiras.

Não pretendíamos neste trabalho, obviamente, esgotar tema tão complexo, mas sim contribuir para que surjam novas reflexões a respeito dos jogos, brinquedos e brincadeiras, auxiliando para o avanço da crítica, da discussão e do interesse pelo seu aproveitamento na Educação Infantil, sem perder de vista a luta por uma sociedade que respeite e compreenda as necessidades das crianças.

Referências

- BRASIL. **Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, dezembro de 1996.
- _____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: [s.e], 1998. Volumes: I (Introdução) , II (Formação Pessoal e Social) e III (Conhecimento de Mundo).
- _____. **Lei 8.069, de 13/07 – Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: [s.e], 1990.
- _____. **Ministério da Educação. Resolução 05, de 17/12** – Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil. Brasília: [s.e], 2009.
- BROUGÈRE, G. **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Cortez, 2006.

- GIMENES, B. P. e TEIXEIRA, S. R. O. **Brinquedoteca – Manual em Educação e Saúde**. São Paulo: Cortez, 2011.
- KISHIMOTO, T. M. “A brinquedoteca no contexto educativo brasileiro e internacional”. In: OLIVEIRA, V. B. *et al.* **Brinquedoteca – Uma visão internacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- PÉRZ-RAMOS, A. M; QUEIROZ; S. e MOURA, S. “Subsídios das políticas públicas como garantia do direito do brincar”. In: **O Brinquedista** – Informativo da Associação Brasileira de Brinquedotecas. Número 43. Março/2007. p:4.
- TEIXEIRA, S. R. O. **Jogos, Brinquedo, Brincadeira e Brinquedoteca – Implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro. WAK. 2012.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 8ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

debates
sinpro guarulhos
III

resenha

O Socialismo Jurídico de F. Engels e K. Kautsky: atualidade da crítica à esquerda legalista

Henri de Carvalho*

O convencimento acerca da relação homem-mundo é o que dá norte a qualquer produção individual e o que justifica, até mesmo, as páginas da resenha que se seguirá.

Neste contexto em que pulsam os movimentos sociais e as ondas de protestos por todo o país, em meio aos certames da copa da FIFA, com tudo o que implicou esses eventos de um lado em benesses ao capital nacional e internacional, bem como sua relação com o Estado burguês, de outra parte a repressão empreendida contra quem foi desabrigado, resistiu e encampou luta nas ruas em oposição às injustiças cometidas, à falta de investimentos em áreas básicas aos trabalhadores de baixa renda; num momento em que qualquer ventilar politicamente progressista - e não cabe aqui medir até que ponto de fato o seja - é ligado à conservação do capital; diante da forma política que dá continuidade ao processo modernizador do capital nesses flancos, ainda que o governo seja representado pela sigla do Partido dos Trabalhadores e que à sua frente se apresente uma ex-guerrilheira, antanho resistente ao bonapartismo tupiniquim e que por esta face perversa da política burguesa tenha sido torturada; num período em que o despreparo ao entendimento político e ao contexto sócio-produtivo do país faz gerar

* Doutor em História Social pela PUC-SP; pesquisador no Núcleo de Estudos da PUC-SP “*História: Trabalho, Ideologia e Poder*”, Linha de Pesquisa: “*Ontologia, História e Arte*”; professor membro do Corpo Docente Estruturante no ISE (Instituto Superior de Educação) Centro Universitário Metropolitano de São Paulo (UNIMESP-Guarulhos); Diretor do Sindicato dos Professores e Professoras de Guarulhos; Coordenador do projeto de pesquisa: “A Educação em O Capital e a Particularidade Histórica da Educação no Brasil” - projeto vinculado ao *Sinpro Guarulhos*; Editor da revista *Debates Sinpro Guarulhos*.

anseios ultraconservadores, que acusam as administrações petistas de favorecerem, “notoriamente”, os movimentos sociais e de tenderem a uma esquerdização generalizada, “evidente” no assistencialismo popular como o programa Bolsa Família e bolsas ulteriores, algo que do ponto de vista rumo ao socialismo é mais imaginário que real, mas que teve como arremate, nos meses que antecedem as eleições, o decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014.

Tal elaboração legislativa institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS e dá outras providências com a finalidade de “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. Sobre o assunto, os parlamentares da oposição reacionária tem se referido a tal aparato legal como uma tentativa de “cubanização”, bolivarização chavista e até mesmo bolchevismo, algo que de fato demonstra ausência de conhecimento histórico.

É nesta conjuntura que se justifica a retomada da crítica em talhe teórico, sob a luz do socialismo científico, disposta na resenha que seguirá, objetivando colaborar com as instrumentalidades linguística e espiritual adequadas à necessária análise e compreensão do significado de uma reforma política, em estrito âmbito legal, para com o pensamento que converge ao esteio marxiano.

Com a intenção de combater a influência de Marx junto ao movimento operário, na última quadra do século XIX, ataques constantes lhe eram proferidos. Um deles gerou o artigo de Fredrich Engels e finalizado por Karl Kautsky, *O Socialismo Jurídico*, publicado na nova gazeta (*New Zeit*) em 1887, sem assinatura.

O artigo em questão constitui uma importante crítica à ideologia jurídica contida na obra *O Direito ao Produto Integral do Trabalho Historicamente Exposto*, escrita por Anton Menger, professor e jurista representante do socialismo jurídico, que intencionava elaborar um modo de transformação do regime do capital por meio das instâncias

jurídica e legislativa. Importa mencionar que mesmo sendo pertencente ao Partido Social-Democrata alemão, Menger inseria-se na ala direitista.

Menger propôs uma saída jurídica para se chegar ao socialismo sem que o embate da luta de classes se coloque extremadamente. Confiava assim que reformas levariam necessariamente ao processo de transformação sem que uma radicalidade revolucionária incorresse do processo de consciência e luta da classe trabalhadora. “O sr. professor revela, então, que todo o socialismo se reduz juridicamente a apenas três palavras de ordem, a três direitos fundamentais. Ei-los: 1) o direito ao produto integral do trabalho; 2) o direito à existência; 3) o direito ao trabalho”. Os dois últimos elementos foram descartados da análise de Engels por considerar que o “direito ao trabalho” constituía somente uma exigência temporária. Segundo Marx: “a primeira fórmula desajeitada, que sintetizava as reivindicações revolucionárias do proletariado”. Em compensação Menger esqueceu-se da ‘reivindicação de *igualdade*, que dominou o socialismo revolucionário francês, de Babeuf a Cabet e Proudhon’. Improvável que fosse formulado em termos jurídicos por ele e que, segundo Engels, exatamente por ser “a mais jurídica de todas as mencionadas. Assim o parceiro de Marx considerou que as propostas 1 e 2 eram contraditórias e com isto desvendou o idealismo, ou o pensamento especulativo contido no adágio jurídico de Menger, posto no fato de tentar “encaixar as diversas doutrinas socialistas dos diferentes países e níveis de desenvolvimento, nessas duas ‘palavras de ordem’” falseando “toda a exposição”. (ENGELS & KAUTSKY, 2012, pp. 28-9)

Engels antes já havia explicado que “A reivindicação da igualdade, assim como do produto integral do trabalho, perdia-se em contradições insolúveis tão logo se buscava formular seus pormenores jurídicos, e deixava mais ou menos intacto o cerne do problema, a transformação do modo de produção”. O autor do artigo em questão reivindicava uma compreensão que se calcasse no materialismo histórico proposto por Marx, pois este modo de compreender ajudaria a classe trabalhadora a desvendar sua condição de vida, e, demonstrou “que todas as

representações dos homens - jurídicas, políticas, filosóficas, religiosas etc. -, derivavam, “em última instância, de suas condições econômicas de vida, de seu modo de produzir e trocar os produtos”. Assim o posicionamento, contrário às formas jurídicas, defendido por Engels, baseava-se na remoção do sentido da injustiça social como fruto da distribuição da riqueza, situando-a na exploração posta nas relações sociais de produção, era pois, calcado, no entendimento de Marx. (ENGELS & KAUTSKY, 2012, pp. 20-1)

Anton Menger procurou depreciar o pensamento de Marx “aclarando” que suas investidas originárias encontram-se em outros autores do socialismo, tais como Saint-Simon, Proudhon e Thompson, principalmente neste último. Para desmontar esta acusação no mínimo estapafúrdia, Engels expõe as especificidades do pensamento de Thompson e em poucas linhas demonstra a confusão do Sr. Menger. Engels também explicou que a centralidade da questão é muito elementar: a atual ordem social “dá aos proprietários de terras e aos capitalistas o ‘direito’ a uma parte - a maior - dos produtos gerados pelos trabalhadores”. (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 33)

Surpreende que a incompreensão do jurista Anton Menger ainda seja a de muitos que se reivindicam partidários da esquerda socialista. Engels fez questão de afirmar “*Marx nunca reivindicou o ‘direito ao produto integral do trabalho’*, nem jamais apresentou reivindicações jurídicas de qualquer tipo em suas obras teóricas.” Isto porque o “direito jurídico” só reverbera o modo de ser das circunstâncias de específica sociedade e, de fato, está em lugar secundário na produção marxiana. São, pois, proeminentes na resolução teórica de Marx “a legitimidade histórica, as situações específicas, os modos de apropriação, as classes sociais de determinadas épocas...”. (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 34)

O teor elevado da crítica de Engels e Kautsky a Anton Menger está no reconhecimento, dos dois primeiros, de que o processo pelo qual se estabelecem as relações de troca gera a especificidade burguesa do direito, com sua fetichização da forma extrínseca aos indivíduos,

garantida em práticas de coerção empreendidas pelo Estado ou por outra, que a subjetividade jurídica contida, por exemplo, nos termos ‘liberdade’ e ‘igualdade’, é formulação advinda do necessário modo de troca das mercadorias.

O surgimento do indivíduo como sujeito de direito viabiliza a circulação do mesmo pelo mercado, antes como mercadoria/mercador, mas, de sua mercadoria essencial, que é a sua força de trabalho; como representação de si, o é, apenas, na medida em que se auto-dispõe como objeto de desejo de consumo de outrem. O direito que tem à propriedade de si lhe permite alienar-se de si. É desta maneira que o direito põe em andamento a liberdade e a igualdade, pois, a disposição de si, do indivíduo, só pode ocorrer mediante sua liberdade enquanto mercador, mesmo que seja de si, então na condição de mercadoria.

A equivalência sugerida no princípio jurídico da igualdade aparece na contratualidade necessária ao acordo de vontades entre aquele que compra e aquele que vende. A livre concorrência é a forma mais extremada de equidade comercial confirmada representativamente na igualdade jurídica.

Engels & Kautsky se valeram de uma passagem da obra de Menger em que este afirmara “ver na ‘reformulação jurídica do socialismo’ a ‘mais importante tarefa da filosofia do direito de nosso tempo’”. Segundo Menger, “Sua correta realização trará uma essencial contribuição para que as imprescindíveis modificações da nossa ordem jurídica se efetuem por meio de reforma pacífica”. Isto porque para o jurista, apenas “quando as ideias socialistas se converterem em princípios jurídicos sensatos, os estadistas serão capazes de reconhecer a extensão das alterações necessárias na ordem jurídica vigente, no interesse da sofrida massa popular” (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 45)

A crítica mais evidente de Engels e Kautsky em relação a Menger é a de que este intentava realizar a “transformação apresentando o socialismo como um sistema jurídico”, a questão que os autores do artigo crítico fizeram foi: “E quando se fará tal reformulação jurídica do socialismo?” À tal pergunta, encontraram a resposta de Menger e

suas considerações finais, onde afirmara sem dúvida alguma que “a elaboração de um sistema jurídico totalmente baseado nesses conceitos jurídicos fundamentais” (1º, direito ao produto integral do trabalho e 2º, o direito à existência) “caberá a um futuro distante”. Engels e Kautsky apontaram a fragilidade evidente na contradição de Menger por dizer que esta era a tarefa mais importante de seu tempo. (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 45)

Menger ainda teria dito que “As mudanças necessárias (da ordem jurídica vigente) se realizarão no decorrer de longo desenvolvimento histórico, do mesmo modo que a nossa atual ordem social desagregou e destruiu o sistema feudal no decurso dos séculos, *até que finalmente só foi necessário um empurrão para que ele se autoabolisse inteiramente*”. Quanto a isto, os autores da crítica interrogaram: “qual o papel da filosofia do direito, se o ‘desenvolvimento histórico’ da sociedade realiza as mudanças necessárias?” Segundo Menger, dizem os autores, “são os juristas que prescrevem o caminho para o desenvolvimento social”, de modo que, sob esta óptica o “desenvolvimento histórico” “faz tudo por si só”. Então interrogam os autores: “Mas o nosso desenvolvimento social tende para a realização do direito ao produto integral do trabalho ou se contrapõe ao direito ao trabalho?” Menger, pelo que avaliam os autores, revela não saber. (ENGELS & KAUTSKY, 2012, pp. 45-6)

Contudo, “se esses ‘direitos fundamentais’ nem sequer estão em condições de produzir alguma eficácia, se eles não determinam nem realizam o desenvolvimento social, mas são determinados e realizados por este, para que então esse esforço de reduzir todo o socialismo a direitos fundamentais?” Qual o sentido de desnudar o socialismo de seus ‘ornamentos’ econômicos e históricos, se posteriormente ficamos sabendo que os ‘ornamentos’ constituem seu real conteúdo?” (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 46)

Os autores do artigo crítico foram peremptórios em afirmar que “os socialistas do presente e do futuro dispensam todos os direitos fundamentais do sr. Menger, ou renunciam à tentativa de disputar com ele esse seu produto ‘integral do trabalho’”. Isto não quer dizer que,

segundo os autores, “os socialistas renunciem a propor determinadas reivindicações jurídicas. É impossível que um partido socialista ativo não as tenha, como qualquer partido político em geral”. Isto porque, as “reivindicações resultantes dos interesses comuns de uma classe só podem ser realizadas quando esta classe conquista o poder político e suas reivindicações alcançam validade universal sob a forma de leis”. Os autores explicam que “Toda classe em luta precisa, pois, formular suas reivindicações em um programa, sob a forma de reivindicações jurídicas. Mas as reivindicações de cada classe mudam no decorrer das transformações sociais e políticas que são diferentes em cada país, de acordo com as particularidades e o nível de desenvolvimento social”. Disto deriva a circunstância “de as reivindicações jurídicas de cada partido singular, apesar de concordarem quanto às finalidades, não serem completamente iguais em todas as épocas e entre todos os povos. Constituem elemento variável e são revistas de tempos em tempos, como se pode observar nos partidos socialistas de diversos países”. Assim de modo a expor a insuficiência do idealismo de Menger e a mostrar o sentido do materialismo histórico como forma de apreensão do real, explicaram os autores que “são as relações reais que devem ser levadas em conta; em contrapartida, não ocorreu a nenhum dos partidos socialistas existentes fazer uma nova filosofia do direito a partir do seu programa, e possivelmente não lhes ocorrerá no futuro”. Os autores arremataram a crítica dizendo que este fato figura como único ponto positivo de seu trabalho, e que pode, no mínimo, convir como exemplo. (ENGELS & KAUTSKY, 2012, pp. 47-8)

Há que se fazer reflexão acerca do nexos existente no engessamento da luta dos trabalhadores organizados. O âmbito da luta de classes muitas vezes não ultrapassa o campo do direito. Por isto, não podem ser levados em flâmula os princípios de igualdade e liberdade jurídicas. Para que os trabalhadores, enquanto classe - o que supõe consciência de classe (espírito coletivo) e organização política - venham a contribuir decisivamente para a metabolização social, no sentido de sua emancipação, é necessário que se oponham à ideologia jurídica, uma vez que

esta não exprime o modo de vida real dos trabalhadores emancipados, porque de fato ainda não o são. Os princípios de liberdade e igualdade são apenas as disposições legais para as necessidades burguesas, e, portanto, das igualdades e liberdades burguesas, na efetividade contratual das relações de troca ou de mercado, no ato de produzir e trocar os produtos, que, para o trabalhador, não é mais do que sua própria força de trabalho.

A intenção do Estado não é outra se não a de restringir a luta de classes aos limites da alçada jurídica, donde o anúncio da vitória burguesa já está dado uma vez que são as relações sociais burguesas que se reproduzem. Neste sentido, vemos, não raramente, ser anunciada a legalidade ou ilegalidade da luta de classes quando, por exemplo, as greves esbarram nos limites da ideologia jurídica ou nas fronteiras que o direito estabeleceu através do sistema parlamentar político-representativo. Assim como se vê limitada a representatividade sindical, pois opera na margem do direito burguês, ainda que não seja de modo algum desimportante o seu ativismo, quando de fato se coloca em defesa dos trabalhadores, é igualmente limitada às formas burguesas da representatividade política, assim como qualquer reforma política que não derive de conquista social efetiva por parte dos trabalhadores, pois opera no círculo do socialismo jurídico.

De outro modo, o engessamento deste processo fica claro quando, por exemplo, para não desvirtuar ou mesmo ameaçar o processo de produção e reprodução do capital, os trabalhadores devem aceitar as formas que tornam a greve, instrumento necessário de luta efetiva entre as classes antagônicas, simplesmente pelo direito de greve, que é um direito tipicamente burguês, ou seja, só é permitida em termos legais se mesmo com ela, com a greve, haja a viabilidade reprodutiva do capital.

As reivindicações da classe trabalhadora não podem se limitar às reformas, embora nelas até possa haver certo progressismo, mas as reformas se constituem no âmbito das reivindicações jurídicas, o que só pode apontar como resultado de uma concepção jurídica de mundo. Desse modo, Engels e Kautsky afirmaram que as reivindicações de

classe só podem ocorrer de modo mais efetivo quando a classe que assim o faz já alcançou o poder jurídico. A primeira de qualquer verdadeira reivindicação jurídica da classe trabalhadora deve conter o germe particular da ideologia jurídica burguesa. Desse modo, faz mais sentido reivindicar para os trabalhadores a posse dos meios de produção ao invés de augurar um salário mais justo. Esta reivindicação deveria ser um campo da luta sindical. Reivindicação que destoa por completo do direito burguês. Contudo, o ponto da luta em que estamos hoje parece situar-se no âmbito das exigências do mínimo necessário para a manutenção da condição da classe trabalhadora como mero fator de produção, não como potência à sua transcendência efetiva em direção ao trabalho emancipado.

Evidentemente que não se trata de apropriação privada, mas posse coletiva real dos meios de produção por parte de trabalhadores livremente associados. Nesse sentido, não cabe expor sequer a viabilidade de um socialismo jurídico, pois tanto o direito socialista quanto uma filosofia do direito não podem existir sem que haja a extinção da forma valor no sentido capitalista, bem como a mercantilização de tudo, mas quando esta já não for predominante é que se poderá avançar para além do direito burguês, e então conheceremos a poesia do futuro, verdadeira emancipação humana, auto-realização dos indivíduos sobre bases solidamente comunais das relações sociais de produção.

Referências

– ENGELS, Fredrich & KAUTSKY, Karl. *O Socialismo Jurídico*. São Paulo: Boitempo, 2012.

debates
sinproguarulhos
III

leitura e arte

Uma polêmica de György Lukács com Ernst Ottwalt: arte “nova”, herança literária e questões da decadência ideológica¹

Ana Cotrim*

Em seus escritos dos anos trinta, György Lukács abordou diversas facetas do realismo artístico, particularmente literário. Tomamos neste artigo alguns pontos da sua faceta polêmica. Lukács polemizou com as linhas vanguardistas, com o chamado “realismo socialista” (a que ele atribui a designação mais exata de “revolucionarismo romântico”), com os romances de reportagem, a teoria do teatro épico, para não mencionar a sua célebre crítica ao naturalismo. Neste momento de sua produção, procura seguir as ideias de Marx, Engels e Lênin. Defendendo a herança literária da burguesia em ascensão, Lukács busca desvendar a influência da subjetivação da arte própria do pensamento burguês de decadência nas tendências artísticas aparentemente revolucionárias e “novas”, inclusive aquelas para as quais a arte tem a função de se constituir como propaganda direta do socialismo. Estes são alguns dos temas que permeiam o viés polêmico da produção lukácsiana daqueles anos, e que enfocamos aqui: a herança literária da burguesia ascendente, a decadência ideológica e a defesa vazia do “novo”.

1 Este artigo resulta de um desenvolvimento presente na Dissertação de Mestrado, defendida no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, intitulada *O realismo artístico nos escritos de Georg Lukács dos nos trinta – a centralidade da ação*, 2009.

* Doutoranda em Filosofia pela USP.

Para abordar esses problemas, partimos aqui da seção final de “Reportagem ou figuração?”² (doravante *RF*). Esse texto é composto de dois artigos publicados separadamente em *Die Linkskurve* no mesmo ano de 1932. O primeiro, denominado “Observações críticas a propósito de um romance de Ottwalt”, é constituído por uma crítica a um romance de Ernst Ottwalt³ intitulado *Denn sie wissen, was sie tun. Ein deutscher Justiz-Roman* (*Porque eles sabem o que fazem. Um romance de justiça alemão*), e se estende no sentido de alcançar uma crítica mais geral ao estilo jornalístico na literatura. O segundo, chamado “Da necessidade, virtude”, é a réplica de Lukács à resposta escrita por Ottwalt ao primeiro ensaio crítico de sua obra, e abrange temas e autores não tratados no ensaio anterior: volta-se à objeção à literatura como propaganda direta, à discussão da herança literária e critica outros autores importantes próximos a Ottwalt, como Brecht e Sinclair.

O segundo artigo, “Da necessidade, virtude”, ocupará aqui a nossa atenção. Nesta réplica à resposta de Ottwalt à sua crítica, Lukács

2 LUKÁCS, G. “Reportage or Portrayal? Critical remarks à propos a novel by Ottwalt; A virtue of necessity”, in *Essays on Realism*. Cambridge: MIT Press, 1981. Trad. David Ferbach. Originalmente publicado em alemão sob o título “Reportage oder Gestaltung? Kritische Bemerkungen anlässlich des Romans von Ottwalt” (*Die Linkskurve*, 1932).

3 Ernst Ottwalt era o pseudônimo de Ernst Nicolas (1901-1943) que passou da extrema direita – pertenceu a um *Freikorps* depois da derrota alemã de 1918 – ao Partido Comunista e à Liga dos Escritores Proletários Revolucionários. Escreveu vários romances e histórias antifascistas e colaborou com Brecht no roteiro do filme *Kuhle Wampe*. Depois de emigrar em 1933, foi para a Dinamarca, Praga e Moscou, onde foi preso em 1936. Perdeu-se então todo o seu rasto. Soube-se depois que morreu em 1943 num campo de concentração em Arcangel, norte da Rússia. (Cf. nota de Rodney Livingstone, in LUKÁCS, G. *Essays on Realism*, op. cit., p. 240.) O filme *Kuhle-Wampe*, de 1932, foi lançado recentemente no Brasil ao lado de outros filmes e entrevistas na coletânea *Brecht no cinema*. Chamado *Kuhle-Wampe oder: wem gehört die Welt?* [*Barrigas frias ou A quem pertence o mundo?*], foi escrito em conjunto por Brecht, Ottwalt e Slatan Dudow, teve direção de Dudow e música de Hanns Eisler. O filme faz um retrato da crise econômica na Alemanha durante a República de Weimar e constitui um exemplo privilegiado de arte de tendência, com muitos dos traços que Lukács critica aqui. Um deles é o fato de sobrepor ao desenvolvimento interessantíssimo da trama um conjunto de cenas de exortação à solidariedade, o que nos lembra a aproximação que Lukács evidencia entre propaganda e solução moralizante na arte. Contudo, quando se volta ao retrato, apresenta traços de realismo, e nisso é possível ressaltar, como um entre outros exemplos, a justiça que o filme faz à condição da mulher. Para nós, o filme vale ainda pela referência ao Brasil: no contexto da crise mundial, a cena final traz uma conversa entre passageiros de um trem, motivada pela leitura de uma notícia de jornal, sobre a política da queima de café, que se iniciou na República Velha e se manteve depois da Revolução de 1930, no primeiro governo Vargas.

apresenta um sentido estético comum aos romances de reportagem e à concepção mais geral do teatro épico de Brecht. A resposta de Ottwalt explicita com nitidez as posições que nosso autor já descobrira pelo exame de seu romance. Afirma claramente que, para ele, a literatura deve entrar em ação quando os panfletos e o porta-a-porta não funcionaram!:

Ele toma a literatura como uma espécie de força de reserva, a ser disposta “no momento da luta de classes em que os panfletos falham, a agitação de porta-em-porta não é adequada e deve-se levar em conta exigências psicológicas particulares”. (RF, p. 65)

Essa concepção de Ottwalt fala por si. Mas, vale perseguir ainda a argumentação lukácsiana, que a identifica não apenas com Sinclair, mas também com Brecht. Trata-se da sua crítica tantas vezes reiterada aos limites da literatura de “tendência”. Assim, afirma que a oposição entre figuração e “funcionalidade” da literatura na luta de classes é falsa e redutora da sua verdadeira função, porque, sem entender o sentido profundo da propaganda que o desvendamento do fetiche realiza, limita a propaganda ao plano mais imediato da luta de classes. Argumenta que, quanto mais elevado o nível teórico de entendimento e o nível literário de retrato das tendências reais em desenvolvimento, mais proveito terá a arte para a agitação e, ao contrário, a restrição unilateral e “praticista” à agitação, na verdade, reduz o nível da própria agitação e enfraquece seu poder de penetração. Além disso, partindo da perspectiva unilateral da agitação imediata, Ottwalt despreza o prazer artístico como um “conceito burguês antiquado”, chegando mesmo a afirmar que o leitor das obras centradas na figuração se torna um *consumidor hedonista*:

O objetivo dessas obras é a figuração, a busca por uma obra de arte fechada que é satisfeita e completa em si mesma, e diante da qual o leitor é automaticamente transformado num consumidor hedonista, que não extrai conclusões e se

satisfaz com o que lhe é dado, com o estímulo emocional e a piedosa satisfação de ter lido um bom livro. (OTTWALT, *apud. RF*, p. 65)

No mesmo sentido da “nova escola”, que repudia a figuração artística como antiquada e burguesa, segue, conforme Lukács, o raciocínio de Brecht. Embora sem atacar o prazer artístico, opõe a passividade do espectador do velho teatro, que lhe oferece sentimentos e experiências, e a necessidade de tomar posição diante do novo teatro. Para o autor húngaro,

Isso expressa exatamente a oposição que Bertolt Brecht faz entre o velho e o novo teatro. O velho teatro “oferece ao espectador sentimentos e uma experiência, o espectador é levado a identificar-se com os personagens”, ao passo que o novo teatro “o obriga a tomar decisões” e apresenta uma “visão de mundo”, de modo que o espectador é “confrontado”. Em outras palavras, a “nova” arte significa um rompimento radical com a velha arte. Pois na velha arte, “as percepções são preservadas” (Brecht), “somente conclusões estéticas se extraem numa realidade literária, e não conclusões práticas” (Ottwalt); “Podemos chamar a obra desse homem (Balzac) de propaganda?” (Upton Sinclair), etc. (*RF*, p. 66)

No entanto, Lukács quer mostrar que, por mais revolucionárias na intenção, essas ideias vão contra as posições de Marx, Engels e Lênin. Não apenas na questão central da figuração artística, mas na importância do prazer artístico e na validade das obras de épocas anteriores. Mais uma vez, vale citar os seus termos bem-humorados:

Marx, a quem nem mesmo Ottwalt consideraria um esteta unilateral, ou um teórico divorciado da luta de classes, avançou ao ponto de investigar os efeitos de obras de arte criadas

em períodos bastante remotos. Até mesmo se preocupou – imagine isso! – com Homero. E procurou desvendar as razões pelas quais “elas ainda proporcionam gozo artístico e em certo sentido permanecem como norma e como modelo inalcançáveis” (*Grundrisse*). Essa é seguramente uma visão muito herética da parte de Marx. Ele era certamente um “bárbaro” – o que Lênin também se confessou, em suas conversas com Clara Zetkin – incapaz de acompanhar a “nova arte”. E não é piada. Pois Marx, Engels e Lênin falaram reiteradamente de prazer artístico, ao passo que a “nova escola” o vê como um conceito burguês e completamente antiquado. (*RF*, p. 65)

Também em “Arte e verdade objetiva”⁴, de 1934 (doravante *AVO*), encontramos uma referência a essa crítica de Lênin ao enaltecimento do “novo” nas conversas com Clara Zetkin. Ali, nosso autor cita a passagem completa:

“Por que adorar o novo como a um deus – pergunta Lênin – algo que cumpre obedecer simplesmente porque é ‘o novo’? Isso é absurdo e puro absurdo. Ademais, nisso está também em jogo muita hipocrisia artística convencional e muito respeito pela moda artística do ocidente. Sem dúvida, inconsciente. Somos bons revolucionários, mas nos consideramos obrigados a demonstrar que estamos à altura da cultura contemporânea. Tenho de minha parte o valor de mostrar-me como bárbaro”. (*AVO*, p. 46)

Em “Reportagem ou figuração?”, nosso autor argumenta que os defensores dessa “arte nova” antônima da figuração assimila o prazer artístico à não-ação revolucionária. Esta equiparação provém da identificação da burguesia atual, “que se tornou uma classe completamente

4 LUKÁCS, G. “Arte y verdad objetiva”, in *Problemas del realismo*, México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1966. Trad. Carlos Gerhard.

parasitária”, com todas as outras classes anteriores, “desde os cidadãos da pólis ateniense até os burgueses puritanos da revolução inglesa ou os jacobinos da revolução francesa”. Apenas essa identificação justifica a afirmação de que os escritores dessas classes, que sempre trabalharam com a *figuração genuína*, “proporcionavam ‘prazer artístico’ ao preço de desviá-los da ação e levá-los à indolência sensual” (RF, p. 66). Esse ponto de partida a-histórico se vincula ao imediatismo de sua visão, no duplo sentido da visão presa aos fatos imediatos e da arte como agitação no momento imediato da luta de classes. A posição antifiguração é, para Lukács, uma posição antidialética. Essa perspectiva se explicita no posicionamento de Ottwalt acerca da herança literária. Nosso autor cita uma passagem da resposta que o escritor lhe dirigiu:

A questão da “herança”, por exemplo, está longe de desempenhar o mesmo papel no nosso caso que desempenha na União Soviética. A razão disso é simplesmente que aquilo que temos de “herdar” está por enquanto ainda vivo; que nos erguemos contra os ideólogos burgueses do classicismo e da humanidade na luta diária, não como “herança” morta, mas como elementos vivos da reação. (OTTWALT, *apud.* RF, p. 68)

Ottwalt almeja argumentar com isso que a “herança” literária na Alemanha ainda é viva, e se impõe como força de reação, uma vez que a burguesia não morreu: por conseguinte, toda manifestação da consciência burguesa deve ser combatida como uma força de reação e, igualmente no caso da literatura, cumpre romper radicalmente com a sua forma. Por essa razão, defende a produção de uma literatura e cultura inteiramente novas, “proletárias”. O mesmo não se verificaria no caso da União Soviética, onde o proletariado pode apropriar-se da herança de uma classe já morta e retrabalhá-la para si. Nesse sentido, Ottwalt equipara a produção da burguesia em todos os períodos, e considera que a herança dessa classe em geral só poderá ser apropriada quando ela estiver definitivamente vencida.

Lukács defende que não há, quanto a isso, diferença entre a Alemanha e a União Soviética, porque a herança a ser apropriada e continuada pelo proletariado não é a herança da burguesia em geral, inclusive a atual: é a herança da burguesia progressista, que já há muito está morta no mundo inteiro. Esta deve ser “desinvertida” dialeticamente e retrabalhada. E apenas o proletariado está em posição de tomar e levar adiante as realizações da burguesia progressista por meio dessa “desinversão” dialética. Para o nosso autor, não é contra as realizações da burguesia progressista que a luta deve ser dirigida, mas contra o pensamento e a pseudo-arte da burguesia decadente.

Ottwalt não percebe essa distinção, na medida em que identifica toda a produção literária da burguesia progressista, que trabalhava com a figuração genuína, com as produções da burguesia decadente, que desfigura o retrato no sentido subjetivista e psicologista. Isso se evidencia na sua equiparação de Tolstoi e Jacob Wassermann, ou seja, a identificação de “um genuíno retratista, que desenvolve a consciência de seus personagens a partir de seu ser, com um idealista subjetivo, para quem a consciência efetivamente determina o ser” (RF, p. 72).

Lukács reproduz o modo como o escritor apresenta a questão. Para ele, os trabalhadores buscam apreender a realidade da maneira mais concreta possível, de modo que, entre o “fato” e a “figuração literária”, é preciso optar pelo “fato”, por necessidade prática. No entanto, para o filósofo húngaro, essa alternativa entre fato e retrato literário é falsa: ao tratar das opções, o que ele quer dizer é a alternativa entre *fato* e *psicologia*. Ou seja, quando Ottwalt se dirige contra a figuração, está na verdade argumentando contra o psicologismo. Lukács toma uma afirmação de Tretiakov para argumentar que essa indiferenciação não provém de um erro casual, mas sim constitui um “dogma” da tendência à qual Ottwalt se afilia:

E mesmo essa confusão não é acidental, mas antes um dogma (não professado, provavelmente inconsciente) da tendência à qual Ottwalt pertence. Tretiakov, por exemplo,

que decerto está apto para falar aqui, diz ironicamente no curso de uma polêmica: “O que se valoriza em um escritor é a sua capacidade de ‘enxergar os corações das pessoas’” (isto, é psicologia!), “mas não seu conhecimento no campo da teoria e da prática coletiva” (isto é, o fato de Ottwalt). (RF, p. 72)

A psicologia é identificada sem mais à figuração, de modo que entre as alternativas que esses escritores se colocam não se encontra a opção artística que se deriva do materialismo dialético. Para o Lukács de início dos anos trinta, essa opção é a “figuração materialista dialética” da realidade. Por um lado, nosso autor reconhece a legitimidade do impulso de oposição à ideia burguesa da “arte pela arte”. Contudo, por outro lado, verifica que esse impulso passa a se dirigir contra o “reflexo dialético” da objetividade pelas formas específicas, verdadeiramente artísticas, da arte; ou seja, os artistas e teóricos da arte de tendência acabam por identificar a “arte pela arte” com a verdadeira plasmação artística *em sua riqueza de determinações*. Mas, da oposição à plasmação artística surge uma forma de arte que, em sua forma, atém-se à agitação direta e, no que tange ao conteúdo, toma como matéria a imediatidade cotidiana dos fatos:

A antipatia nascida em si mesma de um instinto justo contra o caráter burguês de determinadas formas de arte e suas teorias se converte com muita frequência, nesse terreno, em uma luta contra a forma artística verdadeira, contra o reflexo dialético da realidade em toda a riqueza de suas determinações pelas formas específicas da arte. A antipatia, nem mesma justificada, contra o formalismo corrompido de *l'art pour l'art* burguesa se converte com frequência em uma luta contra o específico da plasmação artística em geral. Produz-se com muita frequência a tendência de rebaixar a arte ao nível de uma agitação cotidiana direta. (AVO, p. 48)

Esse rebaixamento significa uma vulgarização do *partidarismo* presente na concepção marxista-leninista da arte. Em *AVO*, vemos que o partidarismo emerge do reflexo objetivo e *objetivamente artístico* da realidade, no sentido de que emana do “mundo criado” e único da obra de arte. A recusa da figuração e a degeneração do partidarismo em propaganda direta mantêm um vínculo estreito. A forma artística que resulta dessa vulgarização é, também no texto de 1934, entendida como uma colagem de reproduções fotográficas extraídas da vida cotidiana, que não expressam, mas sim se separam da concepção geral defendida pelo escritor. Essa concepção geral, uma vez que não se manifesta objetivamente na matéria retratada, só pode surgir como posição subjetiva. Lukács escreve:

Uma dessas tendências é a simplificação vulgarizante do partidarismo marxista-leninista da arte, a transformação da tendência que segundo Engels deve surgir organicamente do reflexo objetivamente artístico da realidade em uma prescrição “montada” sobre a reprodução fotográfica de fenômenos cotidianos. Trata-se, pois, de uma ideologia da “vulgarização” do objetivismo mecanicista, no qual, em virtude de suas limitações, que já conhecemos, deve converter-se inevitavelmente em subjetivismo. (*AVO*, p. 48)

É significativo que encontremos já em “Reportagem ou figuração?” a citação de uma passagem de Lênin que Lukács desenvolve em *AVO*, e que já referimos acima, na qual vemos que as afirmações extraídas diretamente dos fatos são menos verdadeiras do que as abstrações corretas (exemplo da categoria do valor, em oposição àquelas extraídas da economia diária, como o “preço do trabalho”). Nesse sentido, para Lukács, Ottwalt se coloca uma falsa alternativa:

Uma vez que a figuração materialista dialética escapa completamente à alternativa de Ottwalt, ele pode celebrar

um triunfo fácil, e um tanto prematuro. A resposta à sua alternativa só pode ser: nem um nem outro; *tertium datur*: há ainda uma terceira possibilidade! (RF, p. 72)

A concepção que desconsidera a distinção entre o pensamento da burguesia progressista e da burguesia decadente não percebe o materialismo espontâneo, o caráter de figuração genuína dos nexos causais objetivos (AVO) das produções literárias do período ascendente da burguesia, porque de fato não apreende o sentido profundo do materialismo dialético (RF). Assim debilmente fundamentada e sem apontar contra o inimigo efetivamente vivo – o ideário nefasto da burguesia decadente – a concepção de uma cultura completamente nova (nos moldes da Proletkult) se verifica vulnerável justamente às tendências desse ideário, que acabam por dominá-la.

Ora, as produções literárias do período da burguesia decadente se desenvolvem numa ruptura gradual com o materialismo espontâneo e o humanismo presente nos grandes ideólogos e literatos da burguesia ascendente. Lukács parte do fato de que as condições econômicas e políticas das classes e lutas de classe, em termos concretos, estão em constante transformação, o que faz com que toda classe seja obrigada a transformar a consciência de seus membros e dos membros da classe que ela influencia. Os interesses de classe fundamentais podem permanecer os mesmos e sustentarem-se por épocas inteiras, mas passam por modificações, ou têm de ser sustentados de maneiras diversas. Nesse sentido, Lukács escreve sobre a burguesia do período:

Para que a consciência da burguesia atual seja “conservada”, ela tem de ser continuamente modificada; naturalmente, de um modo tal que o tipo, conteúdo, direção e rapidez da mudança correspondam à mudança de um desenvolvimento da classe que é genuinamente “conservadora”, isto é, que busca preservar a exploração capitalista com diferentes meios para adequar-se às transformações das condições. (RF, p. 67)

O exemplo oferecido aqui é o da mudança de ideologia do Partido de Centro e do Partido Nacional alemão antes e depois da guerra. Quer dizer, períodos posteriores à tomada de poder político da burguesia, cujas ideologias e formas de agir se transformam constantemente conforme as mudanças nas lutas de classes. Se se comparar a burguesia ascendente com a burguesia do pós-guerra, por exemplo, os interesses e a ideologia concomitante assumem formas radicalmente diversas.

Esse tema, cuja centralidade se preservará em toda a década de 1930, recebe tratamento detalhado, com base em Marx, em “Marx e o problema da decadência ideológica”⁵, de 1938. Ali, a diferença radical, a verdadeira *oposição* dos pensamentos da burguesia progressista e ascendente segue as análises de Marx e avança aos períodos posteriores à sua vida. As consequências específicas para os vários campos da produção ideal – arte, ciências naturais, sociais e filosofia – são examinados em pormenor. Aqui encontramos em germe algumas dessas considerações, mas também alguns problemas, como a ênfase simplista na “desinversão” materialista das concepções hegelianas.

Nesta segunda parte de *RF*, o autor pretende salientar que o interesse fundamental de classe – conservadora por sua própria natureza – de manutenção da exploração capitalista se mantém, mas toma formas diversas conforme seu desenvolvimento. A esse respeito, ele afirma:

Se o Camarada Ottwalt acha isso paradoxal, eu lhe pediria antes de mais nada que estudasse a questão da dialética de repouso e movimento nos escritos de Hegel, Marx, Engels e Lênin, e então verificasse historicamente que a “manutenção” de um dado estado de coisas dificilmente significa uma conservação rígida, ou uma “restauração”, o restabelecimento inalterado daquilo que é restaurado. (*RF*, p. 67)

5 LUKÁCS, G. “Marx e o problema da decadência ideológica”, in *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Trad. Carlos Nelson Coutinho.

As novas formas tomadas pelos interesses e produções ideais da burguesia ao longo de seu desenvolvimento são incorporadas pela consciência dos membros da classe *e dos membros da classe que ela influencia*. Para ele, o ideário da burguesia decadente pode inserir-se sub-repticiamente nas produções intelectuais e artísticas mesmo daqueles que assumem a perspectiva política ou partidária do proletariado.⁶ Essa “herança”, isto é, a influência das concepções burguesas (da decadência) na consciência dos membros da classe trabalhadora, é “assumida de maneira inconsciente” e “muito maior do que em geral se acredita” (RF, p. 69). Em “Arte e verdade objetiva”, Lukács argumenta que essa influência, os “resíduos da ideologia capitalista”, se faz sentir também na “nossa ideologia”, e que “não se detiveram nas fronteiras da União Soviética”. Ao contrário, misturam-se às concepções emergentes de maneira complexa, e figuram nas produções artísticas e teóricas não apenas como influência do ocidente, mas nascidas da evolução social objetiva e subjetiva no interior da União Soviética:⁷

Quem tiver lido cuidadosamente nossa análise das tendências subjetivistas na estética da burguesia em decadência terá visto que essas tendências não se detiveram de modo algum nas fronteiras da União Soviética. Sua penetração em nossa ideologia tampouco pode ser mera consequência, por outro lado, do isolamento capitalista, mas sim devem ter ao mesmo tempo raízes nos fatores objetivos e subjetivos de nossa própria evolução (sobretudo nos últimos). Esses resíduos ideológicos burgueses não dissipados ainda não costumam em geral aparecer como tais, com caráter

6 Essa ideia será retomada, como dissemos, em “Marx e o problema da decadência ideológica” (1938). Brecht procurará refutar essa ideia quando de sua contraposição, nos *Diários de trabalho* (a sua objeção não foi publicada na época), a alguns pontos expostos no texto de 1938.

7 Aqui, vemos que Lukács analisa criticamente o processo de desenvolvimento da sociabilidade soviética, como raiz social cujos limites levaram à produção de uma forma artística problemática. Ao lado de sua defesa anti-sectária do valor artístico de produções de toda a história da humanidade, essa aproximação demonstra como são infundadas as identificações de Lukács ao stalinismo. É suficiente para reiterar também o caráter protocolar das citações de Stalin neste texto.

independente, mas sim se apresentam mesclados do modo mais diverso e complicado com novas tendências evolutivas em gestação. (AVO, p. 48)

Uma vez que o trabalho de desvendamento dessas influências demandaria “uma investigação marxista da literatura, teoria literária e filosofia dos últimos cinquenta ou sessenta anos, de que ainda não temos sequer o começo”, Lukács se propõe a apresentar, em “Reportagem ou figuração?”, um breve histórico das consequências estéticas da influência do pensamento burguês de decadência, restrito a alguns pontos que importam diretamente à teoria *antifiguração* na Alemanha.

A perspectiva antifiguração é historicamente suscitada, de início, nos escritos teóricos de Zola. Aparece apenas do ponto de vista do conteúdo social e da maneira indecisa que corresponde à situação menos desenvolvida de sua época. Assim, como uma visão teórica que reflete um período de transição, por um lado a teoria do romance experimental já contém certos elementos da forma da reportagem em oposição à figuração; mas, por outro lado, procura preservar a continuidade com a herança *realista* da figuração, da qual Lukács menciona como exemplos Balzac e Diderot. Assim, nosso autor concebe aqui a obra artística e teórica de Zola como contendo já alguns traços do método jornalístico exemplificado por Ottwalt e Upton Sinclair, que, contudo, condenam absolutamente a figuração, o que muito os afasta de Zola. O nascimento dessa tendência é paralelo ao aparecimento da tendência de transformação subjetivista do realismo. Esta também tem início na França com Flaubert, Goncourt e Maupassant, que não obstante ainda mantêm fortes vínculos com o realismo, assumindo um caráter de “fenômeno de transição”. Ambas as correntes da transformação do realismo são acentuadas unilateralmente nos sentidos objetivista e subjetivista, respectivamente com os romances de reportagem e com os romances psicologistas (exemplificados por Bourget e Huysmans).

Nosso autor entende o aparecimento dessas duas tendências, que não se apresentavam no “realismo do período ascendente da burguesia”

como uma divisão do realismo. Vemos que o realismo é aqui identificado às obras do período ascendente da burguesia – como Balzac e Diderot – e que as produções artísticas que surgem da divisão do realismo seguem a linha antifulguração. (Aqui, Lukács ainda não menciona o anti-realismo, ou a defesa do realismo como perspectiva artística mais geral, mas apenas com relação a esse período específico da história. No entanto, vemos que a fulguração como elemento central dessas obras realistas embasa as suas críticas. De fato, a fulguração se manterá como um traço significativo da teoria do realismo.)

Para além dessas tendências apresentadas aqui em termos muito gerais, enfocadas do ponto de vista do conteúdo – particularmente o seu “aspecto de crítica social” – nosso autor considera que se deve voltar também à forma. A esse respeito, estabelece uma linha que passa pelo expressionismo e pelo Novo Objetivismo (*Neue Sachlichkeit*) e alcança a corrente dos escritores aqui tratados, Ottwalt, Sinclair e Brecht. Apresenta brevemente a teoria de Wilhelm Worringer, que mais tarde se tornou muito importante no desenvolvimento da teoria expressionista da arte, para quem há dois “tipos de abordagem” da arte, “abstração e empatia”. A descrição da “empatia”, contra a qual se dirige, aproxima-se da descrição de Ottwalt da “forma tradicional do romance” e do “drama aristotélico” de Brecht. O expressionismo foi abraçado na onda revolucionária do período imediatamente posterior à guerra, e em parte foi influenciado já pela resistência revolucionária da classe trabalhadora durante a guerra imperialista; mas, conseguiu apenas alcançar uma “literatura de humanidade” dissimuladamente revolucionária, que se fixou novamente no campo da burguesia com o declínio da onda revolucionária. No momento em que escreve, Lukács afirma que há um impulso revolucionário muito mais energético e fundamental, surgido após um período de relativa estabilização, e que, por um lado, trouxe consigo a aproximação da intelligentsia de esquerda à burguesia (o Novo Objetivismo) e, por outro, uma tentativa muito mais séria de tratar os problemas da revolução proletária, precisamente nas obras dos escritores aqui tratados (Ottwalt, Sinclair e Brecht).

Contudo, essa tentativa séria compartilha dos problemas próprios do seu “objetivismo” e da arte de “tendência”: a abstração do conteúdo, o empirismo alheio da forma e as soluções moralizantes. Nosso autor escreve:

Mas uma vez que para eles esses conteúdos ainda permanecem abstratos, a despeito de uma perceptível tendência à concretização, isto é, fenômenos superficiais, e não as forças motrizes objetivas da revolução, sua disposição revolucionária também permanece uma pregação abstrata, uma “tendência”. (RF, p. 71)

Embora não desenvolva aqui a “tendência à concretização”, podemos dizer que essa tendência se realizou para Lukács na obra madura de Brecht, que na segunda metade da década elogia como genuinamente realista em oposição às teorias que o dramaturgo pretende aplicar. Para dar um exemplo, em “Trata-se do realismo!”, de 1938, Lukács escreve, no contexto da afirmação das tendências realistas do século XX:

E Brecht publicou, no terceiro número da revista *Das Wort*, uma pequena peça em um ato, *Der Spitzel (O delator)*, em que trava uma luta contra a desumanidade do fascismo, de uma teoria realista, polifórmica, matizada, de um modo novo na sua obra; ele nos dá nessa pequena peça uma imagem viva, mediatizada por *destinos humanos*, do terror fascista na Alemanha, mostra como este desagrega todos os alicerces humanos da vida familiar, a confiança entre marido, mulher e filho, como a desumanidade do fascismo desfaz e destrói, nas suas bases elementares, aquilo que diz proteger, a família.” (In MACHADO, C. E. J. (Org.), *op. cit.* pp. 230-31.)

Essa peça foi posteriormente incluída como uma cena de *Terror e miséria do Terceiro Reich*, traduzida na edição brasileira por “O espião”

(BRECHT, B. *Teatro completo – Vol. 5*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005). Neste momento, contudo, é precisamente uma peça de Brecht que nosso autor toma como exemplo para criticar como literatura de “tendência”, em que as verdadeiras forças motrizes da realidade não podem ser retratadas:

Poderíamos referir, por exemplo, à peça de Brecht *A decisão* [*Die Massnahme*, literalmente *As medidas tomadas*], em que os problemas estratégicos e táticos do partido são reduzidos a “problemas éticos”. Partindo dessa visão de mundo, é impossível reconhecer e figurar efetivamente as forças motrizes. É apenas compreensível, portanto, que esses escritores adiram formalmente ao método criativo esboçado acima, e o proclamem algo “radicalmente” novo, remodelando-o conforme as circunstâncias. (RF, p. 71)

A esse limite da arte de “tendência”, e particularmente ao caráter das objeções de Ottwalt em sua resposta, Lukács identifica algumas linhas centrais dessa espécie de neo-empirismo que representou o pensamento de Mach, ao qual Lênin dirigiu uma crítica recuperada por Lukács em “Reportagem ou figuração?” e referida de passagem em “Arte e verdade objetiva”.⁸ A ênfase unilateral de Ottwalt no efeito, tanto da obra arte

8 Lênin analisa a oposição neo-empirista fundada em Mach aos partidários da “teoria da abstração” de Worringer, como teorias próprias da fase imperialista do capitalismo, que expressam a decadência ideológica desse período, ainda que de posições aparentemente opostas. Lukács escreve em “Arte e verdade objetiva”: “O conhecido e muito influente estético Worringer, fundador da chamada ‘teoria da abstração’, deriva a necessidade de abstração de um ‘medo intelectual do espaço’, da ‘enorme necessidade de repouso’ do indivíduo. Por conseguinte, rechaça também o realismo moderno como demasiado copiado, como demasiado apegado à realidade. Embasa sua teoria em uma ‘vontade absoluta de arte’, que entende como uma ‘exigência interior latente que subsiste em completa independência com relação ao objeto... e se comporta como vontade de plasmação’. O fato de que essa teoria sustente a pretensão em moda de fundamentar a suprema objetividade da arte é muito característico das teorias do período imperialista, que não se apresentam nunca abertamente, mas dissimulam sempre as suas tendências sob algum disfarce. Em sua caracterização da ‘luta’ dos partidários de Mach contra os idealistas, Lênin desmascara por completo essa manobra do idealismo do período imperialista. A teoria da abstração, que mais à frente se converteria no fundamento teórico do expressionismo, constitui um momento culminante do molde subjetivista da estética: é uma teoria da rigidez subjetivista e da decadência subjetivista das formas artísticas no

quanto dos objetivos da crítica literária, a separação rígida entre o exame do efeito e das suas causas, quer dizer, do método criativo e sua determinação de classe, toda a terminologia empregada aproximam-se da compreensão de Mach. Em termos mais específicos, não apenas a obra artística se prende à imediaticidade do real, como também os seus efeitos são concebidos de maneira imediatista, uma vez que se medem pela agitação direta, sem se pretender sequer propaganda, alcançada com o efeito mais profundo do desvendamento do fetichismo. De modo que “é difícil não recordar os ‘complexos de percepções’ de Mach que, de acordo com ele, são aquilo que perfaz a ‘nossa realidade’” (*RF*, p. 64). Independente da proximidade específica com Mach, importa-nos que Lukács ressalta aqui o paralelo com o materialismo mecânico em geral.

Por conseguinte, para Lukács, a rejeição de Ottwalt da herança literária tem uma base teórica fraca, bem como uma débil base prática. Sem sólida fundamentação no “marxismo-leninismo”, Ottwalt passa ao largo da compreensão de que as ideias a serem combatidas são as da burguesia decadente, que assumem uma forma nova, diversa e muitas vezes oposta aos grandes representantes progressistas da burguesia, e não as concepções burguesas de seu período ascendente. Como consequência, seu pensamento acaba influenciado por aquelas mesmas ideias contra as quais Lênin voltava sua análise (e já também Marx e Engels, como nosso autor mostrará no texto de 1938). Para Lukács, é o caráter frágil de sua fundamentação que o induz a esse “auto-engano”:

O auto-engano que se segue de suas premissas teóricas obscuras pode ser percebido muito claramente no modo como ele passou ao largo do fato de que o “tio” cuja morte supostamente esperamos para receber nossa herança já está efetivamente morto no que concerne à nossa herança: isto é, a burguesia revolucionária. Por outro lado, contudo, Ottwalt toma posse da herança de um “tio” ainda vivo, a burguesia decadente do período imperialista. (*RF*, p. 71)

período de putrefação do capitalismo” (*AVO*, pp. 19-20).

É nesse sentido, que isso é apresentado aqui sucintamente e receberá maior desenvolvimento em escritos posteriores, que nosso autor compreende a influência de uma concepção própria da decadência da burguesia sobre a “nova” arte, e o caminho da tendência antifiguração nesse processo. Trata-se de uma defesa dos desenvolvimentos revolucionários da produção artística da burguesia, em especial da figuração dos nexos causais da objetividade, que de maneira alguma podem ser equiparados ao psicologismo próprio de uma corrente que se afasta da figuração genuína e a ela se opõe. Ao contrário, o psicologismo é entendido como a exacerbação unilateral de uma das “divisões” do realismo, cujo reverso é precisamente a mesma exageração unidimensional da objetividade “exterior”. Nenhuma dessas vertentes pode constituir para Lukács a herança proletária no campo da arte. Antes, para ele,

o presente estágio do desenvolvimento da luta de classes estabelece tarefas mais elevadas à literatura proletária revolucionária, isto é, criar obras que abarquem as tendências de desenvolvimento básicas do período como um todo, obras que, sem negligenciar o aqui e agora imediato, também tomem em consideração os traços persistentes, de longo prazo e genuinamente típicos do período – a grande obra de arte proletária. (*RF*, p. 65)

A sua defesa, evidentemente, retoma para a arte proletária não a forma e o conteúdo da literatura burguesa progressista, mas sim a exigência, que tal literatura satisfaz na medida do seu limite, de figuração das tendências objetivas da realidade, as suas forças motrizes subjacentes ao imediato, ou seja, a exigência da tipicidade. Eis o que permite a Lukács afirmar que o proletariado é herdeiro da burguesia revolucionária. (E salientemos a qualificação que ele atribui a toda herança genuína, como *herança viva*.)

Em consonância com essa visão, nosso autor conclui que a concepção à qual Ottwalt se afilia encerra um erro triplo. Em primeiro lugar, abandonando a herança, abandona o desenvolvimento real de todos os

elementos da cultura proletária, e até mesmo a luta por esses elementos antes da tomada de poder pelo proletariado; por conseguinte, em segundo lugar, entrega essa herança de mão beijada para a burguesia, na medida em que a aceita diretamente das suas mãos, isto é, falsificada pela sua ideologia decadente, como “elementos vivos da reação”; e, por fim, exige que a literatura proletária e a cultura proletária como um todo surjam a partir do nada, sem conexão com o passado:

Nem é preciso dizer que essa “cultura única, especial” apenas na imaginação de seus inventores surge do nada. Na realidade, entretanto, apartada da grande tendência revolucionária, essa cultura se alimenta dos produtos ideológicos da decadência da burguesia (neo-machismo etc.). (RF, p. 69)

Ressaltamos que para Lukács o proletariado é herdeiro da literatura e da filosofia do período ascendente da burguesia. Refere-se também a Engels para apoiar esse argumento, reproduzindo a afirmação, ao final de seu livro sobre Feuerbach, segundo a qual o movimento operário alemão é “o herdeiro da filosofia clássica alemã”. (RF, p. 68). A defesa da apropriação da herança burguesa progressista pelo proletariado se vincula, por um lado, à afirmação de que essa herança, uma vez apropriada pela burguesia decadente, sofre deturpações no sentido da reação, e, por outro lado, à necessidade de o proletariado se opor à perspectiva da burguesia decadente como a seu inimigo vivo. Essa compreensão permanecerá central no pensamento de Lukács dos anos trinta, mas se desprenderá cada vez mais do caráter abstrato e de certo modo logicista que entrevemos na ideia de “retrabalhar dialeticamente” o idealismo no sentido de sua “desinversão materialista”. Nosso autor escreve:

a história da ideologia proletária é, desde o início, a luta por esses elementos e tendências, realizações do desenvolvimento da burguesia apropriados para serem ainda desenvolvidos uma vez que fossem dialeticamente re-trabalhados,

“invertidos” e “superados” pelo proletariado – realizações que só o proletariado está em posição de levar adiante, e que nas mãos da burguesia apenas retrocedem ao uso reacionário, se é que são usados. (RF, p. 68)

Com essa argumentação, Lukács vincula a questão da herança literária da burguesia progressista e o problema da decadência ideológica dessa classe com a proposição de uma arte inteiramente “nova” e com a oposição de arte de tendência e partidarismo na arte. A arte concebida como propaganda *direta*, ou agitação, negando a herança dos traços progressistas presentes também na forma artística burguesa, particularmente a *figuração do concreto* (AVO), acaba influenciada por problemas do pensamento da burguesia decadente, em dois aspectos: o neo-machismo (no sentido do empirismo) e a subjetivação moralizante, no sentido de que expõe a sua perspectiva apenas como opinião do autor e como opinião moral, já que não fundada nas tendências próprias da objetividade. Todas essas conclusões se extraem, em Lukács, da experimentação formal, dos limites da forma escolhida de maneira arbitrária, porque autônoma com relação ao conteúdo. Ou seja, uma vez que a obra artística se constitui de sua forma, não distinta do conteúdo, mas antes definida como a expressão sensível desse conteúdo, a experimentação formal impõe não somente problemas “puramente estéticos”, como também deturpações de conteúdo, quer dizer, falseamento da realidade no retrato. Por conseguinte, a questão da forma representa para o nosso autor a matéria crucial e determinante para seu pensamento estético.

Em “Arte e verdade objetiva”, Lukács procura evidenciar o modo como para Marx a forma artística emerge da condição sócio-histórica objetiva no interior da qual se conformou precisamente como expressão de tal conteúdo sócio-histórico. Refere à célebre passagem da *Contribuição à Crítica da Economia-Política – Introdução*, na qual Marx considera de maneira breve, mas determinante, duas questões essenciais

que envolvem a epopeia antiga, e que aparece já em “Reportagem ou figuração?”. O autor afirma que, nesse fragmento,

Marx definiu clara e profundamente sobre a base do exemplo da epopeia /.../ os grandes problemas que resultam da dialética histórica da objetividade da forma. Mostra primeiro que toda forma artística está ligada em sua gênese e seu desenvolvimento a determinadas premissas ideológicas sociais e produzidas pela sociedade, e que somente a partir dessas premissas pode surgir a temática, podem surgir os elementos formais que levam uma forma determinada a seu apogeu (a mitologia como fundamento da epopeia). (AVO, p. 41)

Ressalta-se aqui que, para Marx, os temas e as formas artísticas próprias para a sua configuração emergem historicamente em conexão com “premissas ideológicas sociais e produzidas pela sociedade”, como o entendimento mitológico do mundo no caso da epopeia grega. Em seguida, propõe que a segunda consideração de Marx sobre a evolução da arte expressa ainda com maior clareza a objetividade dialética da forma artística, e transcreve a passagem do texto de Marx:

Mas a dificuldade não consiste em compreender que a arte e a epopeia gregas estejam ligados a determinadas formas de evolução sociais. A dificuldade reside em que nos proporcionam ainda um gozo estético e passam em certo aspecto por norma e modelos inigualáveis. (MARX, *apud.* AVO, p. 41)

Tornando a sua atenção não aos fundamentos sócio-históricos da forma artística, e sim à “questão da obra de arte já plasmada”, Lukács entende essa passagem como afirmação da plasmação do conteúdo sócio-histórico da vida grega, e nesse sentido como reflexo objetivo (e essencial, potencializado) de um momento já passado da história da humanidade. Nosso autor escreve:

É de lamentar, contudo, que o manuscrito de Marx se interrompa em meio a suas profundas reflexões. Mas as considerações preservadas mostram muito claramente que também aqui ele faz originarem-se as formas da arte grega a partir dos conteúdos específicos da vida grega, que para ele surge do conteúdo sócio-histórico e tem por missão elevar esse conteúdo à altura de uma objetividade artisticamente plasmada. (AVO, p. 42)

Em consonância com a concepção da arte como plasmação objetiva de um momento da história humana, cujo interesse atual consiste em expressar e trazer à consciência de maneira *viva* esse momento da história humana (a arte como autoconsciência da história da humanidade), Lukács defende em dois sentidos o valor artístico da herança literária passada, e particularmente da burguesia em ascensão. Em primeiro lugar, suas obras consistem em expressões objetivas do momento histórico em que surgiram e logram plasmar de maneira viva as contradições capitalistas essenciais que movem a vida neste momento. Mas, e em segundo lugar, apenas constituem essa plasmação artística da vida na medida em que realizam a unidade orgânica de forma e conteúdo, que tem como momento central a figuração completa e viva das relações humanas objetivas essenciais. Nesse sentido, cumpre observar e descobrir os lineamentos que compõem o seu método criador fundamental, que tem em comum com a arte grega, e que Lukács identifica precisamente à *objetividade do reflexo*, com todas as suas determinações próprias. Mais uma vez, não se trata de copiar o modo específico como escreveram os grandes autores, de obedecer sua escrita como norma, de reproduzir as “exterioridades técnico-formais” de suas criações, mas sim da apropriação dessa *herança viva*.

Finalizemos este artigo com os termos insubstituíveis de Lukács:

Falamos muito nesses últimos anos do problema da herança, mas sem chegar a abordar, em geral, a questão central. E esta questão central é que os grandes escritores das épocas pas-

sadas, os Shakespeare e os Cervantes, os Balzac e os Tolstoi, refletiram suas respectivas épocas de modo artisticamente adequado, vivo e completo. A questão da herança consiste em proporcionar aos nossos escritores uma visão viva dos *problemas fundamentais* dessa plasmação adequada de uma época. Porque é isto o que se deve aprender dos grandes escritores das épocas passadas, e não quaisquer exterioridades técnico-formais. Ninguém pode nem deve escrever hoje como escreveram em seu tempo Shakespeare e Balzac. Trata-se de descobrir o segredo de seu método criador fundamental. E esse segredo é precisamente a objetividade, o reflexo animado e vivo da época na conexão animada de seus traços mais essenciais, a unidade de conteúdo e forma, a objetividade da forma como reflexo mais concentrado das conexões mais gerais da realidade objetiva. (AVO, p. 50)

A incompreensão que se tem dessa defesa de Lukács se evidencia com nitidez na polêmica com Ottwalt. Rompendo com esses princípios essenciais da grande arte, as novas correntes apropriam-se da recusa desses princípios, substituídos pelos lineamentos próprios da subjetivação da arte. Esses emergem no interior do movimento de decadência do pensamento burguês em todas as áreas – em particular, no momento em que escrevia Lênin, e posteriormente Lukács, das ideologias do período imperialista – e não como superação dos limites burgueses pela perspectiva da emancipação humana, apesar do caráter muitas vezes inconsciente e mesclado com que os escritores e estetas defendem as tendências “novas” da arte. Não é demais repetir que Lukács não propõe uma cópia das formas específicas ou técnicas dos grandes artistas do passado. A apropriação da herança literária *viva* da burguesia ensina que forma da arte é a forma própria de seu conteúdo. Para tanto, o autor húngaro considera necessária a oposição às tendências de subjetivação da arte: a afiliação aos princípios contrários à objetividade do reflexo significa um passo atrás dos desenvolvimentos alcançados pela humanidade no passado. Para o Lukács de início dos anos trinta,

a concepção artística propriamente marxista deve, antes, apropriar-se do princípio da objetividade e avançar em direção ao reflexo artístico objetivo da realidade do seu tempo.

Referências

- LUKÁCS, G. “Reportage or Portrayal? Critical remarks à propos a novel by Ottwalt; A virtue of necessity”, In **Essays on Realism**. Cambridge: MIT Press, 1981. Trad. David Ferbach.
- _____ “Arte y verdad objetiva”, In **Problemas del realismo**, México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1966. Trad. Carlos Gerhard.
- _____ “Marx e o problema da decadência ideológica”, In **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Trad. Carlos Nelson Coutinho.
- _____ “Trata-se do realismo!” In MACHADO, C. E. J. **Um capítulo da história da modernidade estética: Debate sobre o expressionismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. Trad. Carlos Eduardo J. Machado.

debates
sinproguarulhos
III

litteras

Um Conto Cíclico

Iládio Davanse*

O título seria:

Um conto cíclico

E começaria assim:

– Ok – disse ela – Fale-me de sua experiência?

Pigarreei hesitante, e com a voz insegura respondi:

– Na verdade... não tenho nenhuma.

– Como assim? Perguntou-me ela, um ligeiro sorriso, olhando direto nos meus olhos.

– Bem – disse eu – Nunca tive um emprego de verdade, quero dizer, carteira registrada, essas coisas...

– Sim, mas então, o que você faz para viver?

– Bem, na verdade sou escritor, ou melhor, minha vida inteira quis ser escritor, mas talvez eu não seja. Por isso é que estou tentando a vaga.

– Certo – disse ela – E por que você tem dúvida sobre se é ou não escritor?

Lógico que ali havia um teste a caminho. Eu estava sendo analisado, pura e simplesmente. Talvez ela quisesse me incluir na sua relação de “casos estranhos” e discutir depois com seus colegas do RH. Enfim, eu também não tinha nada a perder, havia a possibilidade, vaga, de obter um emprego. Eu era um “forte candidato” segundo meus colegas da dinâmica de grupo, todos desempregados como eu. Eles diziam – “Você se saiu bem nos testes, sabe como falar e a selecionadora foi com a sua cara”.

Eles até que estavam certos, agora só faltavam dois, eu e uma garota chamada Alice. Ela era simplesmente linda e esperta. A vaga seria dela,

* Possui formação e especialização em Letras é tradutor e escritor.

eu não tinha dúvida, pois ela tinha uma coisa chamada “experiência profissional”. Bem, qual era a pergunta mesmo? Ah, sim “E por que você não tem certeza se é ou não escritor?”

– Desculpe, acho que me expressei mal – respondi – Talvez eu seja apenas mais um escritor medíocre. O que no fundo acaba dando no mesmo. O que eu quero dizer é que não consigo sobreviver disso, logo, preciso de emprego.

– Você chegou a lançar algum livro? Perguntou ela.

– Não, mas já participei de algumas coletâneas, com retorno até que razoável.

– E o que é razoável para você?

– O razoável para mim já teve vários significados; o reconhecimento de alguns amigos, a possibilidade de emplacar um livro. Hoje, o que considero como razoável é conseguir pagar minhas contas.

Ela sorriu, seu olhar de compreensão dizia: “seja você mesmo”, e eu simplesmente não tinha por que não ser eu mesmo.

– Você disse há pouco que não tem experiência, mas o seu currículo diz que já trabalhou na área – disse ela, olhando para as fichas.

– Eu menti – falei resignado – Mas não significa que não tenha competência para a vaga.

O que é que eu estava fazendo, meu Deus? Havia acabado de assumir que tinha mentido para conseguir o emprego. Ela me olhou com cara de reprovação, meio de nojo, sei lá.

– Muito bem Gustavo. Acho que já foi o suficiente – disse ela.

– Bem, acho que não preciso nem perguntar se tenho alguma chance – falei.

– Você é um homem inteligente, procure usar isso a seu favor e não contra.

Captei suas palavras uma a uma. O adjetivo “inteligente” vinha acompanhado de uma, digamos, “crítica construtiva”. Na verdade um jogo de palavras de significado bastante dúbio. Senão vejamos: se sou um cara inteligente, mas não uso a inteligência a meu favor, então significa que sou, na verdade, um idiota. Mas ela utilizou a palavra

“homem” e isso significava que ao menos ela me via como tal. Eu, um ser masculino, desempregado, perdido na vida e sem crédito na praça. Ela, uma mulher profissionalmente bem resolvida, bem vestida, cheirosa. Provavelmente tinha um belo carro, morava num grande apartamento e era muito exigente em relação aos homens. Desprezava os brucutus, era romântica, mas por ter entrado em algumas barcas furadas, simplesmente havia dado um tempo.

Tudo isso percorreu minha cabeça em poucos segundos. Partindo desse princípio, eu não tinha por que não tentar ao menos uma rápida investida. Olhei-a direto nos olhos, mas de modo desprezioso.

– De qualquer forma foi um prazer conhecê-la, Vanessa. Sabe, estou pensando em escrever um conto e colocar essa experiência que tive. Você se importaria?

Ela me olhou meio sem entender e continuei:

– Lógico que não vou citar os nomes verdadeiros. Você por exemplo; poderia chamá-la de Vanessa.

– É o nome de minha mãe – disse ela já abaixando a guarda.

Uau! – pensei enquanto caminhávamos pelos corredores da companhia. Acertei logo de primeira.

– Bem, assim que terminar, eu gostaria que lesse – disse humilde.

– Lógico, com o maior prazer, me envie por e-mail – respondeu sorridente.

Desci os poucos lances de escada em direção à rua com uma certeza: definitivamente não seria feliz trabalhando naquele lugar. Parei no boteco mais próximo, pedi uma cerveja e comecei a refletir sobre como deveria ser o conto. De que forma deveria começar a coisa? Escrever uma história é um negócio muito louco, as palavras vão saindo como peidos quando se está com gases. A gente meio que perde o controle. Algumas vezes trava, e ficamos empanzinados de palavras. Em outras, a coisa vem de uma vez e é bom estar ao menos munido de uma caneta.

Tomei um gole para arejar as idéias. O começo era sempre tão difícil. Mas ao menos eu já tinha o foco. O foco seria ela. Falaria um pouco de mim, do fato de ser um escritor em crise e essa baboseira

toda. Mas o foco seria ela. Iria descrevê-la de forma detalhada. Sua pele bem branquinha, olhos e cabelos (abaixo dos ombros e lisos) bem pretos. Sempre vestindo saia e um terninho que caíam muito bem no seu corpo cheio de curvas.

Não, nada disso. Para que descrevê-la? Ficaria meio cafona. Talvez fosse melhor falar da impressão que ela havia me deixado. Do seu jeito de falar, de sua inteligência. De como sua presença iluminava aquele ambiente. Do quanto era grande minha ansiedade para que chegasse o dia das novas avaliações só para vê-la.

Que lixo! Com certeza ela daria muita risada, pegaria o meu conto, tiraria cópias e distribuiria para os colegas do trabalho, dizendo:

– Ei, lembram-se daquele idiota que falei. Dá só uma olhada no que ele escreveu.

Então decidi que o conto deveria ser ríspido, duro, crítico em relação àquela maldita companhia em que tinha colocado meus pés. Da merda que eu achava de tudo aquilo, que tinha medo de como as grandes corporações tomavam conta do mundo. De como eu detestava testes e dinâmicas de grupo.

Distraído, derrubei meu copo de cerveja. Os cacos se espalharam pelo chão encardido do bar e eu voltei à realidade. Na verdade já estava pensando em desistir da idéia de escrever sobre aquilo. Não havia muito sobre o que falar, o que tem de interessante numa história de um sujeito que participa de uma dinâmica de grupo? Uma sala com pessoas que não se conhecem, desesperadas por um emprego, tentando parecer naturais. Aqueles jogos, depoimentos, testes... Em cada etapa dois ou três sendo eliminados.

Havia lá um candidato, de nome André ou Adriano. Quando Vanessa perguntou a ele qual o seu interesse em trabalhar ali, ele começou a gaguejar. Ficou naquela angústia por eternos vinte segundos. A sala cheia, todo mundo em um silêncio constrangedor.

– Você não acha melhor respirar um pouco lá fora. Disse Vanessa.

O pobre coitado saiu da sala quase em prantos. Na hora do café, fui falar com ele:

– E aí Adriano, tá melhor? perguntei.

– Meu nome é André.

– Ué, ouvi a Vanessa te chamar de Adriano, falei.

– Não, você ouviu errado.

– Tá mais calmo?

– Ficou feio lá dentro, né. Disse ele, desanimado.

Tentei dar uma força moral, mas realmente tinha sido feio.

– Relaxa, isso acontece com todo mundo. Às vezes eu também fico nervoso. Falei.

– Estou há dois anos desempregado, com filha pequena, isso pesa. Retrucou ele.

Ele tava uma pilha e nos quinze minutos do café me fez um resumo. O casamento ia mal, ele morava na casa da sogra, havia conseguido aquele teste através de um amigo. Trabalhar naquela empresa era para ele a grande oportunidade que precisava.

Acabaram-se os quinze minutos. Depois de ouvi-lo, me sentia pesado. Voltamos para a sala; seriam mais duas horas de tensão e ansiedade.

Terminados os testes, ficou acertado que aguardaríamos um novo telefonema para marcar a outra fase. Quando nos reencontramos, quatro pessoas haviam sido eliminadas. Adriano entre eles. Ou era André?

Terminei de tomar minha cerveja, começava a chover e isso significava que o trânsito ficaria caótico. Decidi, então, tomar mais uma cerveja, esperar a chuva passar, e continuar a pensar no tal conto.

Um pensamento então me ocorreu. Por que eu escrevo? Qual é meu real intuito? De onde vem esse desejo e qual é o seu combustível? O garçom olhava para mim como se também quisesse respostas, na verdade ele queria uma:

– Brahma ou Skol?

– Qual foi a que pedi primeiro? Falei.

– Não sei, não fui eu que te servi. Respondeu mal humorado.

– Então tanto faz, cara – falei – é tudo Ambev mesmo.

Qual seria o real motivo de eu querer escrever algo contando coisas tão banais? Tirando, é lógico, o fato de eu estar interessado na recrutadora, a resposta seria nenhum. Tentei me lembrar de algo engraçado que poderia ter visto no caminho durante o trajeto, seria uma forma de encher linguiça. Não. Nada que valesse à pena. Enquanto matutava, um sujeito enorme entrou no bar. Acho que pesava uns 180 quilos, talvez mais. Parecia bastante desesperado. Foi direto ao balcão:

– Onde fica o banheiro? Perguntou ao garçom.

– Lá nos fundos; precisa pegar a chave. Respondeu o garçom.

O gordão saiu como um louco em direção ao banheiro. O problema é que o corredor era estreito. Havia uma pia encardida e muitas caixas de cervejas empilhadas bem no meio do caminho. Era completamente impossível aquele sujeito passar por ali. Só ele não percebeu. Foi com tudo, chocando-se contra as caixas, forçando sua entrada, até que entalou na pia. Arregalou os olhos em minha direção, falei para o garçom:

– Ei companheiro, acho que aquele cara ali está precisando de ajuda.

– Valha-me Deus – disse o garçom olhando assustado. Tinha umas cinco pessoas no bar, além do dono que ficava no caixa e do garçom mal humorado. O gordão nada falava como se estivesse sufocando, seu rosto completamente coberto de suor. Continuava forçando sua entrada, complicando cada vez mais a situação. Um sujeito que já estava bem bêbado tomou a iniciativa.

– Vamos puxar o cara, ele tá morrendo. Disse ele com as palavras frouxas na boca.

– *Vamo aí, vamo aí.* Disse um outro.

E de repente, estávamos todos lá, tentando desentalar o cara. O garçom trepou nas caixas e tentava empurrá-lo pela cabeça. O dono deu a volta por fora chegando aos fundos do bar, pulou um muro e conseguiu chegar ao outro lado. Eles tentavam forçar de um lado enquanto a gente puxava do outro. Olhei para os meus colegas e senti que, de repente, havíamos sido tomados por um grande sentimento de irmandade. Como quando acontece uma grande tragédia e todos se unem em prol de um único objetivo, sabe.

A questão é que não conseguimos movê-lo sequer um centímetro, seus olhos estavam quase saltando para fora, sua respiração ofegante, o rosto pálido.

– Melhor chamar o resgate, o cara tá morrendo. Falou alguém.

O garçom, mais que depressa, correu para o telefone, enquanto continuávamos com nossa infrutífera luta. Foi quando ele começou a perder os sentidos. Antes de desmaiar, soltou um gemido, numa mistura de dor e desespero. Seu corpo arqueou contra a pia, prendendo a minha mão. Entrei em pânico:

– Socorro, socorro – gritei desesperado – meu braço tá preso!

– Calma aí, vamos te ajudar. Disse o “líder” de nossa equipe, com um enorme bafo de pinga no meu cangote.

Meu Deus – pensei – eu só queria tomar uma cerveja e esperar que a chuva passasse.

– Vamos quebrar a pia! Falou alguém.

Como ninguém havia pensado nisso antes. Teríamos solucionado todo o problema há muito tempo se quebrássemos a pia. O garçom então trouxe um martelo, mas não havia muito espaço, já que agora eu também estava entalado. Fui tomado pelo desespero quando percebi que o gordão, depois de pequenos espasmos, parou de respirar. O dono do bar, munido do martelo, finalmente conseguiu quebrar a pia, saltando lascas de louça para todo o lado. Consegui tirar meu braço que já estava dormente. Aquele enorme corpo, então, arqueou para frente, suas pernas dobraram; ele estava desabando e não havia nada que pudesse impedi-lo. Quando o socorro chegou, ele já estava morto.

Ok. Eu confesso. Exagerei um pouco. Na verdade havia mesmo um sujeito enorme que entrou no bar e foi direto para o banheiro. Sim, ele teve dificuldades para passar entre a pia e as caixas, mas foi só. Nem mesmo chegou a ficar entalado. Mas quando vi aquela cena, pensei: “ei, isso pode dar uma boa história, poderia incluí-la no meu conto”. Seria algo meio cômico com um final trágico.

Aguardei em frente ao bar observando a noite na cidade, ainda molhada. As pessoas voltando para suas casas, algumas sorridentes,

outras com aspecto bastante cansado. Entrei no ônibus sem qualquer esperança de ir sentado; consegui um espaço próximo ao motor, ao lado do motorista. Se tivesse sorte, em uma hora estaria em casa, mas o aguaceiro que caiu deixava o trânsito lento, às vezes parado. Comecei a olhar tudo aquilo ao meu redor: carros, sirenes, luzes, pessoas espremidas, cimento. Algo não havia dado certo em nosso projeto de modernidade. Ou deu certo apenas para uns poucos; não sei. A impressão é que ninguém se importava muito com isso; não vale à pena pensar sobre a própria condição, principalmente se estamos em desvantagem. Voltei a pensar em meu conto. O ônibus fazia seu trajeto enquanto algumas idéias começavam a surgir: começaria pela entrevista, escreveria um pouco sobre Vanessa, descreveria nossa despedida e minha ida até o bar. Depois falaria sobre minha dificuldade em escrever o conto e, a partir daí, começaria o processo do conto dentro do próprio conto. De uma história falando de si mesma.

Muitos semáforos e viadutos depois, cheguei em casa. Estava completamente empolgado, repleto de idéias, tentando me concentrar ao máximo para não esquecer-las. Fui direto para o velho computador, rezando para que ele estivesse de bom humor. Pensei: quero fazer algo cíclico, que não tenha fim, como uma serpente comendo o próprio rabo.

O título seria:

Um conto cíclico

E começaria assim:

– Ok – disse ela – Fale-me de sua experiência?

Pigarreei hesitante, e com a voz insegura respondi:

– Na verdade... não tenho nenhuma.

debates
sinpro guarulhos
III

memorial docente

Professor. Dr. Evaldo Piolli

Evaldo Piolli

“As coisas estão no mundo só que eu preciso aprender”

Paulinho da Viola

Esse memorial apresenta de forma sucinta minha trajetória de vida profissional e acadêmica. Nele procuro destacar a minha formação relacionada aos diferentes contextos onde ela acabou ocorrendo. Falo da percepção das situações que vivenciei as quais se traduziram em objetos da minha curiosidade e conhecimento. Acredito que minha disposição para o ensino e a pesquisa tem suas raízes num modo próprio de encarar e de querer aprender a realidade.

Estudar o trabalho e o sofrimento dos trabalhadores hoje, com certeza, tem suas raízes no âmbito familiar, que acredito me influenciou muito nesta direção. Falo isso por conta do que vi e vivenciei como filho de operário metalúrgico que trabalhou, praticamente, toda a vida no mesmo emprego.

Entrei na escola no ano de 1970, quando tinha sete anos. Era uma escola da rede municipal de primeiro grau chamada Marechal Espiridião Rosas. Nela cursei até a quarta série e em seguida a quinta série e a sexta-série. Concluí o ensino de primeiro grau, hoje ensino fundamental, numa escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI em 1978, quando também me formei em Tornearia Mecânica. Trabalhei numa indústria metalúrgica localizada em São Paulo até 1982. Em razão do meu horário de trabalho, interrompi os estudos em 1979, voltando somente em 1981 para fazer o 2º grau (supletivo) em um colégio particular noturno no bairro da Lapa (Colégio Eco). Neste colégio tomei contato com um grupo de professores, intelectuais e

artistas locais que iriam influenciar significativamente minha trajetória pessoal e profissional.

Vivíamos o período da redemocratização, da abertura política, das greves operárias no ABC e em São Paulo. Na fábrica tive a oportunidade de conhecer alguns dos líderes da oposição metalúrgica que vinha lutando para derrotar a situação no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo tomado por interventores e que tinha como expressão o presidente Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), na oportunidade acompanhei de perto as disputas eleitorais no sindicato e um dos congressos da oposição realizado em 1981. Lembro-me de que tanto em 1981 quanto em 1984 a chapa lançada pela Oposição foi vitoriosa nas fábricas. Havia uma grande insatisfação da categoria com a situação e o sindicalismo pelego, como se dizia na época. Quando participei de um curso de formação sindical, pude fazer algumas primeiras leituras que me conduziram para o campo das ciências sociais.

Vale destacar que adquirir o gosto pela leitura neste contexto, porém, sem me prender a nenhum tipo de dogmatismo, fui influenciado por uma gama variada de referências. Mesmo não tendo uma participação ativa no processo e nem me tornado um militante partidário, acompanhei os momentos de fundação do Partido dos Trabalhadores na região da Lapa. Em 1982, participei das eleições apoiando alguns candidatos do Partido que atuavam na área da educação, ligados a APEOESP.

Em 1983, concluí o secundário e ingressei na universidade. Era o único de minha família que, até então, ingressava em um curso superior.

O contexto da abertura política e das lutas pela redemocratização do país foi decisivo para a minha escolha profissional e para meu projeto de vida. Em 1984 ingressei no curso de Ciências Sociais da PUC de São Paulo com o propósito inicial de atuar no campo educativo e seguir uma carreira acadêmica. No entanto, havia algumas barreiras a serem vencidas, pois eu vinha de uma situação desfavorável após um afastamento do trabalho por mais de um ano por conta de um acidente de automóvel. Não conseguindo um emprego como metalúrgico, ingressei como conferente no setor de CPD do Banco Bradesco no início

de 1984, onde fiquei até o início de 1985 quando retornei para uma empresa metalúrgica.

Tal retorno marcaria o encontro com a dura realidade vivida dentro de uma fábrica de brocas situada no bairro do Jaguaré. Nesse período vinha acompanhando atentamente os efeitos da crise inflacionária e da política de arrocho salarial para os trabalhadores do setor. Na empresa o fantasma do desemprego vinha sendo utilizado para forçar alguns setores a cumprir horas extras no trabalho. Essa situação foi causa de várias manifestações e de algumas paralisações na fábrica das quais participei ativamente. Na prancheta da máquina, entre um passe e outro da ferramenta, lia trechos dos jornais do dia. Aliás, sempre fui leitor da coluna “No batente” escrita pelo Prof. Maurício Tragtenberg no antigo jornal Notícias Populares. Os escritos sobre o sindicalismo e a política foram, para mim, bastante reveladores. Naquelas colunas de jornal o Professor Maurício manifestava um posicionamento de dar voz ao trabalhador, combatendo, ao mesmo tempo, o peleguismo sindical e os políticos e partidos oportunistas de esquerda e de direita. Os escritos e as críticas ao “novo sindicalismo” e aos “partidos operários” influenciaram diretamente minha formação política. Aquelas reflexões pautadas numa leitura precisa dos caminhos adotados pela recém criada CUT e pelo PT anunciavam onde essas entidades viriam a desembocar. Tratenberg dizia, por exemplo, que a estrutura sindical era uma “fábrica de pelegos”.

As pressões no trabalho vinham se chocando com meu desejo de permanecer na universidade estudando e de seguir uma carreira na área da educação. No início de 1986, me desliguei da indústria para ingressar no magistério.

Tinha eu, nesse período, um particular interesse em me aprofundar em estudos sociológicos sobre temas como: o trabalho e suas implicações educacionais, educação popular e cultura, bem como o tema da religião e da religiosidade no Brasil. Nesses primeiros anos de curso me dediquei a leituras de fragmentos da obra de Marx, Weber e Durkheim. Destaco, nesse início, aulas de sociologia do trabalho que me levaram

aos estudos de Marx, Harry Braverman, Wright Mills e Antonio Gramsci, entre outros relativos ao sindicalismo e da sociologia do trabalho etc. Passei a me interessar por estudos relacionados à história social do trabalho também tomando contato com textos de Engels, Edward Thompson e Eric Hobsbawm. Para entender questões relativas ao movimento operário e ao sindicalismo no Brasil, foram essenciais as leituras de Lúcio Koverick, Tragtemberg, Boris Fausto, Leôncio Martins Rodrigues e Aziz Simão, para citar alguns autores.

Muito embora houvesse, nesse contexto, uma gama de autores produzindo uma abordagem militante, fundada no marxismo, busquei referenciais que tratavam a questão do movimento operário e do sindicalismo sob um viés que estivesse mais vinculado à especificidade e às características do contexto brasileiro. Assim sendo, associações com o processo de burocratização e de cooptação foram sendo esclarecidas e adotadas como modelo explicativo. A inspiração para tal abordagem foi construída com as contribuições de Max Weber, Tragtemberg e de influências recebidas através das leituras de Bakunin, Malatesta e Kropotkin realizadas no curso de Ciência Política, e dos contatos que fiz na ocasião com o Centro de Cultura Social situado no bairro do Brás, cuja orientação era libertária.

As ideias libertárias e os estudos sobre a autogestão foram, para mim, essenciais para uma compreensão crítica dos organismos que se posicionavam como “vanguarda dos trabalhadores”. Nesses anos me dediquei a leituras de Marx e aos estudos do que considero um marxismo esquecido pelas correntes leninistas e stalinistas, tais como: Rosa de Luxemburgo e Pannekoek. Os estudos sobre os conselhos operários e autogestão foram determinantes nas minhas opções de prática política.

As leituras realizadas nesse contexto se constituiriam nos fundamentos básicos da pesquisa que viria realizar no meu mestrado, finalizado em 2003, que tratou da relação entre sindicalismo e educação.

Por indicação de um amigo, que já era professor na rede pública estadual, ingressei no magistério em 1986 numa escola estadual situada no município de Santana de Parnaíba chamada Leda Caira. Iniciei

minha carreira na educação como professor estudante, na época na categoria chamado ACT¹. Meu propósito seria o de conciliar o trabalho com mais horas de estudo, mesmo com uma redução de salário, já que eram apenas 16 aulas. Destaco, contudo, que já nesse contexto as condições salariais e de trabalho dos professores vinham se deteriorando.

A escola era pequena, precária e com poucos recursos. No entanto, havia ali um grupo de professores politizados e envolvidos com a comunidade. A escola vinha sendo utilizada para diversas atividades políticas e culturais dos moradores do bairro. Lembro-me de que o governo Montoro (1983-1987) vinha implantando, na educação, a municipalização da merenda, ciclo básico no antigo ensino primário e o Conselho de Escola.

Mesmo ainda não tendo contato com o curso de licenciatura, busquei compreender o significado do meu trabalho em referências importantes como: Paulo Freire, Bárbara Freitag, Demerval Saviani, Carlos Rodrigues Brandão, José Carlos Libâneo, assim como também, Vygotsky, Pistrak e Celestin Freinet. Autores que serviram, de certa maneira, para algumas escolhas que fiz na minha prática em aula. Mas chamo a atenção para o texto de Freitag que analisava o processo de massificação do ensino e os vínculos com o sistema reprodutivo do capitalismo considerando duas funções estratégicas: a reprodução da cultura (ideologia) e reprodução da estrutura de classes (realidade social).

As leituras de Saviani e de Freitag me despertaram para o entendimento da relação entre as concepções pedagógicas no Brasil e o mundo do trabalho. Destaco os efeitos do tecnicismo pedagógico que fundamentou a lei 5692/71 e as críticas que eram feitas a esse sistema, que apontavam para o processo de proletarização do trabalho do professor. As preocupações em torno do trabalho advindas da minha vivência como operário do setor metalúrgico agora se transferiam para o trabalho docente. A objetivação e a cooperação capitalista agora também estavam colocadas na organização do trabalho na escola.

1 Admitido em Caráter Temporário –ACT.

De forma até muitas vezes empírica, procurei desenvolver um trabalho adequado às trajetórias de vida e às vivências dos alunos naquele bairro. Senti-me realizado ao desenvolver, por exemplo, estudos de meio para levantar os problemas e reconstruir a história do bairro e da região com os alunos. Minha incursão na história social da região me permitiu coletar um bom material sobre as manifestações culturais do lugar. Evidencio, em especial, o catolicismo popular em Pirapora do Bom Jesus, que seria mais tarde objeto do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais em 1987.

Entre 1987 e 1989 trabalhei em duas outras escolas estaduais em São Paulo situadas nos Bairros do Butantã e do Jardim Bonfiglioli. Eram escolas maiores, com mais professores que apresentavam condições para o trabalho pedagógico e uma melhor infraestrutura. As relações eram mais “duras” e o estilo da equipe ligada à direção era autoritário e pouco aberto ao diálogo com os professores. O que me lembro é que em uma dessas escolas a direção muitas vezes cerceava as atividades como os estudos de meio que eu gostava de fazer com os alunos. A mulher centralizava o controle da chave da biblioteca, por exemplo, e não deixava ninguém entrar lá. Ela guardava os livros embalados no celofane para não pegar poeira.

Enquanto isso acontecia, “batalhava” para concluir o curso de Ciências Sociais na PUC. Por conta das aulas, havia me transferido para o período da manhã. Acho que foi uma decisão correta, pois aproveitei muito o espaço de tempo que tinha, enquanto aguardava o horário para ir ao trabalho, para estudar, preparar os trabalhos das disciplinas e organizar as aulas. Enfim, consegui concluir o curso de bacharelado sem poder continuar minha licenciatura - o que ainda levaria mais um ano e meio.

No trabalho de conclusão de curso analisei o catolicismo popular em Pirapora do Bom Jesus. Esse trabalho foi orientado pela Prof^a Dr^a Josildeth Gomes Consorte do Departamento de Antropologia da PUC de São Paulo. Com ela tomei gosto pela pesquisa qualitativa, ao mesmo

tempo em que pude compartilhar idéias sobre cultura popular e religião. Este trabalho foi concluído em 1987.

A crise inflacionária vinha afetando o poder de compra dos salários, fato que motivou várias greves de professores no período. Entre elas a que ocorreu no início de 1989 que somou 80 dias de paralisação. A categoria reivindicava a reposição do salário e um piso salarial para uma jornada de trabalho de 20 horas com base no cálculo do DIEESE.

Diante das condições postas e com a graduação concluída, ainda em meio a greve, me candidatei a uma vaga para compor a equipe técnica de educação e de formação profissional na Fundação Manoel Pedro Pimentel – FUNAP, que atuava no sistema prisional do Estado de São Paulo. Tendo passado no processo seletivo, fui chamado para trabalhar rapidamente. Naquele momento me desliguei de uma escola no período da tarde e continuei trabalhando no ensino médio noturno numa escola situada no Rio Pequeno, na Zona Oeste.

Na FUNAP fui contratado para desenvolver com a equipe uma proposta de educação profissional e de profissionalização de alfabetização para adultos presos. Ali pude, de certa maneira, aliar o meu interesse pela temática do trabalho com a educação. O propósito da diretoria da Fundação era o de construir uma proposta pedagógica adequada às demandas daquela população. Havia um interesse em integrar a formação profissional com a escolarização. O desafio posto foi o de aliar a idéia de uma educação humanista voltada à emancipação dentro de uma instituição fechada. Elaboramos a proposta, contratamos e capacitamos monitores para a educação de adultos, instrutores e mestres que atuavam nas oficinas e escolas da fundação alocadas nos presídios. Ressalto que referências como Goffmann e Foucault contribuíram para a minha formação e atuação naquele momento.

Em razão das viagens de trabalho pela fundação, deixei as aulas no ensino médio noturno em junho de 1989.

Em 1991 fui convidado pra integrar a equipe de supervisão da Fundação na região de Campinas. O trabalho do supervisor envolvia funções administrativas e também pedagógicas e isso, de certa forma,

possibilitou me aproximar mais das unidades e desenvolver alguns projetos com a equipe de professores e mestres de oficina. A intervenção pedagógica requisitou uma atenção especial no preparo de materiais de leitura sobre alfabetização e educação de adultos para formação da equipe. Guardo boas lembranças desse período e me considero privilegiado por ter vivido, como educador, uma valiosa experiência humana.

Os anos 1990 ficaram, contudo, marcados como sendo a década neoliberal. Lembro que já no final da gestão do governo Fleury, ouvíamos falar em uma possível reforma do Estado, em corte de despesas em eficiência e eficácia no serviço público. No Brasil esse discurso começa a ser disseminado com as propostas de reforma do ex-ministro Bresser Pereira, colocadas em prática a partir do governo Collor (1990-92) e aprofundadas ao longo da era FHC (1994-2002).

Foi no Governo Mário Covas que vimos esse projeto ser efetivamente implantado no serviço público estadual. Lembro-me que chegamos a participar de palestras sobre qualidade e reestruturação administrativa no Instituto de Economia situado no Bairro da Vila Mariana. Na fundação ocorreu uma fusão de diretorias, redução do orçamento e em seguida um processo de corte de pessoal que aconteceu no início do ano de 1995. Nesse processo, fui demitido juntamente com toda a equipe de supervisão sem que houvesse qualquer diálogo sobre o trabalho que vínhamos fazendo desde a concepção do projeto em 1989.

Preocupado com a situação de desemprego e sem perspectivas imediatas de recolocação naquela conjuntura, passei a fazer alguns bicos. Esses anos 1990 foram terríveis para toda classe trabalhadora.

Em 1996 voltei a assumir, temporariamente, algumas aulas em uma escola estadual no Bairro de Perus. Em 1997, por indicação de um amigo, fui chamado para integrar uma equipe de trabalho encarregada de implantar um projeto da Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho (SERT) voltado para as Comissões Municipais de Emprego. Esse trabalho foi desenvolvido na Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM) em parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Eu já vinha acompanhando, por meio de algumas leituras, o processo de reforma do Estado, de reestruturação produtiva e seus efeitos. Os livros de David Harvey (1996), Robert Castel, Ricardo Antunes e Thomas Gounet me auxiliaram na construção de uma reflexão mais aprofundada sobre a conjuntura dos anos 1990. Nesse quadro, as políticas neoliberais e a hegemonia do capital especulativo de um lado e, de outro, o desenvolvimento produtivo centrado sobre a hipertrofia do capital morto, isto é, ciência e tecnologia, informação como forças de produção. Esse processo acabou desenhando uma realidade que provocou a desestabilização dos trabalhadores estáveis. Houve ainda uma intensificação da exploração pela permanente ameaça de perda do emprego e um aumento da precariedade mediante os processos de flexibilização do trabalho. Isso sem falar no crescimento do trabalho temporário, da terceirização e do desemprego, que naquele contexto chegou a atingir a casa dos 20%. Essas tendências combinadas formavam um quadro extremamente preocupante. Dedicando-me ao projeto, tive a oportunidade de conhecer os efeitos dessa reestruturação nas diferentes regiões do Estado.

Na ocasião passei a me interessar pelo discurso sindical em torno do tema da educação e da educação profissional. A questão que me intrigava era a de como as entidades sindicais combinavam o discurso da educação e da qualificação profissional diante da reestruturação produtiva. No ano de 2000 iniciei uma pesquisa, coletando materiais diversos relacionados à questão, com documentos emitidos pelas centrais sindicais, pelo Ministério do Trabalho e pelo CODEFAT. Fiz um levantamento bibliográfico lendo artigos e livros sobre o tema. Tal levantamento foi utilizado na elaboração do meu projeto de mestrado que foi apresentado à Faculdade de Educação da UNICAMP em 2001.

O mestrado foi realizado entre março de 2001 e fevereiro de 2004, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Heloani. Procuramos reconstruir parte do discurso sindical utilizado pelas centrais sindicais (Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, Central Única dos Trabalhadores – CUT e Força Sindical) ao longo dos anos 1990 e início

dos anos 2000. O propósito era o de verificar suas convergências com o discurso do Estado e as confluências de tais discursos com a lógica do capital, no contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. Vimos que as “inovações” decorrentes desses processos vinham promovendo o isolamento político da classe trabalhadora e inserindo novos desafios ao movimento sindical, como o de superar sua crise e ao mesmo tempo responder a novas demandas impostas aos trabalhadores. Vale dizer que muitas delas são remetidas para a nova institucionalidade da política de emprego em torno da negociação da educação e da formação profissional no âmbito do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor). Constatamos, por meio de depoimentos orais e de documentos emitidos por essas instituições, uma confluência com o discurso do Estado e também com o discurso empresarial.

A pesquisa me permitiu aprofundar uma análise sobre a relação entre as mudanças no mundo do trabalho, sob a orientação pós-fordista e o conteúdo das reformas educacionais implantadas nos anos 1990 no Brasil. Com as reformas educacionais, ocorridas a partir dos anos 1990, novos princípios de gestão de características pós-fordistas foram sendo inseridos na escola. Tais reformas, orientadas pelo mercado, impulsionaram medidas de racionalização combinando a expansão quantitativa, sob o critério da equidade social, com medidas de corte de despesas pelo Estado neoliberal. Essas medidas exerceram influência na escola tanto no conteúdo correspondente à formação dos trabalhadores a partir de uma nova pedagogia – a pedagogia das competências – como também na forma expressada pelos novos métodos, práticas e discursos de gestão e organização do trabalho na escola. Essas reflexões foram amadurecendo a partir de 2004 e me levariam a ingressar no doutorado, onde procurei analisar as implicações desse processo no trabalho dos profissionais do magistério, em especial os diretores de escola.

Em 2003 comecei a trabalhar no ensino superior quando fui admitido para ministrar a disciplina “Sociologia Ambiental” no curso de tecnologia Ambiental da Faculdade SENAI de Tecnologia Ambiental. No início de 2004, ao término do contrato com a Fundação SEADE,

comecei a trabalhar no Centro Universitário Metropolitano de São Paulo – FIG-UNIMESP situado em Guarulhos, ministrando em cursos de licenciatura as disciplinas de: “Prática de ensino e estágio supervisionado”, “Estrutura e Gestão da Educação”, “Sociologia da Educação” e “Estudos interdisciplinares de Sociologia e Antropologia”. Destaco o vínculo com o curso de Pedagogia onde também orientei alguns Trabalhos de Conclusão de Curso –TCC. Nessa instituição enfrentamos atrasos de pagamento, férias e 13º salário o que exigiu de nós professores uma organização junto aos alunos e ao SINPRO-Guarulhos. Entre 2008 e 2009, fizemos uma importante greve e algumas paralisações que resultaram em um acordo e num processo na Justiça do Trabalho que veio obrigar a instituição a nos pagar multas pelos atrasos.

Em 2004 ingressei no Programa de Doutorado da Faculdade de Educação da UNICAMP. O projeto apresentado tinha como objetivo analisar os efeitos da organização do trabalho, no contexto das reformas educacionais e na construção da identidade dos professores. Nesse mesmo ano fui convidado a trabalhar como professor da disciplina “Relações de Trabalho e Profissão Docente” no curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional. Os alunos eram diretores, coordenadores e supervisores de ensino da rede pública estadual de ensino.

A tese de doutorado, intitulada “*Identidade e trabalho do diretor de escola: reconhecimento e sofrimento*”, foi realizada sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Heloani. Essa aproximação tem sido, nesses últimos anos, fundamental na minha carreira docente e de pesquisador. As reflexões que hoje venho fazendo sobre os sentidos e o significado do trabalho, em nosso contexto, resultaram do compartilhamento de idéias nos momentos de orientação dos trabalhos e nos encontros do grupo de pesquisa “Gestão, saúde e subjetividade”, vinculado ao Laboratório de Gestão Educacional – LAGE – da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Trabalhei na UFVJM onde fui Professor adjunto de Sociologia do Instituto de Ciência e Tecnologia –ICT, no curso de Bacharelado em

Ciência e Tecnologia – BC&T. Penso que o maior desafio posto para todos os docentes que atuavam e atuam nessa universidade talvez seja o de construir uma universidade pública numa região com inúmeras carências que, ao mesmo tempo, preserva mecanismos de dominação tradicional e patrimonial. Na oportunidade, pude desenvolver um projeto de extensão e uma pesquisa sobre o trabalho docente e as condições de trabalho nas escolas da rede pública estadual da região.

Em 2011 me transferei para a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, integrando o Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais – DEPASE. Desde meu ingresso, venho desenvolvendo estudos sobre o trabalho docente e as políticas educacionais, bem como estudos sobre a gestão escolar e a organização do trabalho na escola. Pretendo continuar minha trajetória de pesquisador produzindo conhecimento com o propósito de contribuir para a melhoria do ensino público através da valorização de seus profissionais.

debates
sinproguarulhos
III

praxis

Mercadoria-educação: reflexões sobre o contexto de luta do trabalhador docente

Andrea L. Harada Sousa* & Henri de Carvalho

Na seção **Práxis** da Edição 3 da revista *Debates - Sinpro Guarulhos*, optamos por estabelecer um diálogo com o Editorial, encetando para o contexto de lutas da classe trabalhadora e, particularmente, da categoria dos professores da rede privada de ensino. Para tanto caberão dois pontos a refletir: primeiro uma ponderação acerca da condição da força de trabalho docente (intelectual) como mercadoria para que se avalie o papel do Sinpro Guarulhos enquanto instrumento de resistência na garantia dos direitos mínimos dispostos na CLT e na Convenção Coletiva do Trabalho dos Professores da Educação Básica e do Ensino Superior, considerando, para tanto, a representatividade sindical um problema complexo.

Tome-se como referência o término de nosso Editorial em que indicamos uma possível aproximação entre a educação privada e a *commodities*. Resumidamente *commodities* é um termo que em inglês significa mercadoria e pode ser compreendido como: produto de baixo valor agregado, que em geral não sofre nenhum processo de alteração. Por seguirem um padrão específico, seu valor de troca é negociado na Bolsa de Valores Internacionais em que a oferta e a procura são parte das circunstâncias do mercado das quais depende. A *commodities* também pode ser considerada matéria-prima, pois são produtos utilizados na confecção de outros bens.

* É mestranda na Faculdade de Educação da UNICAMP, professora de literatura e presidente do Sinpro Guarulhos.

Inicie-se, então, pelos dois primeiros aspectos da *commodities*, enquanto mercadoria e de baixo valor agregado, para a relação que propusemos aqui. A educação, a despeito do que se grita nas manifestações pelas ruas: “Governador que baixaria! Educação não é mercadoria”, na prática da sociabilidade do capital é, sim, mercadoria. O professor, dito profissional da educação, na história recente do país tem sofrido os efeitos de um processo crescente de precarização mascarado pelo lema da ‘democratização da educação’.

É preciso considerar que democracia, para o modo burguês de vida, tornou-se um valor universal, subjetivamente para a classe dos trabalhadores e objetivamente para a classe dominante, feita termo inquestionável e politicamente correto. Nesse sentido, o próprio termo carrega em si a contradição que pretendemos explorar, pois na medida em que se ampliou o acesso à educação às camadas sociais empobrecidas, estabeleceu-se também um processo de sucateamento das relações de trabalho para os docentes.

Esta democratização vem de algumas décadas, desde a chamada tomada de responsabilidade do estado pela educação e o processo de ampliação da rede pública de educação, desde as escolas de educação infantil até o ensino médio e, de forma mais recente para os ensinos técnico e superior. Com a ampliação da demanda por professores – devido ao referido processo de democratização – ocorreu também o surgimento das licenciaturas curta e plena, ainda mais reduzidas que o bacharelado, que por si só já **supõem menor tempo de preparo e dedicação à formação teórica.**

Em consequência, a contradição de classes ficou ainda mais evidente: os mais abastados que poderiam dispensar somas mais generosas às escolas particulares, que também se ampliaram em quantidade pelo país, não raro desfrutavam das vagas nas melhores universidades públicas para, gratuitamente, seguirem suas carreiras quiçá até o doutoramento, inclusive com incentivo de financiamento público. Muitos jovens das classes pobres, que por toda a vida escolar tiveram acesso apenas ao ensino público, quando desejosos de cursarem o ensino

superior não poderiam ir além das universidades particulares, para nelas cursarem, eventualmente, tais licenciaturas em menor tempo. Contudo, nas universidades públicas, por muito tempo, os cursos todos foram de bacharelado com licenciatura opcional, algo que levava os universitários a uma formação em, no mínimo, cinco anos. Já os das faculdades e universidades particulares poderiam cursar licenciatura curta em dois anos ou plena em três e em alguns casos com reduzida presença do estudante em programas de Ensino a Distância. O que resta de um caso e de outro para o mercado de trabalho é o maior valor agregado de um e o menor valor agregado de outro. Assim, aos poucos, como decorrência do processo de desvalorização do trabalho docente, evidenciou-se a precarização do exercício da função e da qualidade de vida dos professores.

Os outros dois pontos da *commodities* dizem respeito à matéria prima necessária para a geração de novos produtos e sua inserção na bolsa de valores internacionais. Quanto ao primeiro, o professor, tal qual matéria-prima, é antes um produto social, de indiscutível valor agregado, mas, como se viu, pode ter maior ou menor valor agregado. Assim, na relação educação X *commodities*, caso seja admitido o professor como produto base para a geração do produto final, a formação, com metas ao abastecimento profissional do mercado, constataremos tratar-se de força de trabalho (energia) que dota os indivíduos de maior ou menor especialização. Esses indivíduos, por seu turno, estarão disponíveis ao mercado de trabalho na condição de mercadoria viva, humana. Força de trabalho (matéria-prima geratriz) que origina potencial força de trabalho (exército de reserva). Este já na forma de mercadoria que ingressa numa relação desigual de trocas da mesma. Num sistema de mercado complexo, como é o sistema do capital, força de trabalho é fator de produção e deve aparecer na forma de mercadoria que será trocada por mercadoria (dinheiro na forma de salário) e que deve ser trocado por bens de consumo tanto para a produção da vida do próprio trabalhador como para a geração de mais valor para o detentor do

capital de transformação (meios e insumos) e de transferência (salário), nomeadamente, o burguês.

Mais um aspecto da *commodities* é o que diz respeito à sua inserção na bolsa de valores. No tocante à educação o processo de abertura de capital é um fenômeno relativamente novo e, por enquanto, circunscrito ao ensino superior. Dessa forma é preciso retomar os anos 1990, quando - sob o pretexto de ampliar o acesso ao ensino superior -, muitas medidas foram tomadas. A primeira delas foi a aprovação em 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9394/96 - que deu contornos maleáveis ao sistema de educação nacional e possibilitou a edição de uma série de decretos normatizadores, que favoreceu o deslocamento da educação do campo do direito para o campo dos serviços comercializáveis, portanto passível de exploração e acumulação. A esse respeito é importante destacar o decreto 2.306 de 19 de agosto de 1997, em seu artigo primeiro, que autorizou as entidades mantenedoras a promoverem alterações em seus estatutos modificando sua natureza do campo civil para o comercial.

O processo que resultou na criação da maior empresa privada de educação do mundo, a Kroton, que tem mais de um milhão de alunos, teve seu embrião na possibilidade de oligopolização do setor, a partir da autorização - em 2007 - para que a mercadoria educação pudesse ser comercializada na bolsa de valores. Paralelamente, as empresas de ensino superior usufruíram dos benefícios oferecidos pelos governos Lula e Dilma, nas formas de isenção fiscal (PROUNI), refinanciamentos (REFIS), anistias (PROIES) e também por meio da transferência de dinheiro público para a iniciativa privada (FIES), o que permitiu uma forte expansão no setor.

Porém, o aliciamento desses recursos não foi suficiente para assegurar o propósito de maior obtenção de lucros das IES privadas, que passaram então a um enxugamento sistemático dos currículos - dando origem às licenciaturas curtas - e a uma superexploração do trabalho docente por meio da intensificação da jornada. Soma-se a isso a autorização para as IES privadas utilizarem 20% do curso na modalidade

EaD, o que também tem resultado num aprofundamento da precarização do trabalho dos professores.

Assim, tanto na educação básica quanto no ensino superior a precarização do trabalho docente se faz presente mediado, seja pela mercantilização, seja pelo sucateamento. Se considerarmos a contradição de classes apontada anteriormente veremos que os filhos da classe trabalhadora que cursam a educação básica pública, são os mesmos que, no futuro, frequentarão o ensino superior privado, mantendo, dessa forma, a educação submetida aos interesses soberanos do capital.

Nesse contexto, em que a educação mercadoria tende a ser uma *commodities*, acrescido dos ataques trabalhistas a que estão sujeitos os trabalhadores do setor, a organização dos professores e professoras em seus sindicatos faz-se imperativa para que coletivamente – e através da luta - possamos enfrentar os interesses daqueles que veem na educação apenas mais um serviço, por meio do qual se pode alcançar lucros extraordinários.

É diante de tal precariedade que se faz urgente a resistência e a luta pela classe trabalhadora docente. Pensar proposições educacionais em âmbito das organizações do sindicalismo docente deve estar, antes, centrada na formação política do sujeito chave na prática educacional: o professor, sujeito que por meio de sua prática pode consubstanciar o desejo de entender a realidade para transformá-la.

Conforme expressou Marx em sua tese terceira sobre Feuerbach «o educador tem ele próprio de ser educado» pois tanto é fruto das circunstâncias históricas como também é o sujeito que pode promover a criação de novas circunstâncias, não apenas o professor, mas qualquer indivíduo que por estes princípios ele, o professor, venha contribuir para a formação. Por esta razão o Sinpro Guarulhos tem em sua história o compromisso de fomentar para os professores, contribuintes associados e não-sócios, formação política e cultural. Como tem sido a parceria com a UNICAMP no Curso de Extensão universitária «Políticas Educacionais e Trabalho Docente», como tem sido também com o Grupo de Estudos “Tendências pedagógicas e atualidade educacional”,

o Grupo de Estudos e Formação Política em Marx e mesmo com a publicação anual da revista *Debates Sinpro Guarulhos*. Todas atividades direcionadas ao aperfeiçoamento dos professores, para uma investida mais consciente na luta que é da categoria mas, sobretudo, de classe.

Cabe, portanto, ajuizar sobre práticas das instâncias e da representatividade sindical, pois do contrário correríamos o risco de considerar a representação sem compreender a base que a fundamenta. Isto nos leva a uma reflexão que se ordene a partir da realidade concreta dos docentes do município e de suas práticas cotidianas nas relações objetivas que se estabelecem no modo de produção vigente.

Neste sentido, o Sinpro Guarulhos tem atendido e encaminhado as reclamações e denúncias de professores e professoras das escolas particulares, que não raro, dizem respeito ao cumprimento de direitos mínimos, tais como: regularização do trabalho em termos oficiais das professoras que muitas vezes quando não são registradas ou o são como auxiliares para que ganhem menos ainda do que o piso salarial, por si vexatório, desvio de função, solicitação de vale transporte que é negado, cesta básica que não é dada, ou o é em atraso e muitas vezes pesando menos que o mínimo exigido, o não pagamento de salário em muitos casos por meses, quando não os atrasos frequentes, o não pagamento de férias e 1/3 proporcional, depósito de FGTS que não é realizado, horas extras que não são pagas, banco de horas, desconto do INSS do trabalhador e do IR na fonte sem o devido repasse, perseguição aos sindicalizados, que configura crime de prática antisindical e dificulta a nossa luta, o assédio moral que prostra a categoria, a intensificação do trabalho pelos usos de novas tecnologias sem remuneração e a lista poderia seguir por muitas linhas ainda, mas estes elementos situam certa especificidade da luta de classes no âmbito do trabalho docente.

peculiaridades das relações de trabalho instituídas e mediadas com as formas jurídicas postas pelo estado burguês que servem para limitar em muito um aprofundamento da relação necessária entre o professor (indivduo) e sua organização coletiva junto ao sindicato. Os sindicatos, que também estão submetidos mesma estrutura do estado burguês,

dispõem da cobrança compulsória do Imposto Sindical que auxilia, em parte, na manutenção regular das agremiações dos trabalhadores, gerando, assim, uma enorme contradição, pois o trabalhador tende a considerar o sindicato um ambiente hostil aos seus interesses pessoais e, por conseguinte, que seu problema maior resulta de uma tensão de interesses de classe.

Apesar das dificuldades que o Sinpro Guarulhos possa ter diante dessa estrutura nosso sindicato conseguiu, em mais de uma década de resistência e luta, indenizar, através de ações judiciais, inúmeros trabalhadores, que tiveram seus direitos suprimidos pelos patrões. Além disso, muitas são as lutas das quais participamos no sentido de garantir os direitos dos professores ainda no momento que estão trabalhando seja por meio da convocação para que os mantenedores apresentem a regularidade das relações de trabalho, seja por meio de panfletagens ou ainda de paralisações.

Se podemos dizer que com tudo isto ainda exista uma crise de representação que afeta ao sindicalismo de um modo geral e do sindicato dos professores em particular cabe um maior envolvimento de cada professor da base com o Sinpro que, nesta mais de uma década de sua história, construiu para si o entendimento sobre a importância e a particularidade de uma propositura de formação política dos indivíduos desta categoria do trabalho.

Portanto, quando se propôs no Editorial uma análise do que Marx intencionava quanto aos sindicatos era para que se fizesse uma avaliação das condições atuais da organização dos trabalhadores considerando as permanências, os avanços e coerência com o sentido de sua existência e os retrocessos diante das artimanhas do capital, no complexo contexto que hoje abarca a educação. O Sinpro tem por objetivo a ampliação dos direitos da categoria, bem como a garantia dos direitos já constituídos dos trabalhadores, mas acima de tudo pretende contribuir, na luta, para a emancipação da classe trabalhadora. **SINDICATO É PRA LUTAR.**

normas para a
publicação

Normas para a publicação

Formatação do texto

Formatação do cabeçalho

1.a título: Fonte Garamond 18, alinhamento à esquerda;

1.b nome do autor: Garamond 14, alinhamento à direita;

1.c epígrafe: Garamond 12, alinhamento à direita;

1.d autor da epígrafe: Garamond 10, alinhamento à direita;

1.e subtítulo: Garamond 14 Alinhamento à esquerda;

Formatação do Corpo do texto:

2.a fonte Garamond 12;

2.b alinhamento justificado;

2.c recuo à esquerda e à direita : 0, especial :primeira linha;

2.d espaçamento: antes e depois 0pt, entre linhas 1,5;

Citações, Referências, Notas e Bibliografia

3.a citações em destaque: alinhamento justificado, recuo esquerda 4 cm, especial nenhum, espaçamento entre linhas 1,5, fonte normal (sem itálico) Garamond tamanho 11;

3.a.1 citações no corpo do texto até quatro linhas manter fonte 12, entre aspas, normal (sem itálico);

3.a.2 referência a autor sem citação: indicar data da publicação na frente do nome Ex. Segundo Ricardo Antunes (1999);

3.b fazer a referência sempre ao final do parágrafo em que a citação ocorre no formato Sobrenome, data e página entre parênteses, ex.: (ANTUNES, 1999, p. 130)

Obs.: Evitar duas citações no mesmo parágrafo.

3.c notas de rodapé: no nome do autor colocar asterisco, nota normal, numerada, final de página com fonte Garamond 10, alinhamento justificado, espaçamento entre linhas simples;

3.d formatação da bibliografia:

SOBRENOME, Nome. **Título**. Cidade: editora, ano.

ANTUNES, Ricardo, **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

Obs.: Adicionar marcador travessão, manter justificado, especial nenhum, espaçamento entre linhas 1,5 e título em negrito.

debates
sinproguarulhos

